



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Leonardo Hermes Lemos

Gestão da Informação, Patrimônio Documental e Museus: reflexões e diretrizes
acerca da gestão

Florianópolis
2024

Leonardo Hermes Lemos

**Gestão da Informação, Patrimônio Documental e Museus: reflexões e diretrizes
acerca da gestão**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação da Universidade Federal
de Santa Catarina como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor em Ciência da
Informação

Orientador: Prof. Cezar Karpinski, Dr.

Florianópolis

2024

Hermes Lemos, Leonardo

Gestão da Informação, Patrimônio Documental e Museus : reflexões e diretrizes acerca da gestão /Leonardo Hermes Lemos
Orientador, Cezar Karpinski, 2024.

176 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Ciência da Informação. 2. Museologia. 3. Gestão da Informação. 4. Patrimônio documental. 5. Documento. I. Karpinski, Cezar . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

Leonardo Hermes Lemos

**Gestão da Informação, Patrimônio Documental e Museus: reflexões e diretrizes
acerca da gestão**

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 18 de março de 2024 pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Lilian Maria Araújo de Rezende Alvares, Dra.
Universidade de Brasília - UNB

Profa. Eva Cristina Leite da Silva, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Profa. Sonali Paula Molin Bedin, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof. Cezar Karpinski, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2024.

Dedico à minha Mãe, Sandra, e meu Pai, Roberto.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo a Deus, por me fazer forte todos os dias de minha vida, desde quando sai de casa, até agora, estando comigo e sendo por muitos dias minha melhor companhia.

Gratidão aos meus pais, Sandra e Roberto, por me incentivarem desde pequeno, por estarem comigo em todos os momentos e dedicarem tanto do seu tempo a mim. Tudo isso faz parte também, de tudo o que vocês puderam me oferecer e hoje o maior resultado é meu amor, respeito, orgulho e admiração por vocês. Este trabalho se torna mais gratificante, por não terem desistido de mim. Amo vocês!

Gratidão a meus familiares, em especial a minha Tia Hilda e meu Tio Cezar, que abriram suas casas para me receber, quando busquei me dedicar para que esta etapa da minha vida se concluísse.

Gratidão a meus avós, Vó Terezinha e Vô Amilton por estarem tão presentes nestes últimos 5 anos, sempre disponíveis para me auxiliar em outras tarefas. Minha avó Tete e meu avô Basílio (*in memoriam*), que mesmo longe, sempre estiveram comigo em pensamentos e orações. Vocês são fundamentais em toda a minha jornada.

Agradeço aos meus demais familiares, meus padrinhos Renice e Roalves, por sempre serem tão carinhosos e calorosos comigo. Agradeço aos meus tios Eliseu, Leandro, Mileine, Wilian, Lilian e Suzana, por constituírem e estarem em minha família, me trazendo sempre boas lembranças. Não me esquecendo dos meus primeiros amigos, meus eternos primos (irmãos), Rennan e Eduarda, Sofia, Felipe, Rafael, Rafaela e Ana, vocês têm minhas melhores memórias e minhas melhores histórias em família.

Obrigado aos meus amigos, em especial minha melhor amiga Priscila, que entre idas e vindas da vida, nunca e por nenhum momento me deixou, estando sempre comigo, seja por encontros casuais ou vídeos-chamadas.

Obrigado aos meus amigos que fiz em Nova Veneza, que me acolheram tão bem desde sempre. Carolina, Leonardo, Letícia, Cecilia, obrigado por estarem e rirem comigo, mesmo em situações muitas vezes desesperadoras. Agradeço em especial a minha amiga mãe Izabelle, que desde que cheguei em Nova Veneza me acolheu, me ensinou e principalmente me entendeu e me abraçou, quando mais precisei, minha gratidão eterna. Agradeço aos amigos do Grupo Folclórico Ítalo Brasileiro Nova

Veneza, por compartilharem comigo momentos de festas e de dança, fazendo eu realizar um sonho: dançar no palco principal do Festival de Joinville. Pode não parecer, mas isso foi fundamental para eu chegar aqui.

Agradeço de forma ímpar meu orientador, Prof. Dr. Cezar Karpinski, que em nenhum momento me deixou, que cumpriu de forma exemplar seu papel como professor, e foi além, sendo um amigo, um orientador e um mestre para a vida. Se um dia eu for metade do profissional que ele é, com toda certeza eu estarei completo na minha carreira. Eu o admiro muito como professor e como ser humano incrível que és. E como eu digo: se 1/3 dos professores fossem como meu orientador, certamente a universidade seria, muito, mas muito melhor.

Agradeço ao PGCIN/UFSC e demais professores e colegas que convivi, pela oportunidade de ingressar na carreira acadêmica, desde o mestrado até o doutorado. Tenho orgulho em dizer que sou filho da Universidade Federal de Santa Catarina.

Por fim, quero agradecer a mim, por eu não ter desistido, mesmo que isso muitas vezes passasse pela minha cabeça. Agradeço por ter sido forte, num momento de minha vida que achei que tudo fosse desmoronar. Aprendi a ser mais forte do que eu já era, e aprendi a me ver. Por isso minha eterna gratidão!

“É tempo de procurar por nós mesmos as respostas em relação à informação”.
(Davenport, 1998, p. 292).

RESUMO

Esta tese de doutorado tem como tema a gestão da informação (GI), de patrimônio documental em museus. O problema central da pesquisa é como realizar a GI em acervos documentais de museus para categorização, conservação e acesso ao patrimônio documental? Para que isto seja respondido foi pensando como objetivo geral desenvolver um modelo de gestão do patrimônio documental que englobe critérios organizacionais e informacionais para museus. Esse objetivo leva em consideração o aspecto simbólico do patrimônio, as vertentes teóricas acerca do que se pode considerar acervo documental e a necessidade de técnicas responsáveis e sensíveis a este objeto tão complexo. Para desenvolver o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos, todos com o propósito de alinhar as práticas e fortalecer a nossa tese: a) Investigar o alcance da produção científica sobre o patrimônio documental; b) Levantar, a partir do Cadastro Nacional de Museus, as tipologias de acervos museológicos custodiados em museus do Brasil; c) Identificar acervos documentais tombados como patrimônio documental nos termos do Programa Memória do Mundo da UNESCO e que estão sob custódia em museus do Brasil; d) Discutir conceitos, abordagens e modelos de gestão da informação para definição de um modelo de gestão de patrimônio documental em museus; e) Preparar protocolos de categorização, estado de conservação, restauração e digitalização de patrimônio documental em museus; f) Propor uma metodologia para GI em acervos documentais de museus, conforme protocolos adotados. Desta forma a fim de atingir os objetivos propostos, classificamos esta pesquisa como exploratória e aplicada a partir de um estudo de caso. Quanto à abordagem do problema de tese está se classifica como qualitativa, isto porque a análise dos dados coletados acontecerá de forma subjetiva pelo pesquisador. A análise de dados decorre do Cadastro Nacional de Museus e dos registros nacionais do Programa Memória do Mundo. Com relação aos aspectos teóricos, foi realizada pesquisa bibliográfica nas bases e bibliotecas digitais BDTD, *Web of Science*, SCOPUS, BRAPCI e SCIELO, demonstrando pesquisa que poderiam se correlacionar com este trabalho. Além disto, sobre os aspectos teóricos serão discutidos os conceitos de documento, patrimônio documental, gestão da informação sob a ótica de Davenport e Choo. Posteriormente a reflexão e entendimento dos conceitos foram elaborados dois protocolos para aplicação no Museu do Imigrante Cônego Miguel Giacca, que demonstra a Gestão da Informação para o patrimônio documental. Por fim, nas considerações finais, são colocadas as impressões acerca do Programa Memória do Mundo da Unesco, as contribuições de Davenport e Choo para entender a gestão da informação, bem como isto se relaciona na constituição dos museus como unidades de informação e locais de preservação da história, memória e identidade local.

Palavras-chave: ciência da informação; gestão da informação; museus; patrimônio documental; documento.

ABSTRACT

This doctoral thesis focuses on information management (IM) of documentary heritage in museums. The central problem of the research is how to carry out information management in museum documentary collections for categorization, conservation and access to documentary heritage? In order for this to be answered, the general objective was to develop a documentary heritage management model that encompasses organizational and informational criteria for museums. This objective takes into account the symbolic aspect of heritage, the theoretical aspects regarding what can be considered a documentary collection and the need for responsible and sensitive techniques for this complex object. To develop the general objective, the following specific objectives were defined, all with the purpose of aligning practices and strengthening our thesis: a) Investigate the scope of scientific production on documentary heritage; b) Survey, from the National Register of Museums, the types of museum collections held in museums in Brazil; c) Identify documentary collections listed as documentary heritage under the terms of UNESCO's Memory of the World Program and which are in custody in museums in Brazil; d) Discuss concepts, approaches and information management models to define a documentary heritage management model in museums; e) Prepare protocols for categorization, conservation status, restoration and digitization of documentary heritage in museums; f) Propose a methodology for IM in museum documentary collections, in accordance with adopted protocols. Therefore, in order to achieve the proposed objectives, we classify this research as exploratory and applied based on a case study. As for the approach to the thesis problem, it is classified as qualitative, because the analysis of the data collected will take place subjectively by the researcher. Data analysis derives from the National Registry of Museums and national records of the Memory of the World Program. Regarding theoretical aspects, bibliographical research was carried out in the databases and digital libraries BDTD, Web of Science, SCOPUS, BRAPCI and SCIELO, demonstrating research that could correlate with this work. Furthermore, on theoretical aspects, the concepts of document, documentary heritage, information management from the perspective of Davenport and Choo will be discussed. After reflection and understanding of the concepts, two protocols were developed for application at the Museu do Imigrante Cônego Miguel Giacca, which demonstrates Information Management for documentary heritage. Finally, in the final considerations, impressions are made about the UNESCO Memory of the World Program, the contributions of Davenport and Choo to understanding information management, as well as how this relates to the constitution of museums as information units and places of preservation. of history, memory and local identity.

Keywords: information science; information management; museums; documentary heritage; document.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– Porcentagem de museus por categoria de acervos.	60
Figura 2 – Quantidade de registros e categorias de instituições custodiadoras.....	71
Figura 3 – Museus que possuem patrimônio documental tombado	72
Figura 4 – Número de registros por ano no MoW Brasil	73
Figura 5 – Modelo de utilização da informação baseado em Marchand (2000)	80
Figura 6 – Modelo de gestão estratégica da informação baseado em Rascão (2006).	81
Figura 7 - Modelo Ecologia da Informação baseado segundo Davenport (1998).....	91
Figura 8 – Modelo de gerenciamento da informação baseado em Choo (1998).....	96
Figura 9 – Mapa do território da colônia Nuova Venezia.....	108
Figura 10 – Representação da obra: Vida Nova (Pedro Weingartner, 1895)	109
Figura 11 - Representação da obra: Nova Veneza (Pedro Weingartner, 1895).....	110
Figura 12 – Amostra de um dos livros da Indústria e Comércio Bortoluzzi	114
Figura 13 – Imagem do Livro de Registro	115
Figura 14 – Influência da Ecologia da Informação na caracterização do patrimônio documental.....	119
Figura 15 – Fluxo de Política de Acervo.....	125
Figura 16 – Formas de acesso à informação em museus.....	137
Figura 17 – Trinômio de constituição do patrimônio documental	139
Figura 18 – Fluxo de GI em Patrimônio documental.	139

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produção científica sobre patrimônio documental.....	51
Tabela 2 – Museus por categoria de acervo e natureza administrativa	61
Tabela 3 – Número e percentual de concentração de museus em capitais do Brasil	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese conceitual acerca de documento nas áreas da CI.....	48
Quadro 2 – Museus por tipo de administração que apresentam o termo ‘documental’ em coleção	64
Quadro 3 – Registros regionais do MoW Brasil.....	76
Quadro 4 – Registros brasileiros considerados internacionais pelo MoW.....	77
Quadro 5 – Diretriz PA1: Categorização de acervo documental	116
Quadro 6 – Modelo de matriz SWOT	121
Quadro 7 – Modelo de Matriz de Eisenhower	122
Quadro 8 – Modelo de matriz 5w2h	122
Quadro 9 – Hierarquia de Plano Museológico.....	123
Quadro 10 – Critério de avaliação para aceite de doação	126
Quadro 11 - Acervo tridimensional: diretrizes.....	128
Quadro 12 - Acervo documental: diretrizes	129
Quadro 13 - Acervo fotográfico: diretrizes	131
Quadro 14 – Protocolo: Registro de Procedimentos de Conservação, Restauração e digitalização.....	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEI	Alinhamento Estratégico da Informação
ARI	Administração de Recursos Informativos
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BRAPCI	Base de dados em Ciência da Informação
CI	Ciência da Informação
CNM	Cadastro Nacional de Museus
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
DEMU	Departamento de Museus
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
GC	Gestão Do Conhecimento
GEI	Gestão Estratégica da Informação
GI	Gestão da Informação
GT	Grupo de trabalho
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICCROM	Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração do Patrimônio Cultural
ICOM	Conselho Internacional de Museus
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MHN	Museu Histórico Nacional
MIC	Museu do Imigrante Cônego Miguel Giacca
MoW	Programa Memória do Mundo
NEA/UFSC	Núcleo de Estudos Açorianos
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
PA	Política de Acervo
PM	Plano Museológico
PTA	Protocolo A
PTB	Protocolo B
RJ	Rio de Janeiro

SCIELO	Biblioteca digital <i>Scientific Eletronic Library Online</i>
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPI	Serviço de Proteção aos Índígenas
TICs	Tecnologias Da Informação E Comunicação
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	A INTERFACE DOCUMENTAL DO PATRIMÔNIO: ASPECTOS CONCEITUAIS	22
2.1	O DOCUMENTO COMO PROBLEMA NA VISÃO DE FOUCAULT E LE GOFF	23
2.2	CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL E PATRIMÔNIO DOCUMENTAL	27
2.3	O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DO PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO	31
2.4	BIBLIOTECA, DOCUMENTO E A BIBLIOTECONOMIA	37
2.5	ARQUIVO, DOCUMENTO E A ARQUIVOLOGIA.....	39
2.6	MUSEU, DOCUMENTO E MUSEOLOGIA.....	41
2.7	DOCUMENTO, DOCUMENTAÇÃO E CI.....	44
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS	50
4	O ALCANCE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A TEMÁTICA DA PESQUISA	55
5	CLASSIFICAÇÃO DAS COLEÇÕES DE MUSEUS NO BRASIL.....	60
6	O REGISTRO DE PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DOS MUSEUS NO BRASIL	70
7	GESTÃO DA INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA GESTÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL EM MUSEUS.....	78
7.1	O CONCEITO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO	78
7.2	DAVENPORT E SEU MODELO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO	83
7.3	CHOO E SEU MODELO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO	92
7.4	GI, PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E MUSEUS.....	96
8	MODELO DE GESTÃO PARA PATRIMÔNIO DOCUMENTAL EM MUSEUS	99
9	PATRIMÔNIO DOCUMENTAL NO MUSEU DO IMIGRANTE CÔNEGO MIGUEL GIACCA: APLICAÇÃO DO MODELO	106
9.1	TRAJETÓRIA SÓCIO-HISTÓRICA DE NOVA VENEZA – SC (PROTOCOLO A).....	106

9.2	UM MUSEU PARA CHAMAR DE SEU: O MUSEU DO IMIGRANTE CÔNEGO MIGUEL GIACCA E O PATRIMÔNIO DOCUMENTAL (PROTOCOLO A)...	112
9.3	CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL (PROTOCOLO A)	115
9.4	GESTÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: APLICABILIDADE PARA SALVAGUARDA DA INFORMAÇÃO (PROTOCOLO B)	119
9.4.1	Plano Museológico (PM)	120
9.4.2	Política de Acervo (PA)	124
9.4.3	Procedimentos de preservação e acesso à informação.	127
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
	REFERÊNCIAS	149
	ANEXO A – FORMULÁRIO DE CANDIDATURA MOW BRASIL 2018.....	166
	ANEXO B - DADOS SUPLEMENTARES SOBRE O BEM DE PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO E/OU BIBLIOGRÁFICO.....	172

1 INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado intitulada “Gestão da Informação, Patrimônio Documental e Museus: reflexões e diretrizes acerca da gestão”, a ser defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal de Santa Catarina, tem como foco da pesquisa a gestão de patrimônio documental em museus a partir de técnicas para sua categorização, preservação e acesso. Os aportes para o desenvolvimento da tese se encontram na Gestão da Informação (GI) aplicada a acervos documentais, visando à preservação e disponibilização do conteúdo informacional de coleções custodiadas em museus.

Sobre este tema, ressaltamos que, nas últimas décadas, pesquisas na área de Ciência da Informação (CI) evidenciaram a inter-relação entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, mostrando que as três áreas formam uma tríade na constituição epistemológica da CI. Exemplo disto é a obra de Araújo (2014), intitulada “Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível”, onde o autor denota as conexões, diferenças e singularidades de cada área, para um possível desenvolvimento da CI.

Dentre as várias interfaces teórico-metodológicas que transitam neste campo interdisciplinar, destaca-se a GI. Especificamente nos museus, a GI tem potencial desenvolvimento na organização e acesso de coleções documentais devido à singularidade deste acervo no que diz respeito às demais categorias de coleções museológicas. Segundo o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), os museus brasileiros possuem as seguintes categorias de coleções de bens culturais: 1) antropologia e etnografia; 2) arqueologia; 3) artes visuais; 4) ciências naturais e história natural; 5) ciência e tecnologia; 6) história; 7) imagem e som; 8) virtual; 9) biblioteconômico; 10) documental; 11) arquivístico (Brasil, 2011).

É necessário notar que o IBRAM distingue acervo biblioteconômico, documental e arquivístico nas instituições museológicas brasileiras. Isso para evitar conflitos e/ou dicotomias conceituais entre estas três categorias, visto que apresentam similaridades quanto ao suporte material, valor cultural e tratamento técnico (conservação, restauração, formas de acesso etc.).

Segundo o Brasil (2011, p. 70) um acervo biblioteconômico é composto por: “publicações, impressas, tais como livros, periódicos, monografias, teses, etc.”. Um acervo documental para o Brasil (2011, p.70) é: “um pequeno número de documentos

manuscritos, impressos ou eletrônicos reunidos intencionalmente a partir de uma temática”. Já um acervo arquivístico para o IBRAM (Brasil, 2011, p.70) se constitui por um “conjunto de documentos acumulados por pessoas ou instituições, públicas ou privadas, durante o exercício de suas atividades, independentemente do suporte”.

Ao mesmo tempo em que o IBRAM tipifica de forma distinta estes três tipos de coleções, fica evidente a composição de todas por um conjunto de documentos, principalmente de caráter impresso ou manuscrito. Por isso, para esta tese, o conceito que mais se adequa ao tema proposto é o de acervo documental por representar, de forma material, coleções que se constituem como patrimônio documental. Esta discussão será aprofundada adiante com os autores que problematizam o objeto “documento”.

O problema da nossa pesquisa pode ser definido pela seguinte pergunta: como realizar a GI em acervos documentais de museus para categorização, conservação e acesso ao patrimônio documental?

Para tanto, o objetivo geral é o de desenvolver um modelo de gestão do patrimônio documental que englobe critérios organizacionais e informacionais para museus. Esse objetivo leva em consideração o aspecto simbólico do patrimônio, as vertentes teóricas acerca do que se pode considerar acervo documental e a necessidade de técnicas responsáveis e sensíveis a este objeto tão complexo.

Para desenvolver o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos, todos com o propósito de alinhar as práticas e fortalecer a nossa tese:

- a) Investigar o alcance da produção científica sobre o patrimônio documental;
- b) Levantar, a partir do Cadastro Nacional de Museus, as tipologias de acervos museológicos custodiados em museus do Brasil;
- c) Identificar acervos documentais tombados como patrimônio documental nos termos do Programa Memória do Mundo da UNESCO e que estão sob custódia em museus do Brasil;
- d) Discutir conceitos, abordagens e modelos de gestão da informação para definição de um modelo de gestão de patrimônio documental em museus;
- e) Preparar protocolos de categorização, estado de conservação, restauração e digitalização de patrimônio documental em museus;
- f) Propor uma metodologia para GI em acervos documentais de museus, conforme protocolos adotados.

Uma tese relacionando Museus, Acervos Documentais, Patrimônio documental e GI está justificada na área de Ciência da Informação por três perspectivas, sendo: 1) acadêmica; 2) social; 3) profissional.

Na perspectiva acadêmica podemos considerar a própria evolução da Ciência da Informação no Brasil, principalmente com a criação do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) no ano de 1994. Maia e Tsunoda (2019), ao fazerem um estudo bibliométrico sobre as edições do ENANCIB entre 1994 e 2018, denotam a importância do evento para a área bem como analisam autores, produtividade e também a evolução dos grupos de trabalho (GT).

Neste sentido, utilizando a pesquisa de Maia e Tsunoda (2019), podemos estabelecer a relação acadêmica pelo desenvolvimento de trabalhos do GT 4 (Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações), GT 8 (Museologia, Patrimônio e Informação) e GT 10 (Informação e Memória). No estudo dos autores, constatou-se que, desde o seu nascimento, o GT 4 conta 454 trabalhos apresentados ao longo de sua história, o GT 8, 362 trabalhos e o GT 10, 321 trabalhos. Embora Maia e Tsunoda (2019) tenham analisado cada GT a partir do ano em que foram criados, nota-se que mesmo o GT 4 sendo criado desde o primeiro ENANCIB, no ano de 1994, possui pouca diferença de trabalhos entre GT 8 e GT 10, criados em 2007 e 2010, respectivamente. Isso mostra que a CI está possibilitando maior abertura, para estudos relacionados a museus, a Museologia, a Memória e ao Patrimônio.

Em nível social, podemos refletir diretamente as situações de operacionalização de processos técnicos em museus, bem como a situação de trabalho destas instituições, indo além do trabalho com o patrimônio documental, mas também no que tange à gestão do museu como um todo. Miqueias (2016) ao fazer uma análise introdutória sobre a precarização dos museus no Brasil, analisa aspectos importantes sobre o assunto, principalmente no que se refere às políticas públicas dos museus, os profissionais atuantes e as formas de financiamento e fomento das instituições.

As políticas públicas, a mão-de-obra e o fomento das instituições museológicas são aspectos que refletem diretamente na gestão dos museus, isto porque são características basilares para o bom funcionamento destes locais. Neste sentido, Miqueias (2016) demonstra que as políticas públicas museais no Brasil, estão relacionadas diretamente ao desenvolvimento de projetos para captação de recursos, para que ações e processos técnicos sejam realizados.

Corroborando com Miquéias (2016), Rubim, Barbalho e Calabre (2015, p. 21) afirma que:

Hoje as leis de incentivo representam cerca de 80% do financiamento do Estado Nacional para a cultura no Brasil e o FNC perfaz apenas aproximadamente 20% do financiamento. Esta composição da política de financiamento, que sintomaticamente permaneceu sem mudanças nos últimos 12 anos, coloca em perigo as políticas para a diversidade cultural, implantadas desde 2003, e inviabiliza o desenvolvimento do SNC, que não pode prescindir de recursos públicos federais, dentre outros, para a sua construção.

O aporte financeiro se torna uma das principais características para o desenvolvimento das ações e dos processos técnicos nos museus, incluindo a gestão da informação. Infelizmente, a falta de recursos equânimes entre as esferas municipal, estadual e federal, colocam os acervos em risco, principalmente os acervos documentais, por terem sua maior parte o suporte em papel, material extremamente sensível. Como exemplo, podemos citar diversas reportagens¹ acerca do incêndio do Museu Nacional, no ano de 2018, que destruiu cerca de 20 milhões de itens. Segundo Brasil (2011), o Museu Nacional era a instituição museológica nacional que mais possuía itens em suas coleções.

Dentro das coleções que estavam sob guarda do Museu Nacional, uma delas possuía registro no Programa Memória da Mundo da UNESCO, sendo a coleção 'Feminismo, ciência e política – O legado Bertha Lutz, 1881-1985', que foi destruído em virtude do incêndio ocorrido, conforme aponta o Edital MoW Brasil (Brasil, 2018)².

A especificidade do suporte em papel, impõe a responsabilidade de condições ambientais controladas para sua preservação, como aponta Teixeira e Ghizoni (2012). Ao escreverem sobre conservação preventiva em instituições museológicas, as autoras explicam que o papel surgiu da necessidade humana de registrar, aprimorando-se técnicas antes existentes na produção de pergaminhos e papiro. O

¹ Para maiores detalhes acessar: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/04/o-que-se-sabe-sobre-o-incendio-no-museu-nacional-no-rio.ghtml>.

² Em reportagem da Veja, no ano de 2018, um estudo realizado por José Luiz Pedersoli Júnior (Especialista em Gestão de Risco, pelo Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração do Patrimônio Cultural (ICCROM), na Itália) o Brasil perde uma instituição cultural por ano, em virtude de incêndios. Para maiores informações sobre o estudo, acessar: <https://veja.abril.com.br/brasil/incendios-destroem-um-patrimonio-cultural-por-ano-no-brasil>.

papel começou a ser mais utilizado quando se iniciaram estudos para utilizar a celulose da madeira, o que acarretou na sua criação e produção.

Teixeira e Ghizoni (2012) determinam alguns fatores de degradação do papel, sendo intrínsecos e extrínsecos. Os fatores intrínsecos estão relacionados ao próprio suporte, como a acidez. Já os fatores extrínsecos estão relacionados à temperatura, umidade, luminosidade, microrganismos, entre outros.

No âmbito profissional, destaco aqui minha experiência com museus ao longo de mais de 10 anos. Formado em Museologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no ano de 2015, comecei minha trajetória ainda como estagiário, no Núcleo de Estudos Açorianos (NEA/UFSC), quando relatei meu trabalho de conclusão de curso, com o acervo fotográfico do NEA/UFSC, entendendo naquele momento as fotografias também como documentos relevantes para a instituição.

Concluída minha graduação, logo ingressei no mestrado em Ciência da Informação, também pela UFSC, onde estudei e pesquisei a representação da informação em Ecomuseus, no estado da Santa Catarina. Os estudos com representação da informação foram basilares para começar a perceber o todo da gestão da informação e sua aplicabilidade nos museus em que trabalhei. A cada instituição em que trabalhava, percebia que um dos grandes problemas que as instituições enfrentavam se relacionavam às questões de gestão e, conseqüentemente, à gestão da informação.

Ao finalizar o mestrado e iniciar o doutorado, foi possível, então, ampliar a pesquisa e, de alguma forma, refletir e elaborar, a partir da experiência de trabalho, um instrumento que pudesse auxiliar os museus no âmbito da gestão, com foco nos documentos salvaguardados pelos museus.

Neste sentido, procurei entender melhor os conceitos de gestão, de documentos, de informação, bem como suas dissonâncias e concordâncias, atribuindo significados para que este trabalho fosse possível. Entender a gestão da informação em documentos, considerados patrimônios, pode auxiliar no entendimento do que é documento para a Ciência da Informação, bem como ampliar os estudos sobre o patrimônio nesta área.

Este trabalho está dividido em introdução, fundamentação teórica, aspectos metodológicos, aplicação de modelo e considerações finais.

A fundamentação teórica inicia-se no capítulo 2 onde são evidenciados os conceitos de documento, bem como suas abordagens, tendo como base a discussão

de documento e monumento na visão de Foucault e Le Goff, permitindo entender também os conceitos de patrimônio cultural e patrimônio documental.

Ainda no capítulo 2 é abordado o contexto de criação do programa Memória da Mundo da UNESCO, as relações entre Biblioteca, documento e biblioteconomia; Arquivo, documento e Arquivologia; Museu, documento e Museologia; Documento, documentação e Ciência da Informação.

Posterior, a partir do capítulo 3 são explorados os aspectos metodológicos, caracterizando a pesquisa, bem como demonstram as metodologias escolhidas. O capítulo 4 faz menção ao alcance científico sobre a temática deste trabalho, detalhando de forma sucinta a pesquisa bibliográfica realizada.

O capítulo 5, menciona dados relativos às classificações de acervos no Brasil, bem como denota a existência de acervos classificados como 'documental', tendo como base de estudo o Cadastro Nacional de Museus.

Adiante, o capítulo 6 evidencia o programa Memória do Mundo, bem como os registros em âmbito nacional, mostrando quais registros pertencem a coleções em museus no Brasil.

O capítulo 7 finaliza os aspectos metodológicos e aborda os conceitos de Davemport e Choo no que tange a Gestão da Informação, correlacionando com o patrimônio documental e os museus.

Sucedendo, o capítulo 8 estabelece o modelo de gestão, seguido pelo capítulo 9 onde será demonstrado a aplicação em um museu municipal, destacando os protocolos adotados.

Por fim, no capítulo 10 estão descritas as considerações finais.

2 A INTERFACE DOCUMENTAL DO PATRIMÔNIO: ASPECTOS CONCEITUAIS

Nesta seção, apresentamos reflexões e aproximações do escopo teórico da pesquisa, especialmente o levantamento bibliográfico e os principais aspectos conceituais de patrimônio na sua interface documental. Assim, nas próximas subseções, traremos os conceitos-chave da pesquisa, “documento” e “patrimônio documental”, reunindo contribuições das áreas de História, Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e CI. As reflexões desta seção são fundamentais para a compreensão do nosso objeto de estudo e os motivos para a sua preservação.

No primeiro momento, discutimos o conceito e o objeto ‘documento’ sob o olhar do historiador Jacques Le Goff que problematiza a sua ‘monumentalização’. Também enriquece esse debate o filósofo e historiador Michel Foucault que, a partir de um posicionamento arqueológico da constituição das Ciências Humanas, entre elas a História, critica o peso dos instrumentos ocidentais criados para constituir um modelo de sociedade.

Entre esses instrumentos, podemos inserir o documento, com o peso dos registros inscritos em seu suporte e que se tornou fonte inquestionável sobre o passado nas perspectivas históricas do século XIX: o historicismo, o positivismo e o materialismo histórico. Sob a perspectiva de Le Goff e Foucault, os acervos documentais passam a ser analisados a partir de sua influência na criação e preservação de memórias e histórias oficiais. Isso porque, na sociedade ocidental, o registro da informação sobre um suporte passa a ter status de verdade, delineando relações de poder na escolha pela preservação.

Ao encontro desta temática, abordaremos também o conceito de patrimônio documental, implementado pelo MoW, bem como a caracterização e história deste programa, tanto em sua vertente internacional, quanto na sua atuação nacional. Por fim, devido à transversalidade do tema, abordaremos como a Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e a CI interagem com o conceito de documento. Nessa parte, apresenta-se, brevemente, algumas trajetórias na definição do escopo técnico de cada uma das áreas no campo dos documentos e do patrimônio documental.

2.1 O DOCUMENTO COMO PROBLEMA NA VISÃO DE FOUCAULT E LE GOFF

Embora seja evidente que esta pesquisa trata de documentos e informação documental no contexto da CI, principalmente no aspecto do patrimônio, é fundamental entendermos também o conceito de documento no seu cerne histórico e filosófico. Por isso, dois autores são fundamentais para esta discussão, sendo Le Goff com seu texto sobre Documento/Monumento e Foucault em Arqueologia do Saber.

Foucault (2008) explica que o termo arqueologia em sua obra é entendido como o modo que o pesquisador utiliza seus métodos, sendo um “tipo” de arqueólogo. Isso porque busca evidências condizentes ao seu trabalho para explicitar seus resultados por meio dos discursos. A analogia se dá porque o trabalho do arqueólogo está focado no subsolo. De acordo com Foucault, este profissional precisa retirar seu trabalho do local em que está, para depois tornar-se evidência e quem, sabe modificar o que já é conhecido.

Para entender o conceito foucaulteano de arqueologia, Araújo (2004) explica que os objetos do conhecimento não estão prontos na realidade. Por isso, é necessário descobrir e estudar o mesmo. Podemos dizer que, para encontrar os objetos que ajudam a entender o sentido das ‘coisas’ é preciso cavar, com o cuidado do arqueólogo para não despedaçar o que está sob o solo. Além disto, o objeto em questão também é formado por várias relações, as quais só se podem conectar a partir das interpretações que, movidas por desejos e interesses variados, formam discursos. Assim, por meio das ‘formações discursivas’, é que se pode entender o uso de um determinado saber.

Neste sentido, Araújo (2004) ainda enfatiza que Foucault, ao estabelecer o conceito de arqueologia do saber, evidencia seu objetivo. Não o de estudar a história da ciência, ou qualquer coisa do gênero, mas, sim, estudar e refletir sobre como o saber se dispõe pelos seres humanos, em todos os âmbitos. Como se constroem temas, a história e, principalmente, as verdades.

Como Foucault faz referência à História em suas pesquisas, mostrando que ela está relacionada à escrita, ao tempo e ao discurso, faz jus que se evidenciem suas ideias sobre documento e sua forma de criação e utilização. Nesta perspectiva, podemos considerar que a História é construída nos discursos sociais a que está relacionada, mostrando o vínculo direto com os documentos.

Ao fazer suas análises, Foucault (2008) afirma que desde que a História começou a se debruçar sobre os documentos, estes são interrogados, questionados sobre seu conteúdo, principalmente no que tange a sua 'verdade' ou 'mentira', sua veracidade ou não, mas sempre com a intenção de reconstituir ou criar um passado. Segundo Foucault (2008), o passado é um tempo discursivo cada vez mais diluído e distante. Não porque o passado não importa, ou até mesmo, o documento em si, mas porque a História considera não mais a pura interpretação da informação, ou até mesmo se o que contém no documento é verdade, mas se concentra na classificação, na ordenação, na relação que isto se estabelece.

Neste sentido, Foucault (2008) afirma que o documento não é em si história, mas que é constituído de significado, de materialidade, sendo desta forma parte da constituição da memória social. A História, assim, se justifica pelo documento, como o documento se justifica na própria construção da História, estabelecendo uma relação de monumento e documento. Monumento, porque se tenta memorizar um passado e documento, por estar condicionado a um *status* que lhe permita ordenar, classificar, agrupar.

Sendo assim, podemos concluir que não há como dissociar a História do documento, e, conseqüentemente, do patrimônio cultural. Especialmente no conceito originário de que patrimônio é algo herdado, passado de geração em geração. Embasado da perspectiva de Foucault, Pavezi (2010) ao discutir o conceito de patrimônio cultural atrelado a um tipo de documento, a fotografia, enfatiza que a preservação do patrimônio cultural sugere que uma determinada sociedade preserva para manter sua soberania e sua identidade.

Nesta mesma seara, podemos também incluir a posição de Carli (2013) sobre documento histórico e preservação da memória. Neste artigo, chegamos à conclusão de que, independentemente da crítica que deve ser feita ao documento como objeto do passado, ele precisa ser preservado. Isso porque, na visão do autor, a memória e uma história para se manter viva, precisa da preservação de suportes informacionais, neste caso específico, os documentos.

Assim, o fato curioso de se preservar o patrimônio cultural não está apenas na contribuição da preservação de um passado, mas sim na vivência de um presente e na constituição de um futuro. O documento evidencia a constituição de uma identidade, que se faz constante, atrelada sempre à construção de uma memória. É

neste sentido que a ideia de monumento e documento toma corpo em Foucault e posteriormente, em Le Goff.

Foucault (2008) estabelece que a história no sentido tradicional, busca transformar os monumentos em documentos, dando “voz” a eles. Porém, num sentido inverso, a história hoje transforma os documentos em monumentos buscando ordená-los para criar assim um discurso histórico.

Costa (2009), ao estudar a análise do discurso em Foucault, utiliza o conceito de documento. O autor defende que Foucault entende o documento da mesma forma que um discurso, seguindo o modelo estrutural. Neste sentido, existe uma relação entre historiador e documento, tanto no sentido textual quanto de constituição de significados.

Corroborando com o exposto até aqui, Costa e Nascimento (2021) ajudam a entender que Foucault buscou fazer uma reflexão sobre a historiografia, utilizando seu campo de estudo, a análise de discurso. Desta forma, entende-se que a história é o campo que reúne escrita, tempo e discurso, numa não linearidade e, assim como a arqueologia, esta vai cavando na busca de novas fontes, novos artefatos para contribuir com uma descontinuidade, mostrando que a história não é linear.

Neste ponto, Foucault contribui para o campo da Nova História Cultural, pois a análise feita sobre os documentos, busca desestruturar uma forma de fazer a História, que não era reflexiva, mas sim estruturada apenas nas evidências, no fato pelo fato. Salomon (2019) destaca que Foucault queria fazer entender que os documentos necessitavam de novas reflexões para poderem ter novos significados e assim se reestabelecerem como evidências, não apenas oficiais, mas também das marginalidades sociais. Neste sentido, não era desacreditar numa história oficial, mas dar ênfase a outros personagens que também participaram do mesmo fato.

A crítica de Foucault com este método da história, em deixar os documentos falarem por si só, mostra uma falácia criada para apropriação de discursos que corroboram na construção social. Isto porque um documento não fala por si só, pois possui significados que alguém determinou que fosse daquela maneira. O contraponto está aí, não se busca deixar de estudar os fatos históricos já testemunhados anteriormente, mas sim ressignificá-los por meio de novas visões acerca do documento.

Entendendo a teoria elaborada por Foucault, Le Goff (1990) aprofunda os conceitos de monumento e documento. No sentido estrito, o historiador estabelece

que monumentos são heranças do passado, enquanto os documentos são movidos por escolhas. O monumento é, de certa forma, um sinal do passado, que perpetua a alguma forma de lembrança. Já o termo documento estabelece em sua forma mais antiga o sentido de ensinar, mas acabou sendo ressignificado como prova de algo. Assim, o termo, a partir do século XVII, começa a ter seu conceito difundido, como um testemunho de caráter escrito, principalmente ajudando a formular e contextualizar os estados modernos.

Ou seja, em dado momento o conceito de documento passou a ser entendido como prova, como veracidade e testemunhalidade, principalmente na questão da formulação de estado-nações e identidades nacionais. O fato é que isso levou a própria História a criar documentos a fim de garantir que os acontecimentos fossem registrados, principalmente com relação a registros escritos. Porém, Le Goff (1990) elucida que a história se faz com estes documentos, mas também com tudo que o homem é capaz de produzir, portanto, todas as características culturais.

Esta consideração de Le Goff (1990) nos leva a entender que, independentemente do suporte, os documentos podem: 1) ser criados a partir de um fim, tendo intencionalidade, ou 2) se tornam documentos, desde que tenham sido criados ou até mesmo interpretados pelos seres humanos.

Assim, é perceptível a relação de Foucault, Le Goff e o conceito de documento, que faz referência também, ao conceito de documento dentro da CI, principalmente se ficar sob o olhar de que um documento possui intencionalidade em ser criado, mostrando que este deve ser legítimo e fiel ao que se estabelece, quando foi criado.

No aspecto patrimonial, o documento retroalimenta aspectos fundamentais para o conceito de patrimônio. Neste sentido, Pereira Filho (2022) estabelece que a relação entre documento e patrimônio cultural amplia termos de referência em ambos os campos. O pesquisador salienta a ideia de que as visões de diferentes profissionais no campo patrimonial, potencializa o protagonismo do documento como uma categoria de patrimônio.

Corroborando com Pereira Filho, Motta (2011) enfatiza que entender o documento como bem cultural, ou um bem cultural como documento, mostra um rico campo de conhecimento para desenvolvimento de pesquisas, visto que ambos estão repletos de informações que podem ser trabalhadas, no que tange a preservação da informação e do patrimônio cultural. Assim, é necessário refletirmos sobre a

interseccionalidade dos conceitos de patrimônio cultural e patrimônio documental, assunto da próxima subseção.

2.2 CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL E PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

Para pesquisar sobre a interface documental do patrimônio, deve-se lembrar de que esta categoria também se caracteriza como patrimônio cultural, ou seja, algumas referências deste campo conceitual precisam ser discutidas no escopo referencial desta tese. Vale ressaltar também a relação do patrimônio, memória e identidade na constituição de coleções documentais museológicas.

Os estudos e conceitos sobre o patrimônio cultural tem seu maior enfoque, a partir do século XX, principalmente com eventos que geraram discussões internacionais acerca do tema, como aconteceu com as Cartas Patrimoniais de Atenas, de Veneza e de Machu Picchu. Estas cartas destacam aspectos conceituais do patrimônio cultural em todas as variantes.

Fruto da conferência de Atenas, em 1931, a Carta de Atenas foi o primeiro documento internacional a propor diretrizes e responsabilidades sobre a preservação do patrimônio cultural, arquitetônico e artístico das nações. Olender (2020) descreve a trajetória histórica que levou a formulação do documento de 1931, fazendo referência à primeira guerra mundial, fato que levou os países europeus a se preocuparem com a preservação de seus monumentos históricos em tempos de conflitos armados. Nesse sentido, a Carta de Atenas é uma das ações potencializadas pela Liga das Nações, criada em 1919, logo após o término da primeira grande guerra.

Em contraponto, Costa (2012) aponta que mesmo tendo esse caráter inicial de preocupação com o patrimônio, a Carta de Atenas se restringe apenas a preservação de monumentos. De acordo com este autor, a criação da carta foi influenciada principalmente pelo governo francês, com sua legislação sobre a preservação de monumentos nacionais.

Enquanto a Carta de Atenas centra-se na preservação arquitetônica e artística de monumentos, a Carta de Veneza de 1964 ampara e amplia o conceito de patrimônio edificado. Costa (2012), menciona que esta carta cria uma tendência na reutilização de estruturas e edificações consideradas patrimônio. Segundo o mesmo autor, a Carta de Veneza promove esclarecimentos sobre os conjuntos urbanos de caráter histórico e a sua ressignificação para que possam ter uso novamente.

Marshall (2016) faz um estudo sobre a Carta de Veneza, elencando pontos de relevância do documento. Atribui vinte e dois pontos sobre o documento e discute as influências que levaram a criação desta carta, bem como a interpretação que se deve ter sobre ela no século XXI. Ressaltamos que um dos pontos discutidos é a diferença de traduções do documento em si, o que pode causar entendimento dúbio quanto ao seu conteúdo. Porém, o pesquisador defende que a carta deve ter interpretação para a preservação da memória, cenário, signos e símbolos que constituem a cultura humana.

Já na década de 1970, a Carta de Machu Picchu discute a construção social das cidades e da arquitetura. Este documento, conforme destaca Kahatt (2017), foi um avanço teórico e conceitual do que vinha se propondo desde a Carta de Atenas. Segundo o mesmo autor, os monumentos, mas principalmente a construção de uma cidade, deve ter participação social, configurando assim o seu patrimônio cultural em todos os âmbitos. Desta forma, se insere a vertente antropológica do conceito de cultura, abrigando diversas manifestações do povo como passíveis de tombamento. Com a ampliação do conceito de cultura, diversificam-se as noções do que deve se considerar patrimônio, desde a crítica ao patrimônio artístico, até as possíveis categorizações do aspecto imaterial do patrimônio.

Para Choay (2001), a palavra patrimônio possui um significado de herança, o que é deixado de geração para geração, num primeiro momento tendo vínculo familiar, ou até mesmo econômico. Já no caso do patrimônio cultural seriam as heranças culturais perpetuadas pelo tempo. Corroborando com o conceito acima, Zanirato e Ribeiro (2006) mostram que a palavra patrimônio tem origem do latim *patrimonium*, denotando a propriedade (herança) que é deixada de pai para filho. O patrimônio cultural está ligado ao desenvolvimento das sociedades humanas, visto que a multiplicidade de conceitos se refere às diferentes interpretações da cultura, ou dos elementos que a compõem (Merillas, 2004).

Neste sentido, podem-se considerar os documentos como uma das formas de patrimônio cultural, pois estreitam os laços entre memória e cultura. Aqui, nos apoiamos no conceito de 'memória arquivada', cunhada por Ricoeur (2007) que nos diz que, a partir do momento em que se transfere o testemunho para um suporte (documento), cria-se uma institucionalidade para a memória. Ou seja, criam-se espaços específicos para que se preservem e guardem os registros do passado. O

estudioso estabelece o vínculo com o arquivo, mas quando aqui se refere à questão da institucionalidade, podem-se caracterizar também os museus.

Karpinski (2015), ao discutir o conceito de memória arquivada em Ricoeur, afirma que esse filósofo se preocupa em apresentar a relação entre o fenômeno da memória na constituição epistemológica da História, mostrando as interconexões da primeira com a segunda. Assim, evidencia-se que o arquivo é tanto um lugar físico, que guarda documentos, quanto um lugar social/cultural, motivado pela necessidade histórica da sociedade. Assim, o que é chamado de “rastros do passado” (documento) está nos arquivos por meio de uma seleção do que deve ser lembrado e, como consequência do que não entra nessa seleção, também do que deve ser esquecido.

Não diferente do contexto arquivístico, os museus têm sua criação atrelada à memória e à História. Suano (1986) afirma que os museus de caráter histórico tiveram sua origem motivada pela necessidade de preservação dos elementos representativos da história nacional, principalmente após a Revolução Francesa. Desse fato, entende-se que o caráter nacionalista, republicano e burguês dos estados modernos constituiu a matriz para o estabelecimento deste tipo de instituição. A emergência dos museus históricos criados a partir desta perspectiva corrobora para a nossa aproximação com Ricoeur (2007). Isso porque, da mesma forma que os documentos dos arquivos são selecionados para memória ou esquecimento, os acervos museológicos considerados históricos também serviram para esse propósito, pelo menos em seus primeiros momentos.

Nessa mesma linha de raciocínio, Chagas (2002a) mostra que a criação de muitos museus tem relação com o poder político. Ao evidenciar a origem do termo museu, do latim *mouseion* (templo das musas), o estudioso enfatiza que o local era um templo para adoração das filhas de Zeus (poder) e Mnemosine (memória). De acordo com esse autor, não é por mera coincidência que muitos dos museus foram instalados em antigos palácios de governos, ou casas de personagens políticos. Ao final de sua pesquisa, o mesmo autor faz uma referência à questão do poder sobre a memória e sobre a memória do poder.

Esta afirmação de Chagas (2002b) enfatiza a utilização dos museus como ferramentas ideológicas pelo Estado, a fim de exercer domínio sobre a sociedade. Ao se referir sobre o poder da memória, ele remete as questões evidenciadas por Foucault (2008), quando problematiza a invenção dos documentos históricos, selecionados, classificados e preservados para ‘criar’ a História, e Ricoeur (2007),

onde a institucionalização de locais para uma rememoração tende a ser seletiva, expondo algumas e esquecendo outras. Isso tem ligação com a segunda afirmação (a memória do poder) onde os locais institucionalizados expunham os fatos memoráveis do poder político, social e cultural do meio em que estavam inseridos, representando apenas indivíduos e/ou personagens ligados a uma elite político-social.

Apesar das críticas que pesam sobre as noções de patrimônio cultural e sua relação com as instituições detentoras de acervos documentais, o fato é que, na sociedade ocidental, grande parte dos acervos preservados são aqueles que adquirem o status de patrimônio documental. No entanto, o que estamos nos referindo quando determinamos acervos documentais como patrimônio documental?

Nesse aspecto, foi um facilitador para nossa pesquisa a escolha das coleções documentais museológicas para compor o que estamos entendendo como patrimônio documental. Em âmbito geral, já existem discussões acerca das especificidades do patrimônio documental. Arboit e Martins (2013) trazem definições e classificações do que denominaram patrimônio documental arquivístico. Jaramillo e Marín-Agudelo (2014), ao estudar o patrimônio das bibliotecas públicas nacionais, estabeleceram como patrimônio documental bibliográfico as coleções destas unidades de informação. Já o que os museus podem considerar como coleção documental não se define por tipologia, seja arquivística ou bibliográfica. Por isso, defendemos que essas coleções são patrimônio documental, pois, independentemente de sua tipologia, são acervos qualificados como patrimônio porque, de alguma forma, consolidam um tipo de memória social.

Segundo Hedlund (2014, p. 33): “Os documentos fazem parte dos bens materiais que constituem o patrimônio cultural brasileiro. Como o próprio nome diz, essa categoria de patrimônio cultural abrange especificadamente os acervos documentais”. Dessa forma, o patrimônio cultural brasileiro abrange bens materiais, alguns caracterizados como documentos que podem ser considerados patrimônio documental.

Entende-se, assim, que o patrimônio documental necessita de atenção quanto à forma de sua gestão, principalmente nas instituições museológicas que possuem uma diversidade de coleções que formam seus acervos. Quanto às características do patrimônio documental, Edmondson (2002) explica que os documentos que o compõem devem ser móveis, possuírem símbolos, códigos, sons, imagens, devendo ser preserváveis, reproduzíveis e até mesmo transladáveis.

2.3 O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DO PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO

Visto que a fundação da UNESCO, em 1945, num contexto pós II Guerra, influenciou as dinâmicas e políticas dos países para a preservação do patrimônio cultural, a preservação do patrimônio documental ganhou destaque apenas no ano de 1992, com a criação e o desenvolvimento do Programa Memória do Mundo. O MoW tem como princípio a preservação de documentos, nos seus mais variados suportes. Além disso, o programa visa a recuperação de exemplares que estão em risco, tanto nas suas características físicas, quanto informacionais.

Justificando sua forma de trabalho, e influenciado também pelo conceito de memória coletiva de Halbwachs (2013)³, as ações do MoW consideram que o patrimônio documental está relacionado a esta categoria de memória, nos mais variados povos e etnias, com suas mais variadas características culturais. Edmondson (2002), considera que o MoW se estabelece por entender o patrimônio documental, como uma categoria que ultrapassa barreiras impostas pelo tempo e por culturas, sendo assim um alicerce entre passado, presente e futuro, constituindo parte da construção das sociedades e do conhecimento humano.

Para que o programa se tornasse possível e alcançasse seus objetivos, foi estabelecido uma série de ações que contribuíssem para a conscientização e importância do patrimônio documental. Para se tornar um campo mais dinâmico nas relações de preservação, divulgação e conscientização, a proposta de registros de patrimônios documentais foi adotada, seguindo isto até hoje, podendo haver registros nas esferas regional, nacional e/ou internacional.

O MoW desenvolve suas ações por meios de conselhos, sendo o Conselho Consultivo Internacional o nível de maior hierarquia do programa. Abaixo do Conselho, estão os Comitês Regionais e Comitês Nacionais, onde ambos têm como objetivo e responsabilidade a organização dos editais, para as candidaturas de futuros registros

³ Maurice Halbwachs foi um sociólogo que se propôs a estudar a memória num sentido diferenciado do que vertentes do início do século XX se propunham, atribuindo a memória não apenas ao indivíduo e a biologia, mas também que esta é formada por vínculos sociais que cada pessoa possui. Assim Halbwachs foi pioneiro ao relacionar contextos sociais na formação da memória individual, e desta forma na memória coletiva. Assim Halbwachs (2013, p. 30) enfatiza que “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós”.

no programa. Neste sentido, o cenário brasileiro é composto por um Comitê Nacional, criado em 02 de setembro de 2004, pela portaria nº 259, do Ministério da Cultura. Sua regulamentação aconteceu três anos após, em 31 de outubro de 2007.

Com a regulamentação também foi constituída a composição do comitê, sendo formado atualmente por 18 representantes de instituições ou das seguintes áreas: a) Ministério da Cultura; b) Fundação Biblioteca Nacional; c) Arquivos Militares; d) Comissão Nacional da UNESCO; e) Arquivos Públicos Municipais; f) Associações de ensino e pesquisa; g) Arquivos Públicos Estaduais; h) Arquivos Eclesiásticos; i) três especialistas com conhecimento e renome na preservação de patrimônio documental; j) Arquivos Privados; k) Comitê Regional da América Latina e Caribe; l) IPHAN; m) Conselho Nacional de Arquivos; n) Arquivo Nacional; o) IBRAM; e p) Arquivos Audiovisuais (Brasil, 2013).

As ações do Comitê Nacional só foram iniciadas no ano de 2007, sendo aberto o primeiro edital para registro no decorrido ano. Até hoje apenas nos anos de 2019, 2020 e 2021 não houve editais para novos registros, sendo o edital de 2022 o mais atual. Todos os anos o Comitê determina que sejam registrados no máximo dez (10) processos. Para isto existem requisitos que são definidos nos editais, sendo: 1) autenticidade; 2) unicidade e singularidade; 3) relevância; 4) organicidade; 5) acessibilidade; 6) integridade.

Segundo Crivelli e Bizello (2019) os critérios pretendem garantir maior transparência na seleção e no registro. Porém seguem afirmando que mesmo havendo critérios a escolha é determinada pela subjetividade das pessoas que compõem o comitê, neste sentido interferindo diretamente na construção da memória, da cultura e da identidade de um grupo social.

Ao estudar os registros entre os anos de 2007 e 2010, Crivelli e Bizello (2019) destacam a composição dos registros em arquivos pessoais ou privados. Das 38 candidaturas entre 2007 e 2010, 12 são compostas por itens ou conjuntos de coleções pessoais ou privadas, representando quase 1/3. A evidência trazida aqui e que merece ser destacada é que o Comitê considera também como parte da identidade, memória e história nacional, documentos constituintes e personagens históricos e políticos, o que acaba afetando o conceito do próprio programa, que se propõem a constituir a memória do mundo, mostrando a diversidade das culturas humanas.

Assim pode ser observado que, embora o MoW forneça ações para a preservação do patrimônio documental, o registro no programa considerará muito

mais o processo argumentativo das instituições e dos proponentes, do que o próprio patrimônio em si, mostrando mais uma vez que preservar a memória e a cultura é preservar discursos e subjetividades, organizadas por uma seleção predeterminada.

No Brasil, o Comitê Nacional do MoW seleciona patrimônio documental nacional com interesse de tombamento internacional por meio de editais. A fim de contextualizar o formato de edital elaborado pelo Comitê Nacional do MoW, analisamos, a partir de agora, o último edital lançado, datado de 28 de março de 2018. O objetivo é perceber os critérios de seleção, as formas de acesso ao edital, bem como se ele é acessível e democrático. O edital é dividido em texto principal e Anexo A (regulamento para candidaturas à nomeação no Registro Memória do Mundo Brasil de 2018).⁴

O item 1 do edital o identifica e estabelece as suas pretensões, definindo o registro de 0 a 10 bens de patrimônio arquivísticos ou bibliográficos que estejam sobre custódia em território nacional. Estabelece que os documentos podem ser textuais, audiovisuais, iconográficos ou cartográficos, sejam em suporte físico ou digital (Brasil, 2018).

Adiante, o item 2 do referido edital abre as demandas dos julgamentos dos pedidos de registros, onde consta que a escolha das candidaturas é realizada pelos membros do MoW Brasil, a partir da convocatória do(a) presidente da diretoria, bem como a data do resultado.

O item 3 (disposições gerais) define que o comitê nacional é soberano, não cabendo recursos sobre as decisões do mesmo, sendo que estas são definidas pelas Diretrizes para Salvaguarda do Patrimônio Documental. É definido também que a confirmação de recebimento da candidatura é feita por e-mail e que o comitê poderá solicitar informações adicionais para sanar dúvidas, bem como poderá realizar visitas técnicas até os locais de custódia.

Prosseguindo na análise do edital, o Anexo A, segue estrutura similar. O item 1 caracteriza o objeto do edital, sendo a seleção de 0 a 10 propostas para registro, seguindo as mesmas características do item 1 do texto principal.

O item 2 estabelece o tema, ou seja, caracteriza o que será considerado patrimônio documental e o que ficará de fora. Como definição é estabelecido:

⁴ Foi optado como recorte temporal de análise o edital a nível nacional, sendo o último lançado no ano de 2018. Porém a nível regional (MoW América Latina) o último edital lançado foi em março de 2022, finalizando as inscrições em julho do mesmo ano.

Os bens de patrimônio arquivístico ou bibliográfico, de qualquer gênero ou suporte, conforme indicado no item 1 deste Regulamento, candidatos à inscrição no Registro Memória do Mundo do Brasil, deverão ter relevância para a memória coletiva da sociedade brasileira, de acordo com as diretrizes emanadas do MoW/UNESCO. A referida relevância será avaliada pelo Comitê, levando-se em consideração seu impacto e significado para a história e cultura brasileiras, em sua diversidade e complexidade. (Brasil, 2018, p.4).

Nota-se que o texto se refere ao patrimônio arquivístico ou bibliográfico, e não patrimônio documental. Assim, entendemos que floresce ainda mais as discussões sobre definições e conceitos do que é patrimônio documental, mostrando que há mais influência da Arquivologia e Biblioteconomia nas tomadas de decisões, do que da Museologia.

Ainda sobre a citação anterior, destaca-se o fato de que a inscrição deverá ter relevância para a memória coletiva da sociedade brasileira. Mesmo sendo esclarecidas as diretrizes do programa a ser seguidas, a reflexão que deve ser feita é, quais memórias coletivas? Será ainda a relação entre memória e poder enunciada por Chagas (2002b)? De que memórias estamos nos referindo, das que realmente condizem com a sociedade, ou com o discurso institucional das unidades que tem a custódia destes acervos? Estas perguntas podem não ter respostas imediatas, mas certamente se tornam fundamentais para questionarmos e avançarmos na avaliação ao MoW. Isso porque, em nossa opinião, a sociedade demanda por formas de seleção e preservação de memórias que não se estabeleçam apenas nos acervos institucionalizados, muitos deles ressoando os mesmos discursos.

O item 3 do edital analisado aqui se refere à habilitação, podendo ser individual ou em grupo, pessoa física ou jurídica, pública ou privada. Novamente, o que chama a atenção para este item é que, tanto a candidatura individual quanto em grupo, se refere a patrimônio arquivístico ou bibliográfico, novamente induzindo a caracterização destes como patrimônio documental. Nesse sentido, o edital prevê que é obrigatório o preenchimento do formulário de inscrição⁵, para as candidaturas:

Para o encaminhamento de qualquer candidatura é obrigatório o preenchimento do Formulário de Candidatura, Anexo II para todas as candidaturas (arquivísticas e bibliográficas), e o Anexo III apenas para conjuntos documentais arquivísticos. (Brasil, 2018, p.5).

⁵ O formulário e os dados suplementares do patrimônio arquivístico ou bibliográfico estão na sessão de Anexos deste trabalho.

O 4º item da chamada se refere à forma de inscrição, via e-mail, encaminhando o formulário e os anexos, até a data limite. Já o item 5 é o de maior relevância nesta análise, pois considera o julgamento das inscrições, utilizando os critérios do MoW. Para isso são julgados os seguintes requisitos:

- I – Autenticidade do bem de patrimônio arquivístico ou bibliográfico;
- II – Unicidade e singularidade do bem de patrimônio arquivístico ou bibliográfico;
- III – Relevância do bem de patrimônio arquivístico ou bibliográfico, para a história, a cultura e a sociedade do Brasil, levando-se em conta o lugar, pessoas ou atores envolvidos em sua geração, o(s) assunto(s) ou tema(s) tratado(s), assim como a sua forma e estilo;
- IV – Organicidade do bem de patrimônio arquivístico ou bibliográfico;
- V – Acessibilidade do bem de patrimônio arquivístico ou bibliográfico ao público, ressalvadas as limitações que visem à sua preservação e segurança;
- VI – Integridade do bem de patrimônio arquivístico ou bibliográfico. (Brasil, 2018, p.6).

Não se estabelecem os instrumentos de avaliação que operacionalizam os critérios de pontuação para seleção dos inscritos. O processo de escolha acaba se tornando subjetivo, uma vez que não há definição de pontuação que classifique um registro do outro, assim como não se possibilita recurso, sendo soberana a decisão do comitê.

Independentemente dos critérios e da composição do comitê, não se busca julgar aqui, o conhecimento e a capacidade avaliativa, mas sim a forma antirrepublicana de seleção. Assim, o que pode ser entendido é que caso uma candidatura seja negada (o que deve ocorrer) por não atender os critérios, esta não se considera patrimônio documental, o que parece um pouco ambíguo, pois o próprio programa tenta definir o conceito de patrimônio documental, mas acaba excluindo ao caracterizar apenas patrimônios arquivísticos e bibliográficos como documentais. Como já exposto nesta tese, os museus, por exemplo, possuem coleções documentais que podem não se classificar como ‘arquivístico’ ou ‘bibliográfico’.

O item 6 define a soberania do resultado, não existindo possibilidade de recurso à seleção do Comitê.

O Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO é soberano, não cabendo, a nenhum título, recurso com relação aos resultados do processo de seleção das candidaturas, baseado no regulamento deste edital e no documento “Diretrizes para a Salvaguarda do Patrimônio

Documental”, edição revisada de 2002, documento norteador do Programa Memória do Mundo da UNESCO. (Brasil, 2018, p.7).

O fato de não caber recurso às candidaturas não selecionadas como patrimônio documental (já restrito à forma arquivística e bibliográfica) pode ser questionado. No nosso entendimento, há um distanciamento entre o que se adota no Brasil e a proposta do MoW, pois pode não estar se considerando o conceito de documento num todo, mas sim para a Arquivologia e a Biblioteconomia.

O item 7 abrange os resultados, onde consta a data final de divulgação, bem como a publicação no Arquivo Nacional. Além disso, define-se que cada registro selecionado receberá seu certificado.

Após a emissão do certificado, no item 8 do regulamento consta sobre as obrigações dos patrimônios registrados, como a utilização da logomarca do programa em todos os materiais de divulgação. Além disto, evidencia que a UNESCO não tem compromisso algum com investimento financeiro para os bens registrados, da mesma forma que o registro não é uma forma de tombamento. Porém, exige que o proprietário do bem ou as instituições custodiadoras mantenham os bens preservados, tanto o seu suporte, quanto seu conteúdo, garantindo também o acesso público.

As responsabilidades dos proprietários e instituições custodiadoras estabelece-se no item 9. Após o registro não há possibilidade de cancelá-lo, da mesma forma que caso haja furto, ou qualquer sinistro, deverá ser avisado o comitê, que encaminhará documentação para a exclusão do bem do MoW. Outra responsabilidade é o compromisso em manter informações atualizadas sobre os registros, como ações de conservação, restauro, exposições, entre outros. Por fim, o item 10 dispõem de assuntos gerais e enfatiza que o não cumprimento do regulamento, desclassifica automaticamente a candidatura.

Considerando a discussão contextual do MoW Brasil a partir da análise de seu principal instrumento de seleção de itens a serem certificados como patrimônio arquivístico ou bibliográfico, é preciso recuperar o conceito de documento. Isso porque, como vimos, a perspectiva adotada para certificação de documentos como memória do mundo no nosso país parte de uma perspectiva distinta no aspecto amplo do conceito de patrimônio documental adotado pela própria UNESCO.

Entendemos que as perspectivas teóricas acerca do patrimônio na interface do documento no Brasil precisam ser ampliadas para que outras categorias de coleções documentais possam concorrer à certificação. Isso porque, teoricamente, o

programa em âmbito nacional é influenciado pela construção disciplinar do conceito de patrimônio atrelado ao documento.

Nesse aspecto, as próximas subseções contribuirão para a problematização do conceito de documento nas áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Entendemos que a compreensão disciplinar pode auxiliar na construção de um conceito mais amplo de patrimônio documental, que respeite a interseccionalidade dos conceitos e significados do documento como constituinte e constituidor da memória do mundo.

2.4 BIBLIOTECA, DOCUMENTO E A BIBLIOTECONOMIA

A origem da Biblioteconomia remonta à história das bibliotecas e dos livros, conforme aponta Jacob (2000) ao estudar e pesquisar a história desta área, enfatizando, principalmente, a Biblioteca de Alexandria (século III a.C.). Como parte do imaginário social ocidental, a Biblioteca de Alexandria, apesar de não ser a primeira biblioteca do mundo, se constituiu como um espaço singular na composição de um grande acervo de documentos sobre conhecimento humano.

Nesta perspectiva, Jacob (2000) defende que, na Biblioteca de Alexandria, já existia a intenção de organizar o conhecimento humano, não sendo apenas um espaço de acúmulo ou guarda de documentos. Assim, a biblioteca possuía, como parte de seus responsáveis, os tradutores, escritores e outras “profissões” que tinham por objetivo guardar todo conhecimento humano possível até aquela época. Jacob reforça que a Biblioteca de Alexandria tinha a característica em ser de poder do Estado.

Já na idade média, como aponta Martins (2001), as bibliotecas eram de controle da Igreja Católica, pois estavam vinculadas, principalmente, aos mosteiros, originando assim os monges copistas, que tinham a responsabilidade de reproduzir livros, tanto os de caráter profano como os de caráter sagrado. Ainda na idade média, com o nascimento das primeiras universidades, conforme aponta Battles (2003), houve a primeira tentativa de afastamento das bibliotecas da Igreja Católica, sendo criadas bibliotecas dentro das universidades, possuindo um caráter mais científico que religioso.

Assim, com o advento da era renascentista e o florescer das artes e ciências humanistas da época, houve mudanças significativas na cultura e na sociedade

ocidental, principalmente ligadas ao acesso à informação e ao conhecimento. Como aponta Martins (2001), o livro ganhou um caráter de consumo cultural e de trabalho, não mais apenas a serviço da religião ou da fé. Este acesso, foi possível graças ao avanço na produção de papel, como defendido por Febvre e Martin (2015) e à invenção da imprensa de Gutenberg, como aponta Milanesi (1983). De acordo com este, o processo de impressão, por ser mais rápido, possibilitou que bibliotecas tivessem mais exemplares, necessitando assim de novas formas de organização.

Com a ascensão dos Estados Modernos e a Revolução Industrial, as bibliotecas passaram novamente por significativas mudanças. De acordo com Battles (2003) ao se estabelecer os Estados-nações, houve a necessidade de se criarem estruturas que mostrassem o poder hegemônico de um país para outro. Assim, as bibliotecas nacionais foram criadas e tiveram suas coleções aumentadas de forma significativa, em função da produção em massa ocasionada pela revolução industrial do século XIX. Neste sentido, ainda segundo Battes (2003), a partir desta época se demonstra um caráter de universalidade e acesso a bibliotecas, surgindo as primeiras bibliotecas públicas.

No século XX, Milanesi (1983) aponta que a biblioteca começa a ter caráter educativo, começando a se popularizar, contribuindo desta forma na democratização e acesso aos livros, e, por consequência, à informação. O mesmo autor ainda denota que este acesso acaba acontecendo em função de uma adição de valor à informação, o que será discutido adiante.

A criação de novas tecnologias na década de 1990, principalmente do desenvolvimento e criação da internet, fez com que os livros e documentos digitais sofressem um *boom*, tão significativo quanto o que aconteceu na revolução industrial. Como discorre Sayão (2008), as bibliotecas digitais e a criação de tecnologias da informação possibilitaram maior velocidade na busca e no uso dos livros como suportes de informação.

Exposto até aqui uma breve contextualização da história das bibliotecas, se faz necessário também demonstrar como os livros, entendidos nessa tese como o documento que se constituirá como patrimônio bibliográfico, são organizados e geridos.

Para Dias (2000) a influência do fazer biblioteconômico norte-americano, fundamenta ainda hoje as bibliotecas. No entanto, verifica-se uma diretriz tradicional norte-americana, e uma matriz especializada nos processos de gestão das

instituições, técnicas documentárias e seu acervo, de vertente francesa. A diretriz tradicional está relacionada ao desenvolvimento das bibliotecas como unidades que armazenam livros, criam coleções, possuem uma tecnicidade alta e tem na sua base um serviço de referência. Já a diretriz especializada possui vínculo com o desenvolvimento da documentação, perspectiva francesa instaurada por Paul Otlet e Suzane Briet e que será discutida adiante.

Smit (2003) entende que os documentos na biblioteca (os livros), diferentemente da Arquivologia (que será analisada no item a seguir), tem sua função ligada à saída do seu sistema, ou seja, no acesso e uso do objeto informacional pelo seu usuário.

2.5 ARQUIVO, DOCUMENTO E A ARQUIVOLOGIA

A Arquivologia tem sua trajetória ligada ao desenvolvimento dos registros humanos, estes vinculados mais precisamente com o desenvolvimento da escrita, conforme aponta Gagnon-Arguin (1998). Esta autora, ao discorrer sobre a história dos arquivos, explica que, para este estudo, é preciso compreender e refletir sobre toda a trajetória humana, seus diferentes momentos, bem como sua localização e sua forma social.

No entanto, por mais que a sociedade ocidental foi se consolidando a partir da constituição de registros, foi apenas no limiar da idade contemporânea que os Arquivos, como instituições, se constituíram. Segundo Heredia Herrera (1991), é a Revolução Francesa um dos pontos de referência para a “invenção” dos arquivos. O ideal de Estado-nação, com estruturas não apenas jurídicas, mas também de memória e poder, foi o propulsor da institucionalização dos Arquivos. Ao considerar este período, a mesma autora reflete sobre a forma como os documentos do Estado deveriam estar classificados, bem como sua produção e uso, nascendo desta forma a Arquivística ou Arquivologia, uma área do conhecimento que contribui para a organização do Arquivo.

Com o desenvolvimento da área, há um reforço histórico no pós-segunda guerra mundial, conforme aponta Schmidt e Smit (2014), sendo de fundamental importância a criação do Conselho Internacional de Arquivos, pela UNESCO. Este conselho tem papel fundamental no auxílio para estudos, pesquisas e desenvolvimento teórico e prático da Arquivologia internacional.

Mesmo sendo o Arquivo Moderno um modelo para gestão de arquivos, a Arquivologia tem, em sua história, princípios e fundamentos bem anteriores, como no caso da influência da Diplomática Clássica, do “Manual dos arquivistas holandeses”. Neste caminho, como afirma Bellotto (2008), quatro princípios são basilares para a Arquivologia: 1) proveniência; 2) unicidade; 3) organicidade; 4) indivisibilidade. De forma resumida se pode dizer que proveniência é a relação com quem produziu o documento, também chamado de respeito aos fundos. Unicidade é a característica única que cada documento possui. Organicidade é a relação natural dos documentos em sua produção e organização, e a indivisibilidade diz respeito à integridade dos documentos.

Estas características fazem relação com Heredia Herrera (1991) ao especificar que arquivos, documentos de arquivos e informação, compõem o cerne da arquivística. A autora também defende que a informação e o suporte são intrínsecos um ao outro, corroborando assim com o estudo posterior de Thomassen (1999), ao entender e definir que a arquivologia, não necessita necessariamente estudar o suporte, mas sim a informação gerada dos documentos arquivísticos e dos contextos de sua criação.

Bellotto (2010) destaca o ciclo de vida dos documentos de arquivos, criados em função de uma necessidade humana ou social, de comunicar algo, mostrando que a criação de documentos só tem significado, quando estiver no seu contexto, conforme identificado anteriormente por Thomassen (1999).

Corroborando com esta análise, e adentrando a ideia de Smit (2003), a Arquivologia entende que o documento do arquivo está vinculado a sua função originária, constituindo desde a criação do documento o seu caráter informacional.

De forma técnica, o conceito de documento de arquivo agrega a histórica construção dos arquivos, interconectando teoria, princípios e fundamentos aportados na seguinte definição: documento de arquivo é aquele produzido e ou recebido por uma instituição (ou pessoa), de direito público ou privado, no exercício de suas funções (ABNT, 1986). Dessa forma, esse escopo restringe a categoria ‘patrimônio arquivístico’ à composição com esta tipologia documental.

2.6 MUSEU, DOCUMENTO E MUSEOLOGIA

A relação entre documento e a Museologia precisa ser analisada sob foco do colecionismo humano e sua origem. Desde que o homem começou a reunir objetos, o colecionismo iniciou sua trajetória. Conforme aponta Lewis (2015), o homem pré-histórico reunia artefatos, eles sendo associativos ou não, para rituais ou até mesmo trocas.

A posse e a coleção também podem ser vistas em sociedades posteriores, como o Egito Antigo. Nesta civilização, Suano (1986) afirma que a formação de coleções com objetos tinha o intuito de estudos, trocas de saberes, rituais, e até mesmo acompanhar seus donos para a vida após a morte, conforme suas crenças à época.

Foram os gregos antigos que definiram um espaço para esse costume humano de colecionar para lembrar, pois a palavra museu deriva de *mouseion*, local de adoração das antigas musas, filhas de Zeus e Mnemosine (deusa da Memória), sendo elas: Calíope, Clio, Euterpe, Melpómone, Terpsícore, Erato, Polímnia, Urania e Talia (Guimarães, 1972). Ainda sobre os gregos, Cândido (2013) aponta que estes locais eram depósitos de objetos em adoração às divindades, sendo os sacerdotes do *mouseion* responsáveis pela recolha, guarda e segurança do que era colocado em oferta.

Ainda na antiguidade clássica, Pomian (1984) relata a origem das coleções romanas, frutos da conquista que os imperadores obtinham sobre outras sociedades. Estas coleções tinham como objetivo a exposição de poder sobre o inimigo, a caracterização de riqueza e civilidade.

Com a queda do império romano e a ascensão da Igreja Católica, muitos desses objetos foram incorporados às coleções da igreja. Pomian (1984), estudando o colecionismo nesta época da história humana, explica como muitos desses objetos foram ressignificados para se tornarem relíquias, e desta forma serem armazenados pela Igreja. O desenvolvimento deste colecionismo católico acabou resultando na formação cada vez maior de coleções, que compunham os interiores das igrejas, fazendo da Igreja Católica uma das instituições que mais coleciona no mundo.

Porém, com o apogeu da era renascentista e diminuição do poder da igreja no mundo ocidental, as monarquias europeias, da mesma forma que os antigos imperadores romanos, desenvolveram para si locais privados para o armazenamento

de coleções. Conforme aponta Julião (2006), o termo utilizado para esses acervos é coleções reais ou Câmaras principescas.

Estes locais eram formados por coleções que tinham como objetivo mostrar o poder econômico e político da época de famílias e monarcas. Neste período também surgiram os gabinetes de curiosidades, como discorre Giraudy e Bouilhet (1990), formados principalmente por objetos exóticos vindos das expedições europeias, fruto das grandes navegações.

O nascimento do museu moderno tem a mesma origem que a biblioteca moderna e o arquivo moderno. Seu princípio está ligado à Revolução Francesa e à criação dos Estados-nações, surgindo assim os primeiros museus públicos no mundo, como o Louvre (Choay, 2001).

Fator importante no desenvolvimento do museu moderno foi o desenvolvimento da revolução industrial, pois houve uma mudança social que também mudou a forma de consumo das pessoas. Conforme mostra Julião (2006) a mudança social causada tanto pela revolução francesa, ao criar a identidade nacionalista, quanto o desenvolvimento de uma nova sociedade de consumo, proporcionou que instituições, como o museu moderno, fossem criados e ampliados, para que a população pudesse usufruir de um espaço e exposição do exótico e da curiosidade.

Cândido (2013) afirma que as coleções dos museus precisavam então iniciar sua organização, a fim de colocar ordem nos acervos. Isso foi influenciado pelos museus norte-americanos, principalmente aqueles que possuíam coleções científicas e de taxidermia. Por meio da influência estadunidense e com o crescimento de museus com caráter científico, e não mais apenas contemplativo, foi possível o desenvolvimento de formas de gestão dentro das instituições.

Num cenário nacional, relativamente no mesmo contexto que a Europa, as experiências museológicas iniciaram, conforme aponta Chagas (2003), ainda no século XVII com as coleções de Maurício de Nassau. O mesmo autor afirma que no século XVIII, no Rio de Janeiro, a Casa dos Pássaros deu origem no século XIX ao Museu Nacional, criado por D. João VI.

Julião (2006) corrobora com Chagas (2009), ao considerar que a vinda da família Real Portuguesa ao Brasil, juntamente com suas coleções, ocorre a abertura do Museu Nacional (citado anteriormente) e que, futuramente, parte deste acervo comporia o Museu Nacional de Belas Artes.

Influenciado de certa forma pela Europa, os museus Brasileiros até o século XIX tinham o caráter enciclopédico e em alguns casos etnográfico também. Porém foi apenas no século XX, principalmente com a difusão de ideias e ideais nacionalistas, que surge o Museu Histórico Nacional (MHN), no Rio de Janeiro, a fim de ser uma instituição que demonstrasse um discurso da história oficial da nação.

Ainda no decorrer do século XX, especificamente na era Vargas, Julião (2006) denota a influência que o MHN teve na criação dos futuros museus no Brasil, principalmente com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), onde houve, pela primeira vez no país, a criação de políticas públicas para a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

A partir da década de 1970, o SPHAN passa a se denominar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Apenas em 2003, os museus nacionais ganharam destaque e trabalhos específicos no cenário nacional com a criação do Departamento de Museus (DEMU) e a Política Nacional de Museus. Com o desenvolvimento da Museologia e das discussões acerca do patrimônio cultural salvaguardado pelas instituições museológicas, no ano de 2006 o DEMU se torna uma autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, denominando-se Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Aqui vale ressaltar que, diferentemente dos arquivos e bibliotecas que possuem diretrizes vinculadas ao Arquivo Nacional e à Biblioteca Nacional, os museus no Brasil têm seu vínculo maior com o IBRAM, o qual se organiza para criar e implantar políticas públicas em todas as regiões do país, a fim de garantir a preservação e o acesso ao patrimônio cultural dos museus. Neste aspecto em 2009, foi aprovada a lei 11.904 de 14 de janeiro, que cria o Estatuto de Museus, estabelecendo normas, direitos e obrigações que todo museu no Brasil deva ter. Tomando isto como aspecto fundamental para esta tese, posteriormente abordaremos como a legislação vigente deve nortear também o modelo proposto, incluindo neste sentido a pesquisa acadêmica ao desenvolvimento profissional da área.

No que tange ao conceito de documento, a Museologia destaca que estes estão correlacionados com o próprio conceito de objeto, item, peça de museu, conforme apresentado anteriormente no conceito de museália, proposto por Chagas (1996). Assim, para a Museologia o ato de musealizar um objeto, transforma-o em documento, fazendo referência a Otlet (2018) que atribui cinco categorias de

documentos além dos textuais sendo: 1) naturais; 2) artificiais; 3) objetos portadores de pegadas humanas; 4) objetos demonstrativos; e 5) objetos de arte.

Desvallées e Mairesse (2013), ao auxiliarem o Conselho Internacional de Museus (ICOM) na definição dos conceitos-chave da Museologia, não atribuem um conceito a documento, mas estabelecem vínculos com o conceito de musealização, onde destacam que

A musealização começa com uma etapa de separação ou de suspensão (...) os objetos ou as coisas (objetos autênticos) são separados de seu contexto de origem para serem estudados como documentos representativos da realidade que eles constituíam (Desvallées; Mairesse, 2013, p. 57).

Ainda neste sentido Desvallées e Mairesse (2013, p. 58) mostram que: “O objeto portador de informação, ou objeto-documento musealizado, inscreve-se no coração da atividade científica do museu”.

Por fim, ainda citando Desvallées e Mairesse (2013) denota-se que o conceito de documento na Museologia está vinculado ao conceito de objeto, sendo os museus responsáveis por sua preservação, pesquisa e comunicação, produzindo conhecimento a partir deles.

2.7 DOCUMENTO, DOCUMENTAÇÃO E CI

Entre as obras influenciadoras da constituição epistemológica da CI, merece destaque o “Tratado da Documentação” de Paul Otlet, publicada em 1934 pela editora Mundaneum. Nesta tese, a edição utilizada para análise é a de 2018, publicada no Brasil pela editora Briquet de Lemos, com tradução de Taiguara Villela Aldabalde *et al.*

Paul Marie Gislain Otlet, nasceu em Bruxelas (Bélgica), no dia 23 de agosto de 1868. Formou-se na Universidade Católica de Louven e também na Universidade Livre de Bruxelas, cursando Direito, onde atuou pouco tempo, pois teve mais interesse na área de Bibliografia (Rayward, 1975).

No ano de 1891, Otlet conhece Henri La Fontaine, outro advogado que possuía também interesse em estudos bibliográficos, tornando-se assim, seu principal companheiro de trabalho em Bibliografia. Conforme destaca Pereira, Kroeff e Correa (2018), Otlet e La Fontaine utilizaram das suas afinidades para criarem o Instituto

Internacional de Bibliografia, a fim de estudarem e melhorarem as técnicas já existentes. Neste sentido, com a evolução das pesquisas, Otlet e La Fontaine acabam aperfeiçoando o sistema de classificação de Dewey, assim surgindo a Classificação Decimal Universal, conhecida como CDU.

Tanto Rayward (1975) quanto Pereira, Kroeff e Correa (2018), denotam a importância dos trabalhos de Otlet na formação da Biblioteconomia, bem como enfatizam também outros sonhos otletianos, como a criação da Cidade do Conhecimento (*Mundaneum*), um local que concentraria todo o conhecimento humano já produzido, que até teve um início, mas foi fechado em função da crise econômica que se instalou na Bélgica após a Primeira Guerra Mundial.

Foi na década de 1930, conforme destaca Pereira, Kroeff e Correa (2018) que o Instituto Internacional de Bibliografia se transformou em Instituto de Documentação, sendo influenciado assim pela criação da obra Tratado da Documentação. Alvarres e Araújo Júnior (2010), ao estudar a obra de Otlet, mostram que foi neste momento que o termo 'documentação' foi utilizado num contexto internacional.

O projeto principal de Otlet, o *Mundaneum*, foi fortemente abalado com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, onde, com inúmeros esforços, tentou salvar toda a trajetória de seus trabalhos, conforme denotam Pereira, Kroeff e Correa (2018). O *Mundaneum* estava localizado na Bélgica, local que sofreu com inúmeros ataques tanto dos Aliados, quanto do Eixo, e estava sempre sob olhares alemães. Otlet acabou falecendo em 10 de dezembro de 1944. O seu trabalho foi esquecido por muito tempo, em virtude de ideias sobre a informação advindas dos Estados Unidos da América e sua forte relação com a criação da Ciência da Informação.

Podemos considerar que o esquecimento à obra de Otlet pode ter sido até mesmo intencional, visto que as ideias americanas sobre informação estavam relacionadas a mecanização trazidas por Vannevar Bush (1945), enquanto a ideia de Otlet era de universalização da informação num contexto tradicional de livros e bibliotecas.

Isso porque Otlet (2018) define a documentação como uma disciplina, que tem como objetivo os estudos de documentos, no que tange a sua funcionalidade. Neste sentido, Otlet entende que os documentos vão além dos registros textuais, podendo ser também imagens, objetos tridimensionais e até mesmo sons. Percebe-se que a obra de Otlet, influencia as posições de Le Goff (1990), quando o historiador

explica que documento pode ser algo criado numa intencionalidade, mas também quando isso não acontece, ele pode existir desde que tenha sido um produto humano.

Ao definir os documentos fora da textualidade, Otlet (2018) define cinco categorias de documentos sendo: 1) naturais; 2) artificiais; 3) objetos portadores de pegadas humanas; 4) objetos demonstrativos; 5) objetos de arte. A categoria natural está atrelada à matéria e estrutura encontrada na natureza, que, quando interpretada, ganha o sentido de documento. A categoria artificial é composta por objetos criados pelos seres humanos para suprir necessidades. Os objetos portadores de pegadas humanas têm como principal característica a interpretação e evidência de grupos humanos. Já os objetos demonstrativos representam os pensamentos e reflexões humanas. Por fim, os objetos de arte expressam a arte no seu sentido mais puro, uma característica estritamente humana.

Sob a influência de Otlet, outros pesquisadores avançaram nas discussões sobre o que constitui um documento e, a partir destas discussões, se estabeleceram novas teorias e novas pesquisas sobre o assunto. Este é o caso de Susane Briet que nos anos de 1950, trouxe avanços ao tratado de Otlet, com sua Obra *Qu'est-ce que la documentation?*

Corrêa e Spudeit (2018) ao inferirem sobre a contribuição e importância de Briet para a documentação, detalham a vida da documentalista. Suzanne Briet nasceu na França, em 01 de fevereiro de 1894. Foi uma bibliotecária e documentalista de fundamental legado para o desenvolvimento da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, principalmente com sua atuação na Biblioteca Nacional da França, o que conduziu para que, em 1951, ela publicasse sua obra principal.

Para esta autora, o documento deve ser entendido como algo que evidencia determinada relação humana, sendo necessário o registro ou a constituição de um objeto. Assim, Briet (2016) define documentos em primários e secundários, onde os primários são os objetos em si e os secundários criados a partir dos primários. Assim, para Briet, o documento passa a ter intencionalidade, ou seja, a intenção em registrar algo para posterioridade, bem como para a criação de novos documentos, permitindo que estes sejam ordenados, classificados, categorizados etc.

Nesta seara, a partir da década de 1970, o britânico Michael Buckland (1991) aprofunda a visão de Briet, estabelecendo que o documento, independentemente de sua materialidade, é um portador de informação. Neste sentido ele estabelece três usos da informação, sendo: informação como processo; informação como

conhecimento e informação como coisa. Neste aspecto, para entender a materialidade da informação é que se estabelece o vínculo com a materialidade do documento, afinal apenas algo material pode ser classificado, organizado ou mesmo documentado.

Assim, ao definir que o documento é o suporte físico da informação, Buckland (1991) lhe atribui características indissociáveis: a materialidade; a intencionalidade; o processamento e a fenomenologia. A materialidade é inerente ao contexto de criação do documento, o que reflete a intenção de um grupo ou uma pessoa em querer que determinada informação se torne documento, mostrando assim a intencionalidade do fato, condizente, de certa forma, na criação de documentos como um fenômeno social e culturalmente humano.

Buckland (1991) ao escrever *Information as Thing*, acaba introduzindo a informação em três conceitos, sendo: 1) informação como processo; 2) informação como conhecimento; 3) informação como coisa. Siqueira (2012), ao estudar esta obra de Buckland, explica que a informação como processo se refere ao ato de comunicar determinado conhecimento. Já a informação como conhecimento é algo que é capaz de diminuir ruídos informacionais, com o fim de gerar conhecimento. Por fim, o conhecimento como coisa é o sentido físico da informação, ou seja, seu suporte, sendo qualquer objeto, dado ou coisa que tenha propriedade em comunicar algo, ou ser informativo.

Assim, Buckland (1997) acaba por introduzir novamente a ideias de Otlet e Briet, nos estudos dos documentos pela CI, com seu outro artigo *What is document?*, onde reforça a ideia da informação como coisa, sendo necessário estudos sobre o caráter documental da informação. Rodrigues e Baptista (2021) demonstram que as obras de Buckland reintroduziram o conceito de documento e também acabaram influenciando os estudos da informação nas suas características subjetivas, estudados também por Capurro e Hjørland (2007).

O filósofo da informação Bernd Frohmann (2008), em fins do século XX, influenciado pelas reflexões contemporâneas de Michel Foucault, estabelece o documento e a documentação como componentes da sociedade da informação. Nesta perspectiva, o conceito de materialidade é intrínseco ao documento, necessitando de processos técnicos para compreensão, organização e difusão da informação para uso da sociedade. Para Frohmann (2008), ao se estabelecer processos documentais, nós fazemos com que se institucionalizem os documentos. Nesta prática, criamos os contextos de utilização do conteúdo e da massa documental, o que pode ser utilizado

de formas variadas, tanto para controle quanto para liberdade social. Contribuindo com essa discussão, Ferrando e Freitas (2017) afirmam que o poder existe em função das relações e das estruturas sociais, sendo elas responsáveis também pela criação de documentos.

Ainda no sentido de materialidade, Smit (2012) enfatiza que a informação precisa estar materializada para que se possa ser organizada, difundida e preservada. Neste sentido, ao criar ou transformar algo em documento, a sua materialidade é que caracterizará seus processos técnicos. A autora afirma também que o trabalho com os documentos e a informação é subjetivo às condições sociais e culturais de determinada pessoa ou grupo.

Por fim, contribuindo com as discussões acerca do documento como materialidade da informação, estão as reflexões de Hjørland (2000). O estudioso evidencia que o potencial informativo de qualquer objeto pode caracterizar sua expressão física como documento. No entanto, os documentos são organizados por instituições, que, por sua vez, têm o condão de estabelecer vínculos de valor, do que deve ou não ser considerado um documento. Para Hjørland (2000), muito mais do que compreender e conceituar o documento, é necessário que se entenda e reflita sobre eles na criação de significados nos seus contextos sociais.

De forma resumida o Quadro 01 estabelece o entendimento do conceito de documento para a Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação.

Quadro 1 – Síntese conceitual acerca de documento nas áreas da CI

Arquivologia	Documento: relação com sua função originária (produção e recepção).
Biblioteconomia	Documento: relação com sua função final (uso do objeto informacional pelo usuário).
Museologia	Documento: relação com a musealização dos objetos (adquirindo significados de memória, identidade e cultura)
CI	Documento: relação com o suporte, materialidade, independe de como seja, desde que seja possível sua preservação, organização e acesso.

Fonte: Elaborado pelo autor

Considerando o que foi brevemente exposto nesta subseção, entendemos que a CI faz com que ocorra um avanço entre o conceito de documento e informação, que passam, a ser interrelacionados independentemente de seu suporte físico ou

tipologia documental. Percebe-se assim que é comum à CI a caracterização de documento atrelado ao físico, que necessita de suporte para que se estabeleça vínculo com a informação.

Assim, nossa Tese, embora tenha como objeto as coleções documentais em Museus, está intrinsecamente relacionada à Ciência da Informação. Isso porque entendemos que, nos museus, o valor e o significado das coleções documentais assumem o caráter de patrimonialidade dos documentos. Com isso, defendemos que as coleções museológicas de documentos devem compreender os documentos como patrimônio e não monumentos, sejam eles bibliográficos, arquivísticos ou de qualquer outra natureza. A custódia, a preservação e a difusão destes itens tem o objetivo de constituir memórias que sirvam de matéria-prima para a compreensão da história social. Assim, constituir modelos de gestão para a preservação de patrimônio documental em museus ampliam o papel dos profissionais da informação que trabalham em museus, pois impõem a necessidade de compreender em qual perspectiva documental se apoia a instituição quando custodia, preserva e expõe seus itens documentais.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Com relação à caracterização do trabalho e de seus procedimentos metodológicos, pode-se classificar esta pesquisa como exploratória e aplicada a partir de um estudo de caso. Silva e Menezes (2001) mostram que uma pesquisa exploratória proporciona uma familiaridade entre pesquisador e problema de pesquisa, a fim de mostrá-lo e criar hipóteses. Já a pesquisa aplicada foca na solução de problemas específicos, gerando assim novos conhecimentos. Por fim, o estudo de caso buscar estudar mais a fundo o objeto de pesquisa, permitindo que se tenha um conhecimento amplo e detalhado.

Quanto à abordagem do problema de tese esta se classifica como qualitativa, porque a análise dos dados coletados acontecerá de forma subjetiva pelo pesquisador. A pesquisa não terá foco em mostrar a veracidade por meio de dados fixos, mas sim pelas propostas advindas da interpretação do pesquisador no desenvolvimento das atividades de tratamento e gestão do patrimônio documental do Museu do Imigrante Cônego Miguel Giacca, construindo de forma ativa e participante o resultado da pesquisa.

Michel (2015) afirma que na pesquisa qualitativa, as evidências estão na relação que o pesquisador tem com seus dados, na análise subjetiva deles, não sendo empregada a utilização de dados de caráter numérico, quantitativo. A pesquisa qualitativa faz com que o pesquisador tenha o papel de compreender e interpretar a evidência para, posteriormente, construir sua pesquisa.

Além disso, a pesquisa qualitativa traz uma relação estreita entre pesquisador e a subjetividade do seu problema, que não pode ser verificado por números. Por isso, em alguns casos, as técnicas de coleta de dados não seguem modelos estatísticos, mas sim técnicas como: entrevistas, estudo de caso, estudo de campo, entre outros (Silva; Menezes, 2001).

Os próprios modelos de GI que serão considerados no desenvolvimento dos procedimentos técnicos pressupõem aspectos qualitativos. Na aproximação com esses modelos e no exercício teórico-prático do tratamento do patrimônio documental em museus, é proposto um protocolo a ser seguido para atingir os objetivos. Yin (2016) estabelece que um protocolo é um método a ser utilizado num estudo de caso, consistindo num conjunto de procedimentos menos estruturados e mais amplos, que deve conter necessariamente uma visão geral do projeto/pesquisa; os procedimentos

a serem realizados; as questões de pesquisa e um guia para relatório do estudo. O mesmo autor denota que um protocolo serve para a coleta de dados, sendo apenas uma parte de toda a pesquisa.

Um dos procedimentos técnicos utilizados para levantamento de dados para a Tese foi a pesquisa bibliográfica que, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 54), é “elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet [...]”

Para este procedimento, realizou-se uma pesquisa sobre o tema “patrimônio documental” nas seguintes bases:

- a) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD);
- b) *Web of Science*;
- c) SCOPUS;
- d) Base de dados em Ciência da Informação (BRAPCI)
- e) Biblioteca digital *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO).

Para as buscas, não se definiu recorte temporal e a coleta dos dados foi realizada durante o mês de dezembro de 2022. Para cada base e biblioteca digital foram utilizados campos específicos e, dos documentos recuperados, foram selecionados apenas os de acesso aberto. Os resultados preliminares desta consulta encontram-se na Tabela 01 e serviram de fontes de informação para o alcance do objetivo específico ‘a - Investigar o alcance da produção científica sobre patrimônio documental’.

Tabela 1 – Produção científica sobre patrimônio documental

Base	Termo	Campo	Total	Aplica-se a pesquisa
BDTD	Patrimônio documental	Título	35	1
Web of Science	Documental Heritage	Todos os campos	9	0
SCOPUS	Documental Heritage	Article title, abstract, key-words	4	0
BRAPCI	Patrimônio documental	Título	50	5
Scielo	Patrimônio documental	Todos os índices	42	3

Fonte: Elaborado pelo autor

Para cumprimento do objetivo específico 'b - levantar, a partir do Cadastro Nacional de Museus, as tipologias de acervos museológicos custodiados em museus do Brasil', o procedimento técnico foi o de pesquisa documental. De acordo com Lara e Molina (2011), a pesquisa documental compreende o levantamento de documentos que ainda não foram utilizados como base de uma pesquisa.

Como fonte de informação para a pesquisa documental foi utilizada a classificação das coleções de museus no Brasil, constante na publicação 'Museus em Número'. Foram analisados os volumes 1 e 2 do Instituto Brasileiro de Museus, onde consta as categorias de acervos dos museus nacionais. Definiu-se a estratégia de coleta de dados, de forma simplificada, transferindo os dados para planilhas do Microsoft Excel para posteriormente análise e apresentação dos resultados.

A opção por esta fonte de informação se deu pelo critério de autoridade, uma vez que, por ser uma publicação do próprio IBRAM, constituiu como categoria museológica o acervo documental que está sob custódia em museus brasileiros. Mesmo sendo uma publicação com mais de 10 anos, ainda é a única fonte segura de dados sobre a realidade museológica brasileira.

A pesquisa documental também foi utilizada para desenvolvimento do objetivo específico 'c - Identificar acervos documentais tombados como patrimônio documental nos termos do Programa Memória do Mundo da UNESCO e que estão sob custódia em museus do Brasil'. Para tanto, foi utilizada a listagem encontrada no *site*⁶ do programa que possibilita o *download* do arquivo, para posterior análise.

O arquivo disponível no site do MoW registra os documentos ou coleções entre os anos de 2007 à 2018, possuindo os campos: a) Número; b) Bens de Patrimônio; c) Entidade(s) Custodiadora(s); d) Data(s); e) Resumo. Os registros analisados para cumprir este objetivo, foram aqueles que tem no campo C um museu como unidade custodiadora.

Para alcance do objetivo específico 'd - Discutir conceitos, abordagens e modelos de gestão da informação para definição de um modelo de gestão de patrimônio documental em museus', o procedimento utilizado foi o de pesquisa bibliográfica. A discussão se desenvolveu a partir de obras de Davemport e Choo,

⁶ <http://mow.arquivonacional.gov.br/index.php/acervos-brasileiros.html>

que utilizam da gestão para definir modelos que possam ser aplicados a diversas instituições e campos do conhecimento.

Davenport defende a Ecologia da Informação, onde a informação está presente em três ambientes, o externo, o interno e o informacional. A partir do conceito de ecologia, é notável a interrelação dos ambientes e o modo como a informação passa a ser gerida em instituições, podendo ser aplicada assim aos museus, mostrando uma visão macro da GI.

Já a obra de Choo foi escolhida por complementar os princípios de Davenport, porém, num sentido de sistematização e de menor escala, focando nos processos informacionais no ambiente micro. As obras, após lidas e discutidas, auxiliaram no entendimento de gestão e na formulação do protocolo proposto.

Para atingir o objetivo específico 'e - Preparar protocolos de categorização, estado de conservação, restauração e digitalização de patrimônio documental em museus' foram elaborados protocolos em dois níveis: Protocolo A (PTA) e Protocolo B (PTB).

O Protocolo A está relacionado ao nível macro, influenciado por Davenport e sua obra Ecologia da Informação, e Edmondson na conceituação de patrimônio documental. No que tange Edmondson (2002) foi analisado suas conceituações, e criada uma tabela que auxilia na identificação e caracterização de um patrimônio documental. Com relação a Davenport (1998), é estruturada o ambiente externo, interno e informacional aplicado a museus.

O Protocolo B foca no ambiente micro, de processos internos do museu, influenciado, assim, na sistematização proposta por Choo (2003). Neste sentido, o Protocolo B engloba orientações com relação aos seguintes processos museológicos: a) Plano Museológico e ferramentas constituintes da mesma (Análise SWOT, Matriz de Eisenhower e 5W2H); b) Política de acervo (fluxo e critérios); c) Documentação em Museus, influenciado pela obra de Fernanda Camargo-Moro (1986); d) Elaboração de ficha de conservação, restauro e digitalização, referenciando Froner e Rosado (2008) e Baruki (2007); e) Acesso/extroversão do patrimônio tendo como base Cunha (2010).

Somente a partir do desenvolvimento de todos os processos expostos até aqui, foi possível propor uma metodologia para GI em acervos documentais de museus, conforme protocolos adotados, alvo do objetivo específico f. Assim, foi possível estabelecer um modelo para gestão deste tipo de acervo em museus, mostrando de forma aplicada como este processo pode acontecer. Devido ao fato de

o resultado ser um processo metodológico, a seção específica em que se desenvolve esse objetivo irá detalhar os procedimentos.

4 O ALCANCE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A TEMÁTICA DA PESQUISA

Esta seção apresenta as reflexões e aproximações no escopo teórico da pesquisa, especialmente o levantamento bibliográfico, os principais aspectos conceituais de patrimônio na sua interface documental, a gestão da informação como instrumental teórico-prático e sua possível relação com a esfera organizacional e informacional dos acervos documentais em museus.

Na BDTD ao pesquisar o termo “patrimônio documental”, no campo título, foram recuperados 35 trabalhos, dos quais apenas 1 se aplica a pesquisa. Os 34 trabalhos restantes têm como tema o patrimônio documental arquivístico, aplicando na sua metodologia normas do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). Além disto, nenhum dos 34 trabalhos excluídos desenvolve a pesquisa com patrimônio documental em museus, mas sim em arquivos, o que foge da temática desta pesquisa, mostrando que para a área da arquivologia esta temática está em evidência e em constante crescimento.

O único trabalho recuperado que faz referência a esta pesquisa é de autoria de Jappe (2018), possuindo o título de ‘Difusão das obras artísticas esculturais da UFSM através do patrimônio documental’, apresentado ao Programa de Pós-graduação Profissionalizante em Patrimônio Documental, de Centro de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no nível de mestrado. Jappe (2018) afirma que a UFSM possui um grande patrimônio artístico cultural, principalmente ligado a esculturas. O objetivo da pesquisa é a difusão destas obras artísticas, por meio da recuperação de informações do patrimônio documental da Universidade. Para isto a pesquisadora utiliza de metodologias para localizar e identificar as obras, bem como o patrimônio documental que as contextualizam.

O trabalho de Jappe (2018) evidencia que a pesquisa sobre o patrimônio documental, além do que é produzido pela Arquivologia e pela Biblioteconomia, pode auxiliar no desenvolvimento e produção de conhecimento de outras áreas, podendo a GI ser aplicada em museus. Assim, ao buscar a localização e identificar as obras de arte, Jappe (2018) também localiza e identifica o patrimônio documental interrelacionado, a fim de montar um catálogo. Vê-se, assim, uma forma de GI, a qual busca localizar, identificar, organizar e disponibilizar a informação das obras, aspectos

coerentes com o que se define por GI nos termos de Mattera (2014), Madsen (2013) e Barbosa (2020), conforme será apresentado adiante.

Na base de dados *Web of Science*, foi utilizado o termo '*documental heritage*', no campo '*tópico*' que abrange 'título, palavras-chave e resumos'. Aplicado o filtro 'acesso aberto', foram recuperados nove trabalhos, sendo que nenhum tem afinidade com a temática desta pesquisa. No entanto, é importante constar que os trabalhos recuperados enfatizam, em sua grande maioria, o patrimônio documental em arquivos, bibliotecas e empresas, além de haver dois trabalhos relacionados ao patrimônio documental digital.

Na SCOPUS, da mesma forma, o termo de busca foi '*documental heritage*', no campo '*title, abstract, key-words*', com o filtro "acesso aberto" que recuperou quatro trabalhos. Destes, três eram duplicatas da Web of Science e o quarto foi descartado, uma vez que a temática se referia ao patrimônio documental arquitetônico voltado para a área da saúde.

A BRAPCI foi a base que apresentou maior resultado na temática, totalizando 50 artigos. Destes, a maioria se referia a patrimônio documental arquivístico ou bibliográfico, sendo selecionadas, para o momento, cinco publicações que discutem, de forma geral, o conceito de patrimônio documental.

O primeiro trabalho, de autoria de Yamashita e Paletta (2006) tem como tema a preservação e a conservação preventiva do patrimônio documental, explicitando técnicas para higienização desta categoria de acervo. Para isto, as pesquisadoras enfatizam a importância da criação e implantação de políticas de preservação com o patrimônio cultural, principalmente vinculado ao patrimônio documental.

Numa abordagem mais abrangente, Zamora (2014) explora o cenário ibero-americano no que diz respeito ao patrimônio documental, principalmente sobre o papel do comitê regional do programa Memória do Mundo da UNESCO. Para a pesquisadora, o patrimônio cultural vem aumentando e existe uma necessidade de conhecer tudo o que o envolve, principalmente, o patrimônio documental. Segundo Zamora, é importante fazer com que o patrimônio documental seja difundido para que as pessoas possam apreciá-lo.

A pesquisa de Rodrigues (2016) possui um caráter teórico e busca definir o conceito de patrimônio documental em âmbito nacional. Conforme já mencionado anteriormente, a autora confirma que inexistente um conceito em âmbito nacional, mas que existe preocupação governamental com esta categoria de patrimônio cultural.

O artigo de Santana e Galán (2015) chama a atenção por trabalhar com patrimônio documental, memória e identidade correlacionando estas temáticas com a CI. As autoras fazem uma conceituação de memória, identidade e patrimônio e dissertam sobre a sua relação com a CI. Para as autoras, a CI contribui na representação das informações contidas nos documentos, sejam em bibliotecas, arquivos, museus ou qualquer instituição que trabalhe com o patrimônio cultural, a identidade e a memória de uma sociedade. Ainda enfatizam que a CI é fundamental para trabalhar a informação e que isto auxilia na construção sociocultural dos documentos, por conseguinte no patrimônio documental.

A última pesquisa recuperada na BRAPCI, de autoria de Loureiro (2020), busca refletir sobre o conceito de patrimônio documental, interligando o que já se tem na área da Documentação e na CI, com conceitos advindos da História. Segundo Loureiro, a noção de documento e patrimônio foi aumentada, visto que a sociedade na qual estamos inseridos, possui diferentes formas de documentos e de patrimônio cultural. Uma observação interessante acerca deste trabalho é que seu autor se opõe aos outros quando se refere a legislação nacional, onde, para Loureiro (2020) os instrumentos de proteção ao patrimônio negligenciaram o patrimônio documental.

Os artigos recuperados na BRAPCI denotam características a serem observadas e discutidas futuramente, em especial ao conceito de patrimônio documental, uma categoria ainda não explorada pela área. Contudo, é notável que trabalhos mais atuais como o de Loureiro (2020) repensem a forma como o patrimônio documental é conceituado, bem como explicita a inexistência de uma legislação específica para a preservação desta categoria de patrimônio.

Na biblioteca digital SCIELO, o termo de busca foi 'patrimônio documental', no campo 'todos os índices', sendo recuperados 42 títulos e, destes, apenas três foram selecionados.

O primeiro artigo desta base, de autoria de Torres, Restrepo e Marín (2006), apresenta a conceituação de patrimônio e sua aplicação na construção e busca do patrimônio documental da Universidade de Antioquia. As pesquisadoras estabelecem os conceitos de patrimônio de forma geral, a fim de contextualizar documentos que consideram parte do patrimônio documental da universidade estudada. Para elas a produção acadêmica, administrativa, científica, cultural e tantas outras feitas pela universidade são geradoras de conhecimento e por isso devem ser consideradas patrimônio documental.

O trabalho acima auxilia no reconhecimento do que é patrimônio documental. Torres, Restrepo e Marín (2006) em sua metodologia buscam, da mesma forma que o trabalho de Jappe (2018), identificar o patrimônio documental. No entanto elas buscam também sensibilizar as pessoas quanto à importância do patrimônio documental, identificar e descrever as informações contidas neste patrimônio, validar estas informações por meio da organização e sistematização, ingressar as informações numa base de dados para a recuperação, normalizar a base e produzir um documento impresso dos registros obtidos.

O segundo trabalho selecionado da SCIELO de autoria de Passarin e Karpinski (2019) tem como tema os arquivos da ditadura militar no Brasil. No artigo, apresenta-se pesquisa sobre o patrimônio documental do regime militar que está em posse da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio da Comissão Memória e Verdade da UFSC e do Memorial de Direitos Humanos. Esta documentação está sob a custódia do Laboratório de Sociologia do Trabalho, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. O trabalho é relevante para a temática porque é o único a dialogar com uma categoria específica de museu, o Memorial. Além disto, mesmo que em fase inicial, a proposta do trabalho procurou vincular a GI e do conhecimento como forma de acesso às informações contidas no patrimônio documental, o que contribui para o desenvolvimento dos modelos de gestão propostos nesta tese.

Por fim, o artigo de Pereira Filho (2021) discute o programa Memória do Mundo, da UNESCO. Aborda teoricamente a constituição do referido programa, bem como três candidaturas a participarem do programa, sendo: a) Vida e obra de Ernesto Che Guevara: dos manuscritos originais da adolescência e juventude aos diários de campanha da Bolívia; b) Documentos do Massacre de Nanquim; c) A Guerra da Tríplice Aliança: representações iconográficas e cartográficas. Para Pereira Filho (2021), o Programa Memória do Mundo, mostra uma disputa de visões que compõem o que deve ser considerado patrimônio documental pela UNESCO, mostrando que muitas vezes isto está ligado com os Estados-membros que compõem a organização.

A pertinência deste artigo de Pereira Filho está na discussão teórica, principalmente na questão de definição do que se considera patrimônio documental, uma vez que parte do referencial teórico é da própria UNESCO. Uma nova perspectiva de se olhar o programa Memória do Mundo, como algo motivado por uma força política pode ser basilar para a sua crítica e melhoramento. Especialmente se levarmos em

consideração que, muitas vezes, o patrimônio documental não é constituído pela sociedade civil, mas sim pelos poderes políticos presentes nas instituições de preservação da memória.

O objetivo deste levantamento bibliográfico e sua presença como seção de nossa tese é o de reforçar a pertinência do objeto, de seu objeto de estudo. Primeiramente por não se encontrar, até o momento, uma pesquisa que se assemelhe à nossa, dando ao nosso trabalho o bônus e o ônus dos trabalhos com características de ineditismo. Em segundo lugar, a falta de pesquisas específicas acerca do patrimônio documental em museus no Brasil abre caminho para novas pesquisas que, a partir da crítica à nossa, possa fazer crescer em nosso país o interesse pela investigação e difusão do patrimônio documental presente em nossos museus.

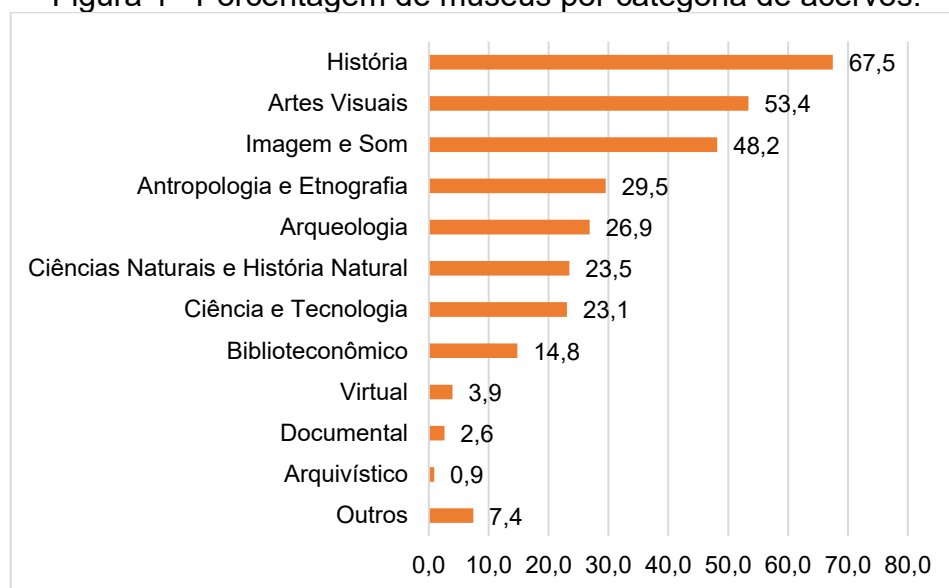
5 CLASSIFICAÇÃO DAS COLEÇÕES DE MUSEUS NO BRASIL

Os museus, instituições de preservação, salvaguarda e fruição do patrimônio cultural se deparam com uma gama ramificada de categorias de acervos. O IBRAM (Brasil, 2011), a partir do levantamento de informações do Cadastro Nacional de Museus (CNM), concluiu que os museus brasileiros possuem onze categorias de acervos, sendo:

- a) Antropologia e etnografia;
- b) Arqueologia;
- c) Artes visuais;
- d) Ciências naturais e história natural;
- e) Ciência e tecnologia;
- f) História;
- g) Imagem e som;
- h) Virtual;
- i) Biblioteconômico;
- j) Documental;
- k) Arquivístico.

A partir desta classificação, o próprio IBRAM constata que apenas 2,6% dos museus brasileiros possuem acervos documentais, conforme figura 01.

Figura 1– Porcentagem de museus por categoria de acervos.



Fonte: Instituto Brasileiro de Museus (2011)

Em comparação com outras categorias de acervos, percebe-se que muitos dos museus no Brasil têm a maioria dos seus acervos voltados para a história, artes, imagem e som, mostrando a proeminência de acervos tridimensionais nas instituições museológicas, ou até mesmo sensoriais.

Além disto, o IBRAM também realizou uma pesquisa para saber a natureza administrativa dos museus brasileiros, conforme a categoria dos acervos, que pode ser evidenciado na tabela 02.

Tabela 2 – Museus por categoria de acervo e natureza administrativa

Categoria de Acervo	Natureza Administrativa ⁷							
	Fed.	Est.	Mun.	Ass.	Emp.	Fun.	Soc.	Outra
Antropologia e Etnografia	2,8	5,1	34,8	33,3	18,5	23,0	34,8	28,2
Arqueologia	0,3	6,7	32,5	28,9	17,0	27,3	20,8	30,8
Artes Visuais	6,4	3,2	55,4	55,9	39,6	64,3	77,3	46,8
Ciências Naturais e História Natural	7,3	1,6	21,6	22,4	33,3	29,0	16,7	25,0
Ciência e Tecnologia	1,1	6,9	24,3	25,7	35,8	27,7	12,5	22,3
História	0,6	7,2	75,6	74,1	62,3	62,9	77,3	67,7
Imagem e Som	8,5	8,8	54,8	53,6	39,6	54,0	54,2	40,8
Virtual	5,2	2,9	2,3	7,6	9,3	5,0	-	4,4
Arquivístico	0,6	-	1,0	1,4	1,9	1,0	-	1,3
Biblioteconômico	19,8	12,1	13,4	16,4	14,8	19,0	4,2	16,5
Documental	2,5	1,1	3,4	2,3	-	5,6	4,3	1,4
Outros	9,2	9,6	6,6	6,9	1,9	10,9	12,0	3,8

Fonte: Instituto Brasileiro de Museus (2011)

Nota-se que a expressividade de acervo documental em museus é ínfima, comparando a outros que estão em mais de 50% das instituições museológicas no Brasil. Assim, a importância em se trabalhar a GI em acervos documentais de museus, para que este tipo de patrimônio seja salvaguardado é fundamental, visto a

⁷ Fed: museu federal. Est: museu estadual. Mun: museu municipal. Ass: museu gerido por associação. Emp: museu empresarial. Fun: museu gerido por fundação. Soc: museu gerido por sociedade.

especificidade desta categoria no que tange aos suportes, substâncias usadas para a impressão da informação, cores, desgastes, agentes de deterioração, armazenamento e acesso, bem como os tratamentos que os documentos exigem, especialmente os de suporte de papel.

Outro fator importante a destacar é com relação à distribuição de museus pelo território nacional. Neste aspecto é importante destacar que cerca de 70% dos museus no Brasil ficam em cidades que não se configuram como capital. Isso mostra que a realidade das instituições museológicas brasileiras se configura muito mais em museus interioranos do que em museus de grandes centros. Desta forma, carecem, muitas vezes, de suporte técnico, profissional, sem contar a falta de recursos que é pública e notória no caso dos museus de pequeno porte.

Dessa forma, a intenção dessa tese é a de atender essa parcela de museus com uma pesquisa voltada às questões práticas, que podem ser aplicadas no cotidiano destas instituições, contribuindo, assim, com o desenvolvimento destes locais. Pimentel (2016) destaca que o CNM identifica fortemente a presença de praticamente todas as categorias de acervo nos museus municipais, em função da constituição de suas coleções, inicialmente vinculadas a personalidades públicas dos municípios.

No cenário estadual, conforme pesquisa realizada pelo CNM em 2010, Santa Catarina possui 28 museus na capital do Estado e 199 em outros municípios. A tabela 03 mostra esses dados, bem como de todo o território nacional.

Tabela 3 – Número e percentual de concentração de museus em capitais do Brasil
(continua)

Capital	Número de museus na capital	Número de museus na UF	% de concentração de museus nas capitais em relação ao total da UF
BRASIL	923	3.025	30,5
Norte	87	146	59,6
Porto Velho (RO)	5	15	33,3
Rio Branco (AC)	14	23	60,9
Manaus (AM)	29	41	70,7
Boa Vista (RR)	4	6	66,7
Belém (PA)	26	42	61,9
Macapá (AP)	6	9	66,7

Tabela 3 – Número e percentual de concentração de museus em capitais do Brasil
(conclusão)

Capital	Número de museus na capital	Número de museus na UF	% de concentração de museus nas capitais em relação ao total da UF
Palmas (TO)	3	10	30,0
Nordeste	255	632	40,3
São Luís (MA)	17	23	73,9
Teresina (PI)	6	32	18,8
Fortaleza (CE)	31	113	27,4
Natal (RN)	22	65	33,8
João Pessoa (PB)	22	63	34,9
Recife (PE)	44	98	44,9
Maceió (AL)	27	61	44,3
Aracaju (SE)	15	25	60,0
Salvador (BA)	71	152	46,7
Sudeste	307	1151	26,7
Belo Horizonte (MG)	41	319	12,9
Vitória (ES)	10	61	16,4
Rio de Janeiro (RJ)	124	254	48,8
São Paulo (SP)	132	517	25,5
Sul	161	878	18,3
Curitiba (PR)	70	282	24,8
Florianópolis (SC)	28	199	14,1
Porto Alegre (RS)	63	397	15,9
Centro-Oeste	113	218	51,8
Campo Grande (MS)	16	54	29,6
Cuiabá (MT)	20	43	46,5
Goiânia (GO)	17	61	27,9
Distrito Federal (DF)	60	60	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Museus (2011)

Conforme aponta Museusbr ([20--]), existe a possibilidade de fazer *download* sobre dados de todos os museus cadastrados no CNM até o ano de 2020. Segundo esta plataforma, o Brasil possui 3.907 museus cadastrados. Ao analisar os dados obtidos por meio do *download* do arquivo verificou-se que apenas 34 museus

apresentam resultados obtendo acervo documental, em suas coleções. O termo 'acervo documental' ou 'documental' está presente nos campos: nome, descrição curta; descrição longa; TAG. O quadro 2 mostra quais museus no Brasil apresentaram o termo 'documental' ou 'acervo documental' segundo a plataforma Museusbr ([20--]).

Quadro 2 – Museus por tipo de administração que apresentam o termo 'documental' em coleção

(continua)

Nome do Museu	Estado	Administração ⁸				Nome	Descrição curta	Descrição longa
		M	E	F	P			
Museu Municipal Adolvando Carlos de Alarcão	GO	X					X	
Acervo Curt Lange da Universidade Federal de Minas Gerais	MG			X				X
MUSEU HISTÓRICO DE PEÇANHA	MG	X					X	X
Memorial Sila da Conceição	PA				X			X
Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II	RJ			X			X	
Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte	RN				X			X
Centro de Memória Aury Luiz Bodanese	SC				X		X	

⁸ M: museu municipal. E: museu estadual. F: museu federal. P: museu privado/particular (entra nesta categoria museus geridos por associações, fundações, empresas, sociedades e outros que não tem vinculado com poder público).

Quadro 2 – Museus por tipo de administração que apresentam o termo ‘documental’ em coleção

(continuação)

Nome do Museu	Estado	Administração				Nome	Descrição curta	Descrição longa
		M	E	F	P			
Centro Histórico-Cultural da Enfermagem Ibero-Americana	SP		X				X	
CDH - Centro de Documentação Histórica	SP	X						X
Museu Municipal Histórico e Pedagógico Comendador Virgolino de Oliveira	SP	X						X
Casa Suçupara	TO	X						X
Centro de Memória da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo	SP		X				X	
Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo – MALG	RS			X			X	
Museu Municipal Irmã Celina Schardong	RS	X					X	
Museu Divino Dias Maciel	MG	X						X
Museu Histórico de Sinop	MT	X					X	
Centro de Memória da AngloGold Ashanti	MG				X		X	

Quadro 2 – Museus por tipo de administração que apresentam o termo ‘documental’ em coleção

(continuação)

Nome do Museu	Estado	Administração				Nome	Descrição curta	Descrição longa
		M	E	F	P			
Centro Histórico-cultural da Enfermagem Ibero Americana	SP		X				X	X
Centro de Memória do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	BA			X			X	
Museu da Fotografia Documental (Virtual)	DF				X	X		
Pinacoteca Barão de Santo Ângelo	RS			X			X	
Museu Ferroviário (Conselheiro Lafayete)	MG	X						X
Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville – MASJ	SC	X						
Museu de Arte Murilo Mendes – MAMM	MG			X				X
Museu Tipografia Pão de Santo Antônio	MG				X		X	
Casa João Turin	PR		X					X
Casa da Cultura Godofredo Rangel	MG	X					X	

Quadro 2 – Museus por tipo de administração que apresentam o termo ‘documental’ em coleção

(conclusão)

Nome do Museu	Estado	Administração				Nome	Descrição curta	Descrição longa
		M	E	F	P			
Museu Ferroviário Domingos Lage - Cachoeiro de Itapemirim	ES	X						X
Museu das Bandeiras	GO			X			X	X
Museu do Círio	PA		X				X	
Museu Histórico, Documental, Fotográfico e do Som de Pará de Minas	MG	X				X		X
Museu Histórico Regional	RS	X						X
Museu da Fundação da Memória Republicana Brasileira	MA		X					X
Museu Histórico Municipal Cornélio Ramos	GO	X					X	X

Fonte: Elaborado pelo autor com base na plataforma Museusbr ([20--]).

Analisando os dados da tabela acima, a classificação de estados que possuem museus com acervos documentais são: Minas Gerais (9), São Paulo (5); Rio Grande do Sul (4), Goiás (3), Pará (2), Santa Catarina (2), Rio de Janeiro (1), Rio Grande do Norte (1), Tocantins (1), Mato Grosso (1), Bahia (1), Distrito Federal (1), Maranhão (1), Espírito Santo (1) e Paraná (1). Com relação à forma administrativa são: municipais (15), federais (7), estaduais (6) e privados (6).

O que pode ser analisado também com relação aos dados de 2020, em comparação aos dados de 2010, mostrados anteriormente, é de que pode haver um conflito de entendimento no conceito de documental em relação aos acervos arquivístico e bibliográfico. Isto porque, grande parte dos museus nacionais que

pertencem inclusive à esfera federal, como o caso do Museu Histórico Nacional (RJ) e o Museu da República (RJ), possuem um setor de arquivo histórico e arquivo institucional. Se isto acontece em museus grandes, existe a probabilidade de acontecer em outros museus também, o que dificulta na própria conceituação e na caracterização do acervo.

Além disto, esta tese busca evidenciar o papel dos museus municipais, que são sua maioria, conforme apontado em tabelas e dados anteriores. Neste sentido, Pimentel (2016) mostra que um museu municipal, muitas vezes pode ser confundido com um museu de cidade, museu histórico, entre outras denominações. No entanto, ao pesquisar a temática desta categoria, o autor destaca como sendo um museu municipal aquele que possui vínculo direto com administração pública municipal, estando dentro da esfera do poder executivo do município.

Neste escopo, notamos a necessidade de uma padronização na classificação de acervos documentais. Defendemos que, independentemente do suporte ou tipologia, aquilo que esteja abrigado no conceito de documento deveria, nos museus, ser classificado como patrimônio documental. Assim, as coleções arquivísticas e bibliográficas deveriam estar sob a égide do Patrimônio Documental, cabendo às instituições a classificação interna de sua composição, especificando claramente o que considerariam como Patrimônio Documental Arquivístico ou Patrimônio Documental Bibliográfico, se houvesse essa necessidade.

No caso dos documentos arquivísticos, é necessária uma clara definição do que concerne a coleções de documento de arquivo da instituição (os documentos produzidos e recebidos pelo museu no exercício de suas funções) ou coleções arquivísticas de outras origens. Nesta segunda categoria, o Patrimônio Documental dos Museus poderia ser classificado a partir do Termo de Doação e os procedimentos técnicos museais atendendo aos princípios arquivísticos para sua organização, preservação e difusão. Assim, entendemos que seria possível preservar o Fundo como foi constituído na sua forma original, respeitando a proveniência e a organicidade destas coleções.

Da mesma forma, as coleções bibliográficas devem ser claramente definidas se foram formadas a partir de políticas do museu, com compra, permuta ou doação, ou se foram constituídas a partir de coleções particulares. Neste aspecto, a distinção tipológica da coleção bibliográfica definirá a forma de gestão de sua patrimonialidade

a partir do valor simbólico arrolado, seja de memória coletiva ou individual, dependendo do caso.

Nesse sentido, a gestão de patrimônio documental em museus deve ser um processo pautado em conhecimentos interdisciplinar. Assim, com reflexões e modelos de gestão, é possível adaptar ou fazer aproximações teórico-metodológicas para que os documentos não percam sua identidade e seu valor arquivístico, bibliográfico ou museal. A partir de uma compreensão ampla acerca dos acervos documentais, arquivísticos e bibliográficos nos museus será possível ampliar o aspecto patrimonial das coleções.

Uma das formas de averiguar as tipologias de acervo documental que estão sendo preservadas nos museus brasileiros é o levantamento dos registros no Programa Memória do Mundo da UNESCO. Assim, podemos averiguar as especificidades das tipologias consideradas “patrimônio documental” em museus, assunto da próxima sessão.

6 O REGISTRO DE PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DOS MUSEUS NO BRASIL

Ao destacar o acervo documental em museus, estes podem ser considerados tanto a parte integrante da museália, conceito adotado por Chagas (1996) e confirmado por Desvallées e Mairesse (2013), quanto podem ser considerados patrimônio documental. Neste sentido, é importante compreender como este tipo de patrimônio é gerido nas instituições museológicas, investigando os processos, procedimentos e formas de gestão desta categoria de acervo. Parte-se do pressuposto que uma gestão adequada dos processos técnicos, auxilia na compreensão do conteúdo informacional do documento, visando a sua preservação, uso e acesso.

Um acervo documental pode possuir características como idade, raridade, identidade e testemunhalidade que o configuram como patrimônio documental. Vale lembrar que não existe uma definição nacional para o que se considera patrimônio documental, porém Rodrigues (2016) denota que existe um uso recorrente na utilização deste termo.

Desta forma, o ponto de partida para esta tese com relação à conceituação de patrimônio documental é a UNESCO (2002, p. 5), com o Programa Memória do Mundo (MoW), que descreve “A Memória do Mundo é a memória coletiva e documentada dos povos do mundo – seu patrimônio documental – que, por sua vez, representa boa parte do patrimônio cultural mundial”. A intenção de se fazer um programa internacional específico para o patrimônio documental, abre um vasto campo para que instituições de preservação da cultura local possam desenvolver formas de gestão e salvaguarda desta categoria de patrimônio.

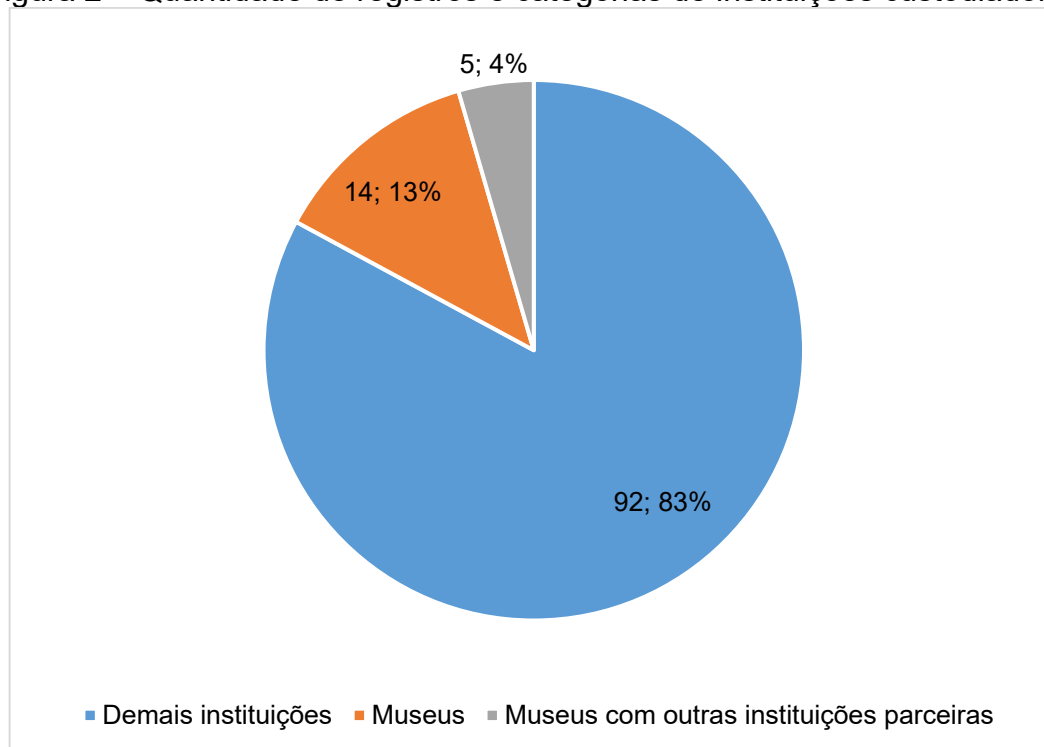
Num contexto geral, nossa tese enfatiza os registros do patrimônio documental brasileiro em nível nacional, regional e internacional no programa Memória do Mundo⁹. Para tanto, foram analisados os dados disponíveis na página do comitê brasileiro, entre os anos de 2007 e 2018. Segundo o próprio MoW Brasil, a base de dados ainda não está pronta, por isso a análise corresponde aos arquivos encontrados no site do comitê nacional.

⁹ Os níveis foram definidos pelo próprio Programa, sendo o nível nacional aqueles que possuem relevância para o próprio país, nível regional os documentos que possuem relevância para uma região específica em nível continental (por exemplo: América Latina) e nível internacional os documentos que possuem relevância em nível mundial.

Dito isso, é fundamental entender primeiro que as análises feitas, bem como os dados coletados são apenas dos registros nacionais. Os níveis regionais e internacionais serão apenas citados, pois é como se encontram na página do MoW Brasil.

Diante deste fato, analisando os dados apresentados pelo comitê nacional é possível considerar que os museus contribuem com uma pequena parcela nos registros. A figura 02 denota a quantidade de registros, bem como a porcentagem que pertence exclusivamente a museus, museus em parcerias com outras instituições e apenas outras instituições.

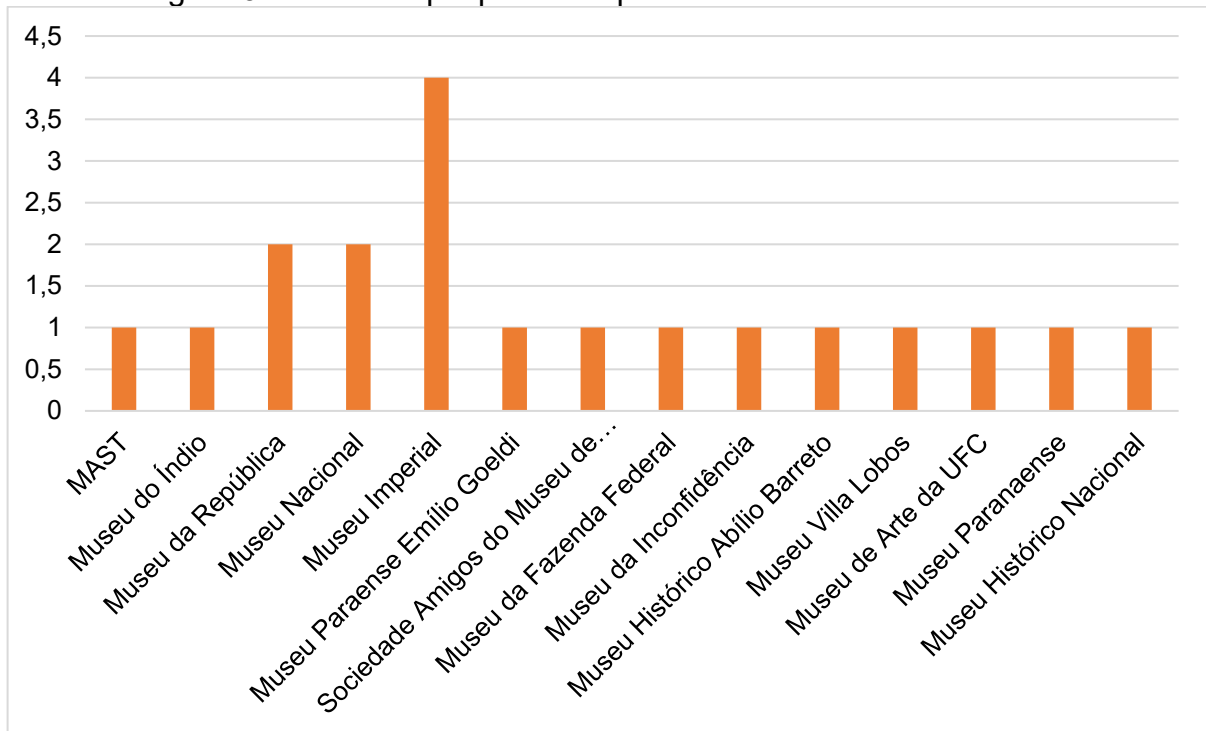
Figura 2 – Quantidade de registros e categorias de instituições custodiadoras



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de MoWBrasil (Brasil, 2018)

Como visto na Figura 2, os museus contemplam 19 registros, sendo 14 registros compartilhados e apenas 5 exclusivos de instituições museológicas. Neste cenário a Figura 03 demonstra quais museus no Brasil possuem acervos tombados como patrimônio documental, bem como a quantidade de cada um.

Figura 3 – Museus que possuem patrimônio documental tombado

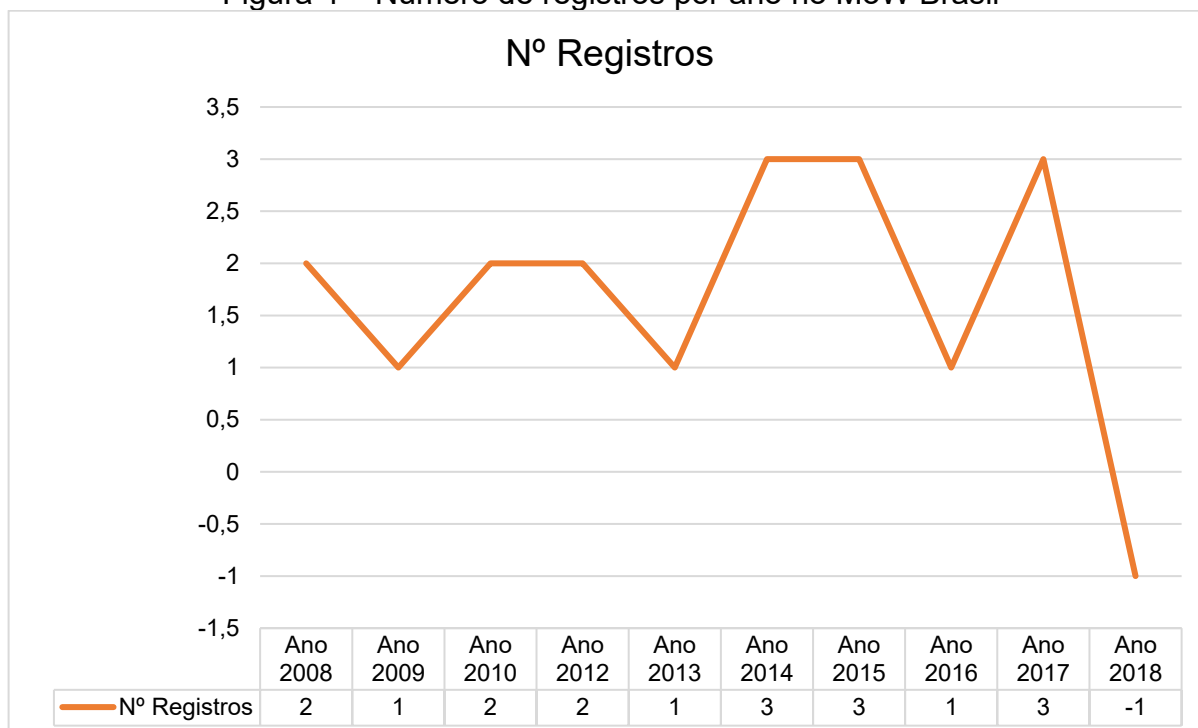


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de MoWBrasil (Brasil, 2018)

Nota-se que grande maioria das instituições possuem apenas um registro, porém destaca-se o Museu Imperial com três. Importante notar também que o único museu estadual é o Museu Paranaense e o único museu municipal é o Museu Histórico Abílio Barreto (Belo Horizonte – MG). As demais unidades museológicas são, de alguma forma, ligadas ao governo federal direta ou indiretamente. Reforça-se, neste sentido, o entendimento desta pesquisa acerca da necessidade de investigação e ações de identificação de patrimônio documental nos museus municipais.

Na análise feita também se evidenciou os anos em que houve registro de no mínimo 1 acervo no Programa Memória do Mundo. A Figura 04 expõem, além da inclusão, também a perda de um acervo no ano de 2018, em função do incêndio no Museu Nacional.

Figura 4 – Número de registros por ano no MoW Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de MoWBrasil (Brasil, 2018)

As considerações acerca destes registros denotam uma constância na participação de instituições museológicas. Percebe-se que houve inscrições e registros em praticamente todos os anos em que editais foram abertos para a inclusão de acervos como patrimônio documental.

Neste sentido, se faz mister explicar de forma breve, a fim de contextualizar os registros do patrimônio documental em nível nacional. No ano de 2008, dois acervos que tiveram características condizentes com o conceito de patrimônio documental, sendo o primeiro o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil¹⁰ (1933-1968), que reúne um acervo de documentos oficiais de expedições estrangeiras ao Brasil. O segundo registro é o Fundo Serviço de Proteção aos Índios (SPI)¹¹, que possui registros das inspetorias regionais, delegacias, postos indígenas e política indigenista, reunindo documentos entre os anos de 1910 a 1967 (Unesco, [20--b]).

Em 2009, foi registrado no programa o Arquivo Canudos¹², que reúne documentos entre agosto e outubro de 1897. A composição deste arquivo é formada

¹⁰ Acervo pertencente ao Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST).

¹¹ Acervo pertencente ao Museu do Índio.

¹² Acervo pertencente ao Museu da República.

por fotografias que mostram expedições até o Arraial de Canudos, episódio emblemático na história nacional (Unesco, [20--b]).

Para o ano seguinte, em 2010, houve dois registros, sendo o primeiro a Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira¹³, que reúne documentos textuais e desenhos, entre os anos de 1758 a 1878, produzidos durante expedições realizadas nas capitanias de Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. O segundo registro do referido ano é a coleção Viagens do imperador D. Pedro II pelo Brasil e pelo Mundo¹⁴, reunindo documentos entre 1840 e 1891, sendo composto por diários, itinerários, relatórios, jornais, desenhos, gravuras, entre outros (Unesco, [20--b]).

Os próximos registros aconteceram no ano de 2012, sendo o Mapa Etno-histórico do Brasil e Regiões Adjacentes, por Curt Nimuendajú¹⁵. Este mapa foi produzido em 1943 e reúne informações sobre as diversas etnias que compõem a sociedade brasileira, enfatizando também as famílias linguísticas que temos em nosso país. O segundo registro é a Coleção Carlos Gomes¹⁶, que possui documentos entre os anos de 1855 e 1942. Esta coleção reúne documentos como correspondências, livros, contratos, desenhos e demais itens que tem relação com o compositor que dá nome a coleção (Unesco, [20--b]).

Em 2013 houve um único registro, a Coleção Sanson – Fotografias estereoscópicas de vidro pelo fotógrafo amador Octávio Mendes de Oliveira Castro¹⁷. A referida coleção reúne chapas estereoscópicas de vidro, bem como um caderno que contém um índice com as imagens produzidas pelo fotógrafo, que retratam a vida doméstica e privada de uma família da aristocracia brasileira (Unesco, [20--b]).

No seguinte ano, em 2014, foram registrados no MoW Brasil três acervos. O primeiro é o Arquivo Pessoal Nise da Silveira¹⁸, que possui documentos entre os anos de 1905 e 1999, tendo características de um arquivo pessoal reunindo itens produzidos e acumulados pela psiquiatra que dá nome ao Arquivo. O segundo registro denominado Primeiro Empréstimo Externo Brasileiro¹⁹, datado de 1824, registra o primeiro contrato de empréstimo que o Brasil fez para sanar determinado desequilíbrio econômico que o Império possuía. O terceiro registro é a Coleção Francisco Curt

¹³ Acervo pertencente a Fundação Biblioteca Nacional e Museu Nacional.

¹⁴ Acervo pertencente ao Museu Imperial.

¹⁵ Acervo pertencente ao Museu Paraense Emílio Goeldi.

¹⁶ Acervo pertencente ao Museu Imperial.

¹⁷ Acervo pertencente ao Museu Imperial.

¹⁸ Acervo pertencente a Sociedade Amigos do Museu de Imagens do Inconsciente.

¹⁹ Acervo pertencente ao Museu da Fazenda Nacional.

Lange²⁰, que reúne documentos datados de 1700 a 1930, referenciando o trabalho do músico que dá nome a coleção, na sua pesquisa sobre a história musical de Minas Gerais. (Unesco, [20--b]).

Em 2015 foram registrados também três acervos, sendo o primeiro o Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital - Belo Horizonte (1892-1903)²¹, que reúne documentos textuais, mapas, cartografias, entre outros que registram o planejamento da capital mineira. O segundo registro é a Iconografia do Rio de Janeiro na Coleção Geyer (séculos XVI ao XIX)²² reunindo gravuras, desenhos, livros, entre outros itens que mostram a trajetória da Cidade do Rio de Janeiro. Por fim, o terceiro registro de 2015 são as Partituras - Obras de Heitor Villa-Lobos (1901-1959)²³, que contém um conjunto de partituras do referido músico (Unesco, [20--b]).

No ano de 2016, foi registrado apenas o Acervo de Jean-Pierre Chablotz: Referente à Batalha da Borracha²⁴, que tem na sua composição fotografias, cartazes, desenhos, entre outros itens, datados do ano de 1942 e 1943 (Unesco, [20--b]).

Seguindo, em 2017 houve três registros sendo a Coleção Família Passos²⁵, que possui textos e fotografias dos anos de 1806 a 1960. O acervo leva este nome em função do engenheiro Francisco Pereira Passos, responsável pela reurbanização do Rio de Janeiro no início do século XX. O segundo registro é a Coleção Vladimir Kozák: Acervo Iconográfico, Filmográfico e Textual de Povos Indígenas Brasileiros (1948 – 1978)²⁶, que reúne documentos de diversas tipologias que registram dezessete povos indígenas brasileiros. O terceiro registro foi intitulado “Registros Iconográficos da Revolta da Armada (1893-1894)”²⁷ e agrupa imagens dos fotógrafos Marc Ferrez e Juan Gutierrez a respeito do episódio fatídico da história nacional. (Unesco, [20--b]).

Merece destaque um dos acervos registrados pelo MoW Brasil (Feminismo, ciência e política – O legado Bertha Lutz, 1881-1985), de posse do Museu Nacional, foi perdido com o incêndio na instituição no ano de 2018. Este acervo foi o único caso

²⁰ Acervo pertencente ao Museu da Inconfidência.

²¹ Acervo pertencente ao Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, Museu Histórico Abílio Barreto e Arquivo Público Mineiro.

²² Acervo pertencente a Casa Geyer e Museu Imperial.

²³ Acervo pertencente ao Museu Villa-Lobos.

²⁴ Acervo pertencente ao Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará.

²⁵ Acervo pertencente ao Museu da República.

²⁶ Acervo pertencente ao Museu Paranaense.

²⁷ Acervo pertencente ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, ao Instituto Moreira Salles e ao Museu Histórico Nacional.

em que houve destruição de bens registrados no programa em nível nacional. Ressalta-se que o referido acervo possuía documentos que registravam a trajetória da bióloga, deputada e feminista Bertha Lutz (Unesco, [20--b]). Isto denota a fragilidade encontrada muitas vezes nas instituições, quanto a conservação e preservação, tanto do material físico, quanto ao acesso a formas de preservação da informação, como processos de digitalização e *backup* em nuvem.

Após estas considerações dos registros nacionais, abaixo estará elencado os registros regionais. Diferentemente do registro nacional, os regionais apenas serão expostos, sem o seu conteúdo, pois não consta na página de internet do MoW Brasil as características de cada um, são informados apenas o nome da coleção, ano de registro e instituições custodiadoras.

Quadro 3 – Registros regionais do MoW Brasil

Nome da coleção	Ano	Instituição
Arquivo do Museu de Música de Mariana ²⁸	2004	Museu da Música de Mariana – Fundação Cultural e Educacional da Arquidiocese de Mariana
Arquivo do Serviço de Proteção aos Indígenas – SPI	2008	Museu do Índio – Funai
A Guerra da Tríplice Aliança: Representações Iconográficas e Cartográficas	2013	Arquivo Histórico do Exército, Arquivo Histórico e Mapoteca Histórica do Itamaraty; Arquivo Nacional; Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha; Fundação Biblioteca Nacional; Museu Histórico Nacional; Museu Imperial; Museu Nacional de Belas Artes e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Arquivo Pessoal de Nise da Silveira	2015	Museu de Imagens do Inconsciente
Coleção Francisco Curt Lange de Documentos Musicais	2017	Museu da Inconfidência

Fonte: Elaborado pelo autor.

No que tange aos registros internacionais, acontece o mesmo que a nível regional, onde apenas constam o nome das coleções, ano de registro e instituições. O quadro 04 descreve estas informações.

²⁸ O registro é anterior a 2007, pois foi encaminhado o processo antes do comitê MOW Brasil ser criado.

Quadro 4 – Registros brasileiros considerados internacionais pelo MoW

Nome da coleção	Ano	Instituição
Documentos Relativos às Viagens do Imperador D. Pedro II pelo Brasil e pelo Mundo	2013 ²⁹	Museu Imperial
Guerra da Tríplice Aliança: representações iconográficas e cartográficas	2015 ³⁰	Arquivo Histórico do Exército; Arquivo Nacional; Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha; Fundação Biblioteca Nacional; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Ministério das Relações Exteriores – Arquivo Histórico do Itamaraty; Museo Historico del Uruguay; Museu Histórico Nacional; Museu Imperial; Museu Nacional de Belas Artes
Antônio Carlos Gomes: compositor de dois mundos	2017	Arquivo Nacional (AN); Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Fundação Biblioteca Nacional (FBN); Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); Museo Teatrale alla Scala (Itália); Museu Carlos Gomes do Centro de Ciências, Letras e Artes (CCLA); Museu Histórico Nacional (MHN); Museu Imperial (MI); Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA)
Arquivo Pessoal de Nise da Silveira	2017 ³¹	Sociedade de Amigos do Museu de Imagens do Inconsciente.

Fonte: UNESCO ([20--a])

Este breve contexto dos registros do comitê MoW Brasil foram fundamentais para nossa tese, porque denota a importância dos registros de coleções em museus, bem como a influência das instituições museológicas na salvaguarda e preservação do patrimônio documental. Ou seja, a existência de acervos e coleções custodiadas por museus, merece atenção no que se refere à gestão do patrimônio documental, mas, principalmente, na caracterização deste patrimônio em museus municipais, como será visto adiante.

²⁹ Consta nesta tabela o ano de registro a nível internacional. No caso desta coleção ela foi aprovada a nível nacional em 2010 e submetida e aprovada a nível internacional em 2013.

³⁰ Consta nesta tabela o ano de registro a nível internacional. No caso desta coleção ela foi aprovada a nível nacional em 2013 e submetida e aprovada a nível internacional em 2015.

³¹ Consta nesta tabela o ano de registro a nível internacional. No caso desta coleção ela foi aprovada a nível nacional em 2015 e submetida e aprovada a nível internacional em 2017.

7 GESTÃO DA INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA GESTÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL EM MUSEUS

Nesta seção, iniciamos as considerações sobre a GI como instrumento de gestão do patrimônio documental em museus. Para isso, inicialmente será apresentado o conceito de GI e sua aplicabilidade na CI por meio de modelos elaborados por alguns autores da área. Dentre essas possibilidades, foram selecionados os modelos de Thomas H. Davenport e Chun Wei Choo, porque suas técnicas de GI possuem maior aproximação com o ambiente informacional museológico. Assim, a escolha de Davenport e Choo remetem não apenas o arcabouço teórico e conceitual, mas também fundamentam o entendimento do museu como unidade de informação, que merece ser gerido de forma eficiente, evidenciando a correlação dos teóricos da GI e o museu.

7.1 O CONCEITO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

A GI é uma área que está em constante desenvolvimento dentro da CI, tanto na sua parte teórica, quanto na sua parte prática. Cabe elucidar as origens do termo, principais autores e as suas contribuições no campo da CI. Para tanto, essa subseção apresenta a origem da GI, seus principais teóricos e modelos.

Barbosa (2008), ao escrever sobre a história da GI, afirma que esta área teve suas origens com o desenvolvimento da documentação, principalmente com as ideias de Otlet (1934). Segundo Barbosa, escritas o *Traité de documentation* foi fundamental para a concepção da GI ao longo do Século XX. Conforme salienta Barbosa (2008, p. 8), “A gestão da informação, que tem sua origem na documentação, é uma disciplina mais consolidada do que a gestão do conhecimento, a qual começou a despertar o interesse da comunidade acadêmica a partir do final da década de 1980”.

A afirmação acima elucidada que o campo da GI está mais consolidado do que o campo da gestão do conhecimento (GC), no entanto, ambas são indissociáveis porque a GI é realizada para que a informação seja disponibilizada para que se gere o conhecimento. Embora seja um campo fértil a ser explorado, para esta pesquisa optamos pela adoção da GI, devido ao escopo técnico de seus modelos e instrumentos para gestão.

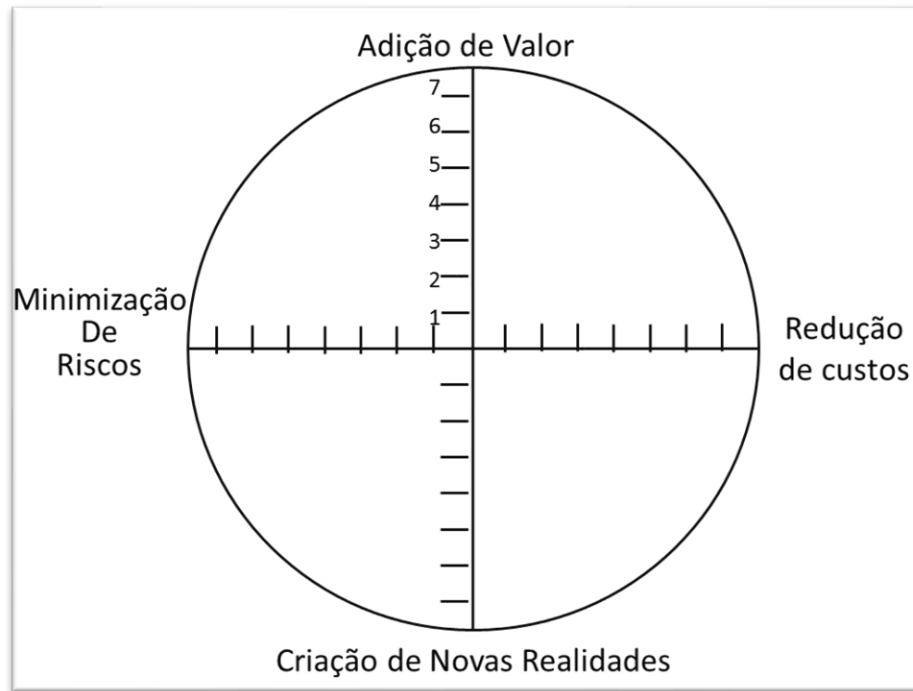
Davenport e Prusak (2003) esclarecem esta questão, que também é afirmada por Souza, Dias e Nassif (2011) em que a relação entre GI e GC está ligada também pelo conceito de informação e conhecimento. Afinal, uma pessoa gera conhecimento e ao externar isso se transforma em informação, que é internalizada por outra pessoa gerando novamente conhecimento, estabelecendo assim uma relação conhecimento-informação-conhecimento.

Dentre os principais trabalhos e teóricos da GI, como informado anteriormente, foram selecionados para esta pesquisa os estudos de Davenport (1998) e Choo (2003), visto que ambos possuem mais similaridade com o desenvolvimento do modelo proposto para museus. A definição destes dois autores não exclui outras obras, como, por exemplo Marchand (2000) e Rascão (2006), porém com a leitura das obras, foi verificado que os títulos de Davenport e Choo possuem maiores aproximações e inter-relações entre GI e gestão do patrimônio documental em museus. Analisar as obras dos autores citados auxiliou a construção de um instrumento próprio que potencializou o alcance dos objetivos da pesquisa.

Nas próximas seções será abordado tanto o trabalho de Davenport (1998) e Choo (2003), porém como foram citadas as obras de Marchand (2000) e Rascão (2006) destaca-se um breve resumo de suas obras e modelos de GI, até para justificar o porquê de suas exclusões nesta tese.

O modelo de GI proposto por Marchand (2000) definido como Alinhamento Estratégico da Informação (AEI), possui quatro fundamentos nas organizações sendo: a) minimização de riscos: estabelece que deve haver gerência de informação para responder novas demandas; b) redução de custos: reduzir custos a fim de aprimorar processos e operações; c) adição de valor: construir valor para usuário por meio de serviços e produtos informacionais; d) criação de novas realidades: desenvolver novos serviços e produtos para atrair novos usuários. O modelo cíclico de GI deste autor está representado na Figura 05.

Figura 5 – Modelo de utilização da informação baseado em Marchand (2000)



Fonte: Marchand (2000 *apud* Carvalho e Araújo Júnior, 2014, p. 80)

O modelo de Marchand (2000) foca mais na criação de valor em produtos e serviços informacionais, como mostra os quatro fundamentos do seu modelo. Assim, este modelo de GI está vinculado sempre com o processo de inovação, sendo fundamental que as instituições possuam profissionais da informação envolvidos nos processos.

De outra forma, Rascão (2006) define seu modelo como Gestão Estratégica da Informação (GEI). Para este pesquisador, a GI carece de preparo com relação aos recursos humanos que irão operar os processos do modelo, sendo fundamental na GI o desenvolvimento da competência de cada indivíduo dentro da organização.

Figura 6 – Modelo de gestão estratégica da informação baseado em Rascão (2006).



Fonte: Rascão (2006, p.237 *apud* Carvalho e Araújo Júnior, 2014, p. 78)

Muito mais do que modelos, a GI também se configura teoricamente como um campo em ascensão. Na visão de Valentim *et al.* (2008) a GI é vista como um conjunto de ações que permeiam as necessidades informacionais, seus fluxos em diferentes ambientes, sendo que o objetivo maior da gestão é a preocupação com documentos que são gerados, recebidos e utilizados. A perspectiva de Valentim *et al.* (2008) está amparada na concepção de Choo (2003), pois este autor destaca que a GI é uma rede de processos em que a informação é adquirida, criada, organizada e distribuída para que possa ser usada.

Os estudos em GI pela CI possuem abordagens interdisciplinares, que são fundamentais para que a área se desenvolva, mostrando resultados efetivos. Neste aspecto, a GI trata especificamente da organização, monitoramento e recuperação da informação. Dessa forma, todo o processo informacional, para que tenha bom fluxo, necessita de gerenciamento, a fim de que possa recuperar, acessar e usar a informação (Mattera, 2014).

Além de melhorar o fluxo informacional, a GI, de acordo com Oliveira e Bertucci (2003, p. 76), possui cinco características:

(a) promoção da eficiência organizacional de forma a organizar e suprir as demandas por informação vindas de dentro e de fora; (b) planejamento de políticas de informação; (c) desenvolvimento e manutenção de sistemas e serviços de informação; (d) otimização de fluxos de informação e (e) controle da tecnologia de informação.

Para que haja uma GI eficaz, Marchiori (2014) denota a importância do ciclo de vida informacional, ou seja, é necessário conhecer os modos de uso de determinada informação, desde a sua origem, até ao seu acesso.

Barbosa (2020) destaca que a GI contribui identificando as necessidades informacionais, bem como recuperando, organizando, disseminando e dando uso às informações contidas nos documentos, onde, por meio das tecnologias da informação e comunicação (TICs), os usuários acessam as informações podendo transformá-las em conhecimento.

Muito mais do que o contexto institucional, Silva e Tomaél (2007) enfatizam que a GI também se relaciona com as pessoas que produzem e utilizam a informação, além dos recursos para que isso ocorra. Portanto, a GI estaria relacionada também ao ambiente interno e externo a qual o documento pertence.

Para Molina e Santos (2019, p. 46) o foco da GI é:

auxiliar a organização a gerenciar seus conteúdos informacionais, gerados internamente ou não, de forma que o uso da informação seja considerado estratégico. Além disso, deve-se considerar que gerenciar estrategicamente o conteúdo informacional de uma Organização exige uma constante atualização de métodos e técnicas, então é algo que possui uma linearidade.

Por isso, entende-se que a construção de um modelo de GI para patrimônio documental em museus é fundamental no que tange à organização, tratamento, preservação e acesso. Assim, apoiando-nos em Berbe (2005 *apud* Spinola, 2013), entendemos que a GI contribui para a organização de processos que identificam necessidades de informação, coletam, classificam, armazenam, tratam e apresentam a informação, desenvolvendo assim produtos e serviços para auxiliar o usuário em sua busca. Em sentido estrito, além dos usuários da informação museológica, serão os profissionais que poderão usufruir dos resultados de uma pesquisa que venha a aliar o conteúdo específico do patrimônio documental aos modelos já consolidados de GI.

7.2 DAVENPORT E SEU MODELO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Thomas H. Davenport é um autor norte-americano, professor presidente de Tecnologia da Informação e Gestão da Babson College, possuindo graduação pela Universidade de Harvard tendo estudos na área da gestão, com foco na gestão da tecnologia da informação. Atualmente, seu foco de estudos está relacionado à área de análises em tecnologias de informação e inteligência artificial (Tom... [2024])

Embora sua base acadêmica seja envolvida com as tecnologias de informação, sua obra Ecologia da Informação, foi uma das maiores contribuições na área da GI, por entender a informação num sistema complexo, mostrando que somente a tecnologia não seria suficiente para resolver problemas relacionados a informação.

Este sistema complexo Davenport (1998, p.12) definido como Ecologia da informação:

(...) enfatiza o ambiente da informação em sua totalidade, levando em conta os valores e as crenças empresariais sobre informação (cultura); como as pessoas realmente usam a informação e o que fazem com ela (comportamento e processos de trabalho); as armadilhas que podem interferir no intercâmbio de informações (política); e quais sistemas de informação já estão instalados apropriadamente (sim, por fim a tecnologia).

Assim, ao iniciar seu trabalho sobre GI, Davenport (1998) infere que informação e conhecimento são criações humanas, fundamentais em processos de gestão. Em sua concepção, a Ecologia da Informação engloba a cultura, o comportamento, os processos, a política e a tecnologia que compõem uma estrutura organizacional. No entanto, ele explicita que o principal fator para que a Ecologia da Informação seja implantada, e até mesmo modificada, é o fator humano.

Davenport defende que a GI acontece não apenas pelo desenvolvimento de tecnologia, capaz de transformar dados em informações, pois a tecnologia precisa de capacidade humana de operação. Segundo Davenport (1998, p. 14): “Em vez de se concentrar na tecnologia, a ecologia da informação baseia-se na maneira como as pessoas criam, distribuem, compreendem e usam a informação”.

Ao se referir à trajetória da GI, Davenport (1998) denota o controle informacional como uma ilusão do passado, onde, desde o início, a GI se preocupou com os fluxos da informação, definidos, inicialmente, em quatro categorias: 1)

informação não-estruturada; 2) capital intelectual ou conhecimento; 3) informação estruturada em papel; 4) informação estruturada em computadores.

A informação não-estruturada é um desafio aos profissionais que tentam gerir seu fluxo, pois denota alta complexidade e interferência externa. No que condiz à forma de seu fluxo, ela está muito mais ligada a informações irrelevantes, do que com informações que tem essência e singularidade para a organização.

A informação estruturada em papel remonta a própria estrutura organizacional dos governos. Nesta categoria de fluxo informacional, a criação de estruturas burocráticas estatais e seus documentos em papel, bem como seu armazenamento, entrada e saída, regem este tipo de fluxo. Davenport (1998) expõe que, na década de 1970, quando os profissionais da informação começaram a utilizar a Administração de Recursos Informacionais (ARI) para gerir este tipo de fluxo, houve uma certa similaridade com a Ecologia da Informação. No entanto, a forma burocrática com que a ARI foi conduzida fez com que esta forma de fluxo fosse descartada, principalmente porque ele focou mais na gestão de tecnologia do que na informação como recurso.

Informação estruturada em computadores tem seu fluxo ligado ao aspecto tecnológico do processamento de informações. Com o advento dos computadores cogitou-se que muito dos problemas de fluxo informacional estariam resolvidos. No entanto, observou-se que a tecnologia está mais conectada com a leitura de dados do que com a gestão da informação, conforme aponta Davenport (1998).

Ao se confrontar com estas categorias de fluxo informacional, Davenport (1998, p. 42) afirma que “a ecologia da informação, que prescreve uma estruturação menos rígida para a informação, é muito mais apropriada para gerenciar informações de todos os tipos [...]”, isto porque a Ecologia da Informação enfatiza o ambiente externo e interno da organização.

Para que isto aconteça Davenport (1998) mostra que, diferentemente dos arquitetos e engenheiros da tecnologia, os Ecologistas da Informação utilizam não somente a tecnologia como parte da gestão, mas estratégias, gerenciamento, política organizacional, utilizando de outras áreas do conhecimento para que a GI ocorra na forma da Ecologia da Informação. Neste discurso, se pode inferir que os ecologistas podem ser os Cientistas da Informação, e que o modelo proposto por Davenport possui sua conexão com a CI, por se tratar de um modelo também interdisciplinar.

A Ecologia da Informação de Davenport se constitui de quatro atributos essenciais, sendo “[...] 1. Integração de diversos tipos de informação; 2)

reconhecimento de mudanças evolutivas; 3) ênfase na observação e descrição; 4) ênfase no comportamento pessoal e informacional” (Davenport, 1998, p.44).

O autor define o modelo de Ecologia da Informação, sendo este concentrado em seis pontos no ambiente informacional: 1) estratégia; 2) política; 3) comportamento/cultura; 4) *staff*; 5) processos; 6) arquitetura. O primeiro ponto, estratégia, deve responder à pergunta “o que fazer com a informação na organização?”. Para isto o ambiente organizacional deve estabelecer objetivos, metas, princípios, a fim de tornar a informação seu principal bem. Segundo Davenport (1998) a estratégia é o ponto inicial para se implementar o modelo da Ecologia da Informação, isto porque ela abarca todos as demais características deste modelo.

Para elaborar uma estratégia, segundo Davenport (1998), é necessário concentrar-se em algum dos quatro pontos a seguir: 1) conteúdo específico; 2) informação comum; 3) processos de informação; 4) novos mercados informacionais.

A estratégia com base no conteúdo permeia o poder de escolha e de discussão da equipe que trabalha com o conteúdo informacional. Por meio do conteúdo é que a equipe desenvolve qual estratégia adotará para determinado usuário. Segundo Davenport (1998, p. 72) “Uma estratégia informacional que focalize tipos específicos de conteúdo permite que uma organização coordene a maneira como reúne e analisa as informações mais importantes e age a partir delas”.

Adotando a estratégia por meio da informação em comum é necessário concentrar esforços na forma como isto acontecerá, visto que a informação comum, conforme Davenport (1998) aponta, acontece em virtude de a organização buscar facilitar a comunicação entre pessoas ou setores. Uma forma que exemplifica isto é a criação de palavras-chave ou vocabulário controlado.

Uma estratégia focada nos processos informacionais contribui na dissolução de ‘ruídos’ entre um processo e outro, buscando resolver problemas que muitas vezes vão gerar lentidão, ou fazer com que a informação não chegue até o usuário final. Davenport (1998, p. 76) expõe que “Informação e conhecimento, desse modo, podem fluir mais depressa [...]”. A estratégia que tem por base novos mercados da informação, busca desenvolver formas que contribuem na construção de novas fontes de rentabilidade para uma organização, conforme aponta Davenport (1998).

Como segundo componente do ambiente informacional, a política informacional deve se concentrar nas direções que a informação toma, bem como o poder que possui dentro e fora da organização.

Davenport (1998) é enfático ao explicitar que a política em um ambiente informacional é influenciada pelo poder, tanto o poder da informação, quanto pessoas que possuem poder sobre a sua utilização. Neste sentido, ele destaca que a política muitas vezes é o principal fator de fracasso na implementação de sistemas no ambiente, e exemplifica esta característica com uma evolução de controle da informação, podendo existir de quatro formas: 1) federalismo; 2) feudalismo; 3) monarquia; 4) anarquia.

O federalismo aplicado ao ambiente informacional envolve uma visão democrática e participativa, tendo destaque a representatividade, que, por sua vez, fornece uma autonomia local. Isso se reflete, de modo que a informação fica pouco centralizada, conseguindo permear mais facilmente todos os componentes que compõem um sistema. Numa aplicação do modelo federalista, Davenport (1998) propõem que a organização deve entender o debate como algo vital. Pois, os profissionais à frente das organizações trabalham por intermédio das pessoas que compõem sua equipe.

Enquanto o federalismo propõe uma forma mais democrática, o feudalismo informacional possui “senhores feudais” que vivem em seus próprios territórios informacionais. Davenport (1998) considera que o feudalismo em grandes organizações não é tão saudável como o federalismo, mas que em alguns casos ele é necessário, dependendo da tomada de decisão sobre uma informação específica. Segundo ele os “lordes” podem adaptar melhor as informações conforme a necessidade.

Como terceiro modelo político, a monarquia é centrada em uma única pessoa, que tem o poder de decisão sobre a informação. Este monarca informacional define, conforme aponta Davenport (1998), qual informação é relevante, quais seus significados e controla também a forma de interpretação. Fazendo jus a própria característica de monarca, qualquer pessoa que tenha algum desvio do que foi estabelecido terá como consequência a saída da organização. Este radicalismo pode ser entendido como uma forma de não perder o controle informacional dentro do ambiente.

Por fim, o modelo anárquico é definido quando não há formas centralizadas de trabalho com a informação ou quando isso acontece de forma mínima. A anarquia informacional surge, quando vários setores, ou diferentes profissionais dentro da organização, trabalham de formas diferentes, porém sem conexão. Davenport (1998)

estabelece que o ponto positivo da anarquia é que ela tem sede de informação e possui seu foco muito mais no usuário, do que nos processos, como resultado. Mesmo assim, sem um controle, o modelo da anarquia sofre com imprecisões e divergências.

Além destes quatro modelos discutidos acima, o estudioso ainda coloca mais um chamando de utopia tecnocrática, onde para muitos profissionais da área da informação, o simples desenvolvimento da tecnologia bastará para resolver todos os problemas informacionais. Davenport (1998) critica a utopia tecnocrática, pois, segundo ele, este modelo desvia o olhar dos profissionais no trabalho com a informação, impedindo muitas vezes de resolver os problemas de controle informacional.

Como componente do ambiente informacional a cultura ou comportamento é a valorização da informação por uma organização, podendo ser positiva ou negativa. Isso depende do posicionamento que a organização relaciona a informação com seus profissionais e, também, com seus usuários.

Na visão de Davenport (1998) o comportamento informacional está relacionado ao modo como o indivíduo utiliza, busca, altera, troca e até mesmo acumula informação. Já a cultura parte de uma visão grupal, mais generalizada em uma organização. A cultura envolve um padrão de comportamento, ou seja, a forma como uma organização trabalha com os aspectos informacionais.

Neste sentido, tanto o comportamento quanto a cultura podem definir o valor da informação no ambiente e na organização. Por isso, o estudioso denota que é difícil estabelecer em valores econômicos quanto custa a informação, pois isso se torna relativo conforme a necessidade e o uso.

Como parte formadora do comportamento e da cultura, Davenport (1998) afirma que o compartilhamento de informações é uma de suas bases. O compartilhamento de informações deve prever uma intencionalidade e uma vontade, acontecendo, na maioria das vezes, de forma vertical, onde numa estrutura organizacional e hierárquica, a informação segue um fluxo de cima para baixo, limitando-se também a indivíduos e grupos. Este fluxo vertical, a fim de formar o comportamento e a cultura funciona em partes. No entanto, dependendo da forma como a informação irá ser assumida pela instituição, o fluxo horizontal pode agregar maior número de pessoas e grupos num ambiente organizacional.

Desta forma precisa-se enfatizar que o comportamento e a cultura influenciam também no significado da informação e suas definições. Segundo Davenport (1998),

as sociedades humanas sempre tentaram, de alguma forma, definir, classificar, criar um mesmo significado para uma determinada informação. Contudo, ao passo que isto acontece, surgem novas categorias, novas definições, como se fosse um processo sem fim, mas que ao mesmo tempo cria e modifica tanto a informação quanto o comportamento e a cultura. Isto pode ser visto com a própria afirmação de Davenport (1998, p. 125) “a proliferação de significados é tão comum que formulei uma hipótese: quanto mais uma organização conhece um termo ou um conceito relevante aos negócios, é menos provável que concorde com uma definição comum para ele”.

O comportamento e a cultura estão relacionados com outra característica do ambiente informacional, a equipe, ou o *staff*, que são os colaboradores ou profissionais que compõem a organização. Neste aspecto, é de suma importância uma equipe interdisciplinar, a fim de contribuir de forma significativa no desenvolvimento da ecologia da informação.

Novamente, Davenport (1998) faz relação entre equipe e valor da informação ao afirmar que informação é criada de diferentes maneiras e por isso algumas são mais valiosas que outras. Desta forma o valor da informação atrelado à equipe prevê as características a seguir.

A primeira é a exatidão, que significa ausentar-se de erros, pressupondo confiança. Davenport (1998) enfatiza que a exatidão pode ser melhorada com a confiabilidade e averiguação das fontes de informação, prezando assim pela qualidade da informação.

Como segunda característica, a oportunidade tem relação com o tempo e o uso da informação. Como exemplo, Davenport (1998) coloca que uma informação de vinte anos ainda pode ser relevante atualmente, enquanto outras precisam de atualização constante.

A terceira característica é a acessibilidade. O estudioso aponta que a acessibilidade tem relação com uma estrutura capaz de fornecer a informação de forma rápida. Hoje, essa característica pode ser obtida com sistemas computacionais, mas não devemos ficar apenas nas questões de conexão ou tecnologia, pois pode ser que isto ainda não leve a informação até o usuário (Davenport, 1998).

O envolvimento é a quarta característica, este sendo um fator de impacto, pois é por meio do formato, do meio, e até mesmo do método de apresentação que o usuário conseguirá acessar e utilizar a informação que precisa.

A quinta característica é a aplicabilidade, onde a informação só possuirá valor se for aplicada conforme a necessidade do usuário a fim de resolver seu problema informacional (Davenport, 1998).

Por fim, a sexta característica é a escassez. Davenport (1998) relaciona informação ao poder, mostrando, mais uma vez, a característica política que o ambiente informacional possui. Assim, ele afirma que a informação é um recurso único e que, dependendo do seu uso, pode perder ou ganhar valor.

Com estas seis características, pode-se afirmar que a equipe precisa ter consciência da forma como atribuir valor à informação e como será vinculada à sua apresentação. Davenport (1998) sugere que a informação deve ser apresentada de diferentes maneiras, dependendo do seu contexto e, também, da equipe, podendo ser por vídeo, relatório, ligação, correio, e-mail, entre outros. Ou seja, a equipe precisa estar atenta ao valor e a apresentação da informação no ambiente informacional.

Seguindo Davenport (1998), o processo como um componente do ambiente informacional é a forma como o trabalho com a informação acontece em toda a organização. Este processo é composto por etapas que completam um todo, para que o fluxo informacional seja contínuo.

Desta forma, o processo como aspecto do ambiente pode ser visto de duas maneiras, sendo a primeira um processo geral ou principal, e a segunda processos específicos. O processo principal é a linha de comunicação entre os processos específicos, que são dependentes da informação para acontecer, porém este pode existir sem a interferência de um processo específico para outro (Davenport, 1998).

O processo principal é composto por quatro etapas, sendo estas: 1) determinação das exigências; 2) obtenção; 3) distribuição; 4) utilização. A determinação de exigências é a forma como os profissionais de uma organização percebem o ambiente informacional. Conforme aponta Davenport (1998), esta é uma característica subjetiva. A obtenção é a fase em que os profissionais iniciam a coleta da informação, sendo em alguns casos um processo contínuo. A distribuição, etapa três, é a formatação da informação, para que ela seja disponibilizada e alcance a fase de utilização.

Como último componente do ambiente informacional, a arquitetura está ligada ao desenvolvimento visual do fluxo informacional. Pode ser descritiva, ou até mesmo desenvolvendo tecnologias que auxiliem o desenvolvimento da Ecologia da Informação.

Segundo Davenport (1998), a arquitetura de informação é constituída por ferramentas que são adaptadas às necessidades informacionais e que não envolve, necessariamente, apenas a tecnologia. Ainda segundo o estudioso, mapas, diretórios e padrões também são formas de arquitetura informacional.

Davenport (1998) enfatiza que um dos objetivos da arquitetura da informação, no ambiente informacional é dar dinamismo e rapidez na coleta da informação para posterior uso. Num sentido ecológico, Davenport coloca que a arquitetura deve modificar culturas e comportamentos dentro do ambiente informacional.

Além do ambiente informacional, a Ecologia da Informação, segundo Davenport (1998), é composta também pelo ambiente organizacional que, por sua vez, se constitui pela situação de negócios, investimentos tecnológicos e distribuição física da organização.

A situação de negócios é composta por uma estratégia, por processos administrativos, cultura, estrutura organizacionais e recursos humanos. Estas características devem estar de acordo com a atuação da organização, com o valor de produtos e serviços oferecidos pela organização, com a coleta de informações em diversos departamentos da organização, bem como compreender e valorizar o conhecimento de cada profissional.

O investimento em tecnologia precisa levar em conta se as tecnologias da organização estão adequadas para seu uso, se os profissionais são capazes de utilizar as ferramentas tecnológicas, se elas agilizam ou retardam o processo da informação na organização.

A disposição física é a estrutura física da organização. Ela precisa potencializar a troca de informações entre os profissionais, por isso é imprescindível que haja locais para que possam ter trocas e conversas. Para tanto, é necessário que exista na organização equipamentos adequados para isso e que os profissionais possuam mais informações de valor agregado para a organização do que dados brutos que demoram para serem compilados.

Por fim, como parte formadora da ecologia da informação, se tem o ambiente externo que, segundo Davenport (1998), é composto por mercados de negócios, mercados de tecnologia e mercados de informação. O mercado de negócios é composto pela informação estruturada para atingir seus consumidores, fornecedores e concorrentes. Já o mercado de tecnologia foca nas tecnologias infraestruturais, nas tecnologias em uso e nas tecnologias inovadoras. Por fim, o mercado da informação

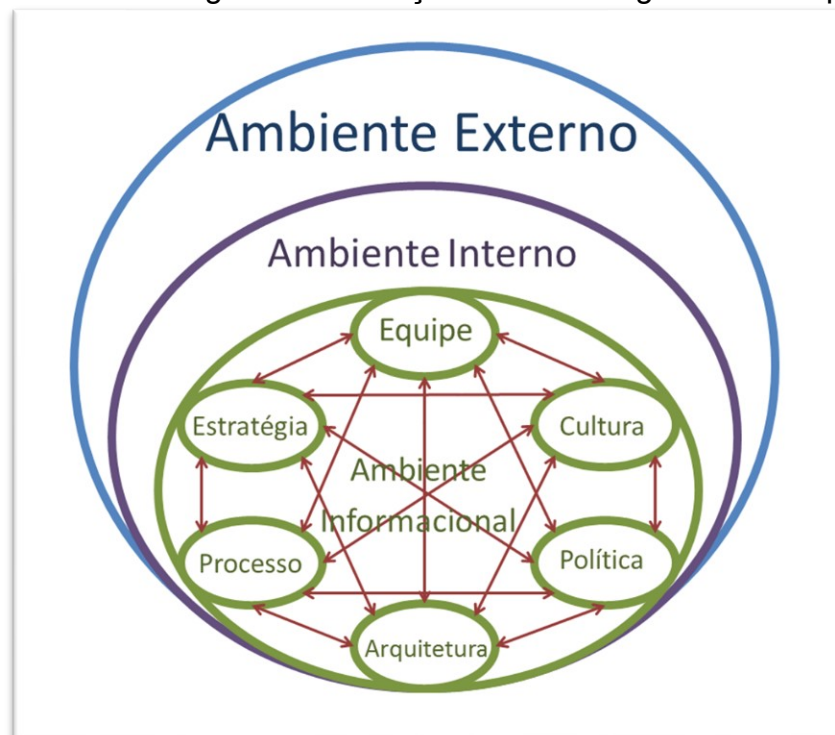
tem como foco tanto o ambiente externo quanto interno da organização, sendo um mercado misto.

Após este desenvolvimento, precisamos entender como implantar o modelo ecológico. Segundo Davenport (1998), esta pergunta pode ser respondida por meio de dois componentes, sendo eles: o gerenciamento informacional e o mapeamento.

Por gerenciamento informacional entende-se o trabalho com a equipe de profissionais que tenham a informação como base de seu trabalho, utilizando ferramentas, tecnológicas ou não, para que se possa ter controle do fluxo informacional para que o processo seja desenvolvido com pleno êxito. O mapeamento da informação diz respeito à forma de identificar as informações que são relevantes. Isso serve para otimizar tempo e melhorar o acesso à informação. O mapeamento deve ter vínculo também com a informação que o usuário possa vir a buscar, buscando relacioná-las na organização. Assim, um mapa é composto também pelos três ambientes da Ecologia da Informação.

Desta forma, conforme modelo do próprio estudioso, a figura 07 apresenta como a Ecologia da Informação está estruturada.

Figura 7 - Modelo Ecologia da Informação baseado segundo Davenport (1998).



Fonte: Davenport (1998, p. 50).

Resumidamente, Davenport (1998) ao se reportar à GI, define um modelo chamado de Ecologia da Informação. Segundo este pesquisador as unidades, organizações, ou qualquer instituição que trabalhe com a informação deve ser vista e entendida como um sistema ecológico, funcionando de forma equilibrada e interdependente. Dentro desta ecologia existem três ambientes sendo: o ambiente informacional, composto pela equipe, estratégia, cultura, processo, política e arquitetura; o ambiente interno, composto por situação de negócios, investimentos tecnológicos e distribuição física da organização; e o ambiente externo composto pelo mercado de negócios, mercado tecnológico e mercado da informação.

Para as finalidades da nossa pesquisa, o modelo da “Ecologia da Informação” tem grande potencialidade de aplicação, conforme será exposto nas propostas de modelo e protocolo de gestão de patrimônio documental em museu. Contudo, considerando a especificidade do acervo museológico, foi necessário também uma aproximação com a proposta de Choo (2003) assunto da próxima subseção.

7.3 CHOO E SEU MODELO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Primeiramente, precisa-se esclarecer que a obra de Choo (2003) tem como título “A Organização do Conhecimento”. Todavia, o autor se refere como organização do conhecimento aquela que possui tanto conhecimentos, quanto informações. Assim, para esta pesquisa, sua aplicabilidade foi a partir do seu modelo estrutural para gestão da informação.

Para Choo (2003), a informação passa por um processo, em que se busca um significado, para depois haver construção do conhecimento que fará com que se tenha uma tomada de decisão.

A criação de significado está relacionada a interpretação que a organização tem de uma informação, isto acontecendo por meio de seus profissionais.

A construção do conhecimento para Choo (2003) parte do conceito de conhecimento tácito e conhecimento explícito, sendo o primeiro o conhecimento pessoal, aquele que a pessoa possui inclusive de forma informal, enquanto o segundo é a forma de conhecimento mais formal, sendo este mais fácil de ser transmitido. Para o pesquisador ambos os conhecimentos são interconectados, porém existem maneiras do conhecimento tácito se transformar em explícito, sendo a socialização, a exteriorização, a combinação e a internalização.

A socialização é a forma como um indivíduo adquire conhecimento por meio do compartilhamento de experiências vividas. A exteriorização tem relação com a forma de compartilhar conhecimento por meio de conceitos, analogias, modelos, entre outros. Já a combinação é quando se reúne conhecimentos explícitos de diversas áreas, para que novos conhecimentos sejam construídos. A internalização é quando o conhecimento explícito é incorporado ao conhecimento tácito do indivíduo. Desta forma, observa-se o que Choo (2003) aponta como sendo o conhecimento explícito e tácito interdependentes e interconectados, pois, um retroalimenta o outro.

Como tomada de decisões pode-se inferir que é uma parte estratégica, pois segundo Choo (2003), após se criar significado e criar conhecimento, uma organização deve saber o que fazer com isto.

Ao definir um modelo, Choo (2003) faz uma análise sobre a importância da busca e do processamento da informação, mostrando que dentro das estruturas sociais o assunto está cada vez mais presente, principalmente quando se trata de estudos ligados a áreas do conhecimento como psicologia, comunicação, sistemas de informação, estudos cognitivos, entre outros. Por meio dessas características, o estudioso disserta sobre a informação como produto humano, e da mesma forma que Davenport, atribui valor à informação. Para Choo (2003) o valor está atribuído ao que o próprio ser humano constrói em si por meio de significados a uma informação. Com isto, entende-se que o conceito de valor é subjetivo a cada pessoa, conforme sua necessidade informacional.

Desta forma, ao atribuir conceito de valor à informação, Choo (2003) esclarece seu modelo de busca e uso da informação. Este modelo possui um ambiente que é composto por: 1) ambiente de processamento da informação, contendo as necessidades cognitivas e reações emocionais; 2) ambiente de uso da informação, contendo dimensões situacionais. Além disto o modelo dispõe sobre o comportamento do usuário, atrelado a sua necessidade, a sua busca e ao uso informacional.

Para que isto ocorra, Choo (2003) é enfático ao relacionar as reações emocionais do usuário buscar a informação. Para ele o primeiro estágio de busca é motivado pela incerteza e falta de conhecimento sobre algo, onde o usuário fica com dúvida e confusão. A partir do momento em que haja o processo de busca, onde a informação começa a ser encontrada, o sentimento de dúvida começa a desaparecer,

aumentando o nível de confiança e satisfação, contribuindo de forma significativa na construção do conhecimento.

Após esta apresentação sucinta do processo que Choo (2003) desenvolve, mostrando a) necessidade > b) busca > c) uso da informação, é necessário entender como os significados são atrelados a este modelo.

Para Choo (2003) o significado de uma informação está diretamente vinculado a uma identidade, fazendo com que isto seja uma forma de coesão entre o usuário e a informação. Contribuindo ainda nesta perspectiva, o significado acontece de forma retrospectiva; isso significa que o usuário parte de algum lugar no tempo para atribuir significado.

Ainda como característica da criação de significado, pode-se dizer que ela também é interpretativa, pois ela compõe parte do seu ambiente, sendo da mesma forma uma construção social e contínua. Resumidamente conforme aponta Choo (2003, p.128) “pode-se dizer que a criação de significado é um processo social contínuo em que os indivíduos observam fatos passados, recortam pedaços da experiência e selecionam determinados pontos de referência para tecer redes de significados”.

Desta forma, ao referenciar a criação de significado para um indivíduo, Choo (2003) estabelece critérios dentro das organizações. Para ele a interpretação, a seleção e a retenção são partes fundamentais na criação de significado de informações. A interpretação é a forma como as pessoas criam e observam o seu ambiente. Seleção é a escolha de significados que não tornem a informação ambígua. Retenção é a forma ou o local em que estes significados ficam armazenados para recuperação futura.

Para Choo (2003) no processo de criação de significado, as necessidades informacionais são obscuras, sendo que o foco é dissolver as ambiguidades das informações existentes. Para Choo a diferença da incerteza para a ambiguidade é de que a primeira é a falta de informação, enquanto a segunda é a falta de clareza da informação existente, onde por sua vez podem ter mais de uma interpretação, o que faz com que se torne conflitante dentro de uma instituição.

Ao tratar a necessidade da informação e das necessidades cognitivas de um sujeito, pode-se inferir que Choo (2003) observa que são os elementos cognitivos que determinam os tipos de dados e informações a serem usadas numa organização. Observa-se que isto está inteiramente ligado à subjetividade de escolhas dos sujeitos

que trabalham na instituição, visto que são eles que determinam as informações que uma organização poderá deixar acessível aos usuários.

Além da necessidade cognitiva, existem também as reações emocionais e as dimensões situacionais. A primeira se refere às emoções que envolvem o sujeito ao ter ou não uma informação, podendo ser estresse, alegria, satisfação, entre outras. Já a dimensão situacional está vinculada a uma situação de problema informacional que pode ter mais de uma característica, como por exemplo acesso, fluxo e até mesmo gestão da informação (Choo, 2003).

Posterior a esta discussão e análise, Choo (2003) expõe a relação da busca da informação com a criação de significado, onde estabelece três características: a) sondar; b) notar; c) interpretar. A sondagem é a procura de situações que possam ter impacto na organização. Estas situações são notadas, bem como tudo que envolve a informação delas, para posteriormente serem interpretadas a fim de evitar a ambiguidade e dessa forma auxiliar na busca da informação.

Esta busca vem ao encontro do uso da informação, onde para Choo (2003) o uso está diretamente vinculado a reduzir a ambiguidade informacional. No entanto, ele coloca que a ambiguidade nunca será extinta por completo, e nem deve ser, afinal esta característica é o que estimula o processo informacional dentro da organização.

Adiante em seu trabalho, Choo (2003) explora também o conceito de conhecimento e como este é gerado nas organizações, apresentando o conceito de conhecimento tácito, conhecimento explícito e conhecimento cultural.

Como conhecimento tácito tem-se aquele conhecimento que está intrínseco ao indivíduo, baseado na ação e não na verbalização, ou seja, seria o conhecimento vinculado ao fazer do indivíduo. O conhecimento explícito está relacionado ao conhecimento que consegue ser transmitido por símbolos, baseados em regras e normas. Por fim, o conhecimento cultural se refere àquele conhecimento que vincula a cognição e emoção dos indivíduos de uma organização que são usados para construir ou explicar a realidade organizacional (Choo, 2003).

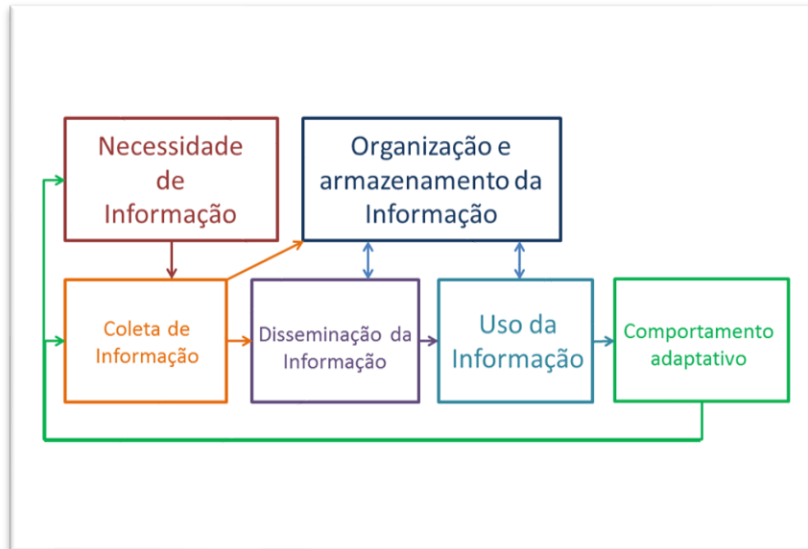
Ao colocar estes três tipos de conhecimento, Choo (2003) define algumas características necessárias para que o conhecimento seja gerado numa organização, sendo: a socialização, a exteriorização, a combinação e a internalização.

A socialização consiste em aprender com a observação e compartilhamento de conhecimentos tácitos de um indivíduo para outro. A exteriorização incide nas formas de diálogo em que o conhecimento se permuta. A combinação sobrevém à

interligação de conhecimentos distintos, para que um novo surja. A internalização ocorre com a repetição de tarefas a fim de que ocorra a aprendizagem.

Desta forma pode-se entender o trabalho de Choo (2003), conforme figura abaixo.

Figura 8 – Modelo de gerenciamento da informação baseado em Choo (1998).



Fonte: Adaptado de Choo (1998 *apud* Carvalho e Araújo Júnior, 2014, p. 77)

Conforme aponta Carvalho e Araujo Junior (2014, p. 78), o modelo proposto de Choo mostra inclusive que existe necessidade informacional “devem ser reavaliadas constantemente, pois mudam sempre que os indivíduos se deparam com uma situação em que seu conhecimento não é suficiente”. Esta afirmativa denota a questão de ambiguidade discutida anteriormente.

Neste sentido, nota-se que tanto Davenport (1998) quanto Choo (2003) estabelecem que a informação é ressonante, que sempre passará por mudanças e sempre precisará ser revista, ou como dito, reavaliada para satisfazer o seu usuário.

7.4 GI, PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E MUSEUS

Ao considerar a relação entre GI, museus e patrimônio documental é necessário estabelecer considerações acerca desta temática, principalmente no que tange a gestão e nos processos dentro de um museu.

O planejamento e a gestão de um museu, independentemente de seu porte, são fundamentais para que as instituições museológicas consigam atingir seus

objetivos e metas, conforme destaca o próprio Estatuto de Museus, Lei n. 11.904 de 14 de janeiro de 2009. Segundo a lei federal (Brasil, 2009) a principal ferramenta de gestão em museu é o plano museológico, sendo uma obrigação de todo museu criar e implementar este planejamento estratégico.

Art. 44. É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico.

Art. 45. O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade (Brasil, 2009).

Cândido (2014) salienta que este plano foi inspirado por países europeus, principalmente pela Espanha e pela França, sofrendo grande influência na forma de gestão destes países, estabelecendo nesta ferramenta de gestão programas que são vinculados ao desenvolvimento de ações nos museus, devendo estar em constante avaliação.

Para Desvallées e Mairesse (2013), a gestão no ambiente museológico é a ação de conduzir programas e projetos de forma abrangente e não apenas nas atividades específicas de preservação, pesquisa e comunicação dos objetos e acervos. Assim, a gestão é parte fundamental das instituições museológicas entendidas nessa pesquisa como unidades de informação que coletam, armazenam, usam e disponibilizam informação.

Vilhena e Barbosa (2017) enfatizam que o plano museológico, muito além de ser uma ferramenta geral de gestão, também se utiliza da GI para que possa gerir a informação e o conhecimento dentro dos museus, sendo estas informações um recurso estratégico para as instituições. Ainda segundo Vilhena e Barbosa (2017), a GI auxilia na gestão dos museus por mostrar que a gestão só é possível quando se constitui a relação entre informação, ambiente informacional e profissional da informação.

Em síntese, a gestão da informação no plano museológico significa tornar a informação que foi sistematizada e formalizada após a elaboração e confecção do plano museológico disponível disseminando-o para todos os setores do museu, em vários tipos de suporte (digital, papel etc.) para uso e avaliação, através de canais ou fluxos formais da informação. (Vilhena; Barbosa, 2017, p.160).

Mesmo evidenciando acima este potencial de GI dentro dos museus, Cândido (2014) discute que parte do que é produzido sobre gestão em museus é pensada para museus de grande expressividade, aqueles que possuem recursos financeiros e recursos humanos para criar e implementar ferramentas que auxiliem nesta gestão. Desta forma, esta pesquisa se propõe a discutir estes pontos de vista, a fim de auxiliar no desenvolvimento da gestão de pequenos museus, principalmente os museus municipais.

8 MODELO DE GESTÃO PARA PATRIMÔNIO DOCUMENTAL EM MUSEUS

O embasamento teórico, bibliográfico e instrumental apresentado até aqui possibilitou o desenvolvimento de um modelo de gestão da informação para patrimônio documental em museus e sua aplicação em um museu municipal. Entendemos que esse é o principal resultado de nossa Tese. Com a influência dos modelos de Davenport e Choo, nosso modelo para definição da gestão da informação em processos técnicos relacionados ao patrimônio documental em museus é composto por três fatores: equipe; mapeamento e representatividade no contexto da GI.

Davenport e Choo focam na gestão da informação para um ambiente corporativo. Assim, para a elaboração de um modelo de gestão para museus, a instituição deve ser compreendida como uma corporação que busque a excelência de seus produtos e serviços. O foco no público e a função social do museu devem fazer parte de um planejamento advindo de posições claras acerca do que o museu entende ser a sua missão, visão, valores, objetivos, metas e indicadores. Isso servirá para que o tratamento do patrimônio documental da instituição não destoe do conjunto de ações que constituem a identidade do museu. Assim, de forma integrada, o tratamento dado ao patrimônio documental, apesar de distinto devido sua especificidade, não será diferente das demais rotinas museológicas.

Contudo, a equipe pode, a partir dos critérios específicos de tratamento ao acervo documental, expandir seu alcance também para outros objetos museológicos. Isso porque, um modelo de gestão sempre parte do geral para o particular, sendo suas fases gerais aderentes à missão e objetivos da instituição. É nesta interconexão entre o todo e o particular que a informação gerenciada de forma integrada nos museus pode se apropriar da influência que Davenport e Choo. No tocante ao patrimônio documental, as propostas de GI destes dois autores atuam já na definição do conceito de patrimônio documental, para, posteriormente, serem aplicadas as etapas de um modelo para sua gestão.

Nas obras 'Ecologia da Informação' (Davenport) e Organização do Conhecimento (Choo), ambos retratam que as organizações precisam entender suas rotinas, seus ambientes e seus profissionais para que a gestão da informação aconteça de forma eficaz. Não existe uma fórmula pronta para que a gestão aconteça,

mas sim, métodos, tomada de decisões e entendimentos para que cada organização, cada instituição defina a sua melhor maneira.

Vale notar também que tanto Davenport quanto Choo escreveram suas obras num contexto totalmente diferente do que temos hoje. Davenport escreve a “Ecologia da Informação”, na década de 1990, Choo escreve “A Organização do Conhecimento” na década dos anos 2000. Até agora, passaram-se mais de 30 anos de uma obra e mais de 20 anos da outra. Certamente muitos dos conceitos e métodos foram aprimorados. Porém, suas teorias são amplas e flexíveis a diversos cenários, tornando-as válidas ainda hoje nos estudos de gestão da informação pela CI que, a partir de relações interdisciplinares, ampliam as aplicações destes modelos em seus diversos objetos de pesquisa e atuação.

A influência de Davenport no desenvolvimento do nosso modelo se dá na escolha de dois componentes básicos: a equipe e o mapeamento da informação. A equipe é a principal agente da gestão, uma vez que são a expertise e a experiência os dois vetores eficazes para um mapeamento informacional que garante a gestão de qualidade e eficácia. Assim, a aplicabilidade do nosso modelo para gestão do patrimônio documental em museu depende do mínimo esperado para funcionamento da instituição que são as pessoas, os profissionais, independentemente da sua quantidade. Apesar de parecer óbvio o componente ‘equipe’ num modelo de gestão da informação, não é na maioria dos museus brasileiros. Em muitos dos nossos museus não existe equipe, alguns não tem sequer um funcionário alocado para atender especificamente o museu.

Isso pode ser mostrado novamente com IBRAM (Brasil, 2011), onde consta que de 1500 museus pesquisados, 316 possuem de 1 a 3 funcionários em sua equipe, ou seja, mais de 20%. Neste mesmo contexto, a pesquisa mostrou que existem 9.276 funcionários em cargos efetivos, enquanto a soma entre contratos por tempo determinado, terceirizados, voluntários e estagiários são de 10.075 pessoas.

Numa análise mais profunda, Miquéias (2016) utiliza da mesma fonte do Brasil (2011) e enfatiza ainda mais a presença de profissionais formados, principalmente museólogos, onde existiam 232 efetivos, 33 contratados por tempo determinado, 23 terceirizados, 49 voluntários, 86 eram estagiários ou bolsistas³² e 6 em modalidades de contratos não definidas.

³² Este dado se refere a profissionais em formação, que possuem formação, mas estavam atuando em projetos de pesquisa.

Ao definir a equipe como componente principal para a gestão do patrimônio documental, temos em mente que será sua a função de compreender o lugar do museu na comunidade, a representação cultural do seu acervo e, neste caso, a definição técnica da patrimonialidade dos objetos. Sendo assim, é a equipe que definirá o objeto 'patrimônio documental' para aquela instituição, tendo em vista o valor de determinado documento para a sociedade que constituiu aquele museu.

Davenport (1998), na elaboração de seu modelo ecológico de gestão da informação, define como termo de componente básico a 'equipe de gerenciamento informacional'. Contudo, consideramos em nossa proposta a equipe no seu conceito amplo, porque, no museu, pode não existir uma equipe específica para gerenciamento informacional.

Além disso, a definição de uma equipe no museu público, por exemplo, depende da forma de gestão, ou de sua falta, na própria instituição. Isso porque, conforme apontado anteriormente, a maioria dos museus no Brasil são públicos e muitos ficam à mercê de uma gestão política, que, em muitos casos, não reflete a vivência e profissionalização da área. Desse fato resulta, muitas vezes, a inaptidão dos profissionais escolhidos/contratados para exercer suas funções nos museus.

Corroborando com Davenport, Vilhena e Dias (2022) ao estudarem a competência em informação, relacionada às equipes de profissionais de museus, definem como equipe todos os trabalhadores, incluindo profissionais graduados, serviços gerais, seguranças, mediadores, entre outros que tenham o museu como seu ambiente de trabalho e desenvolvimento profissional.

Tanto Davenport (1998), quanto Vilhena e Dias (2022) demonstram que os trabalhos com a informação (e neste caso podemos citar a gestão), serão mais amplos e melhor desenvolvidos, se houver comunicação entre todos os que formam e integram as equipes profissionais, buscando desta forma melhorar os aspectos e características nos processos informativos, evitando ruídos e dicotomias.

Sobre o mapeamento da informação, Davenport (1998) acaba atribuindo este assunto a arquitetura da informação, principalmente no desenvolvimento de sistemas para que o acesso à informação seja mais rápido e simplificado. No entanto, o mesmo autor enfatiza que a automação da informação deve ser usada com moderação, ou seja, o que precisa estar efetivado é um sistema de mapeamento, tendo ou não recursos tecnológicos.

Neste sentido, Davenport (1998) atribui que a melhor forma de iniciar um mapeamento dentro de uma organização é evidenciar as informações que sua clientela busca. Como num museu não trabalhamos com clientes, mas sim com públicos, podemos atribuir que o contexto informacional de mapeamento, neste caso, está relacionado aos processos de acesso destes públicos à informação.

Ajudando na construção do conceito de mapeamento, Aganette (2020) enfatiza a importância do mapeamento da informação em instituições, visto que sem isto a GI se torna ineficaz ou inexistente, sendo que ele permite que haja melhorias nos processos dentro de uma instituição.

Valentim e Souza (2013) destacam que o mapeamento, sendo realizado tanto em ambiente interno quanto externo em uma instituição, evidencia as necessidades informacionais da instituição, influenciando assim nas ações do ambiente informacional e, conseqüentemente, nos processos informacionais.

Assim, citando novamente Aganette (2020, p.197) evidencia-se que:

Por meio do mapeamento [...] é possível i) a implementação de padrões documentais, desde a concepção do nome do tipo documental até a descrição do próprio formulário; ii) definição de metadados que auxiliam na recuperação da informação, por meio do tagging dos documentos vinculadas aos processos; iii) e conseqüentemente a padronização terminológica utilizada, uma vez que é possível, durante o mapeamento, criar um vocabulário controlado, específico para a classificada da documentação existente.

O mapeamento neste sentido acontece por dois processos, sendo um deles o levantamento de acervo³³, fazendo com que o museu tenha conhecimento da totalidade do seu acervo. Posterior ao levantamento, será verificado as categorias de acervos que o museu possui e assim iniciar o processo técnico de documentação.

Como forma de estabelecer critérios de levantamento, documentação, aquisição e descarte será utilizada a obra de referência na museologia 'Museus: aquisição/documentação' de autoria de Fernanda Camargo-Moro (1986). Mesmo sendo uma obra da década de 1980, ela traz de forma simplificada e exequível o processo de documentação, desde a chegada do item ao museu até o seu possível descarte. Assim, ao destacar a importância desta literatura para o presente trabalho, será possível estabelecer os vínculos com Davenport (1998) e Choo (2003), no que se refere a GI.

³³ Também pode ser utilizado o termo arrolamento, conforme destaca Padilha (2014) e Britto (2018).

Além do procedimento de documentação, que se estabelece desde a aquisição até o descarte, outra forma de mapeamento é a pesquisa histórica relacionada à instituição e ao seu acervo, podendo ser utilizado para isto metodologias do campo da História, como a história cultural, história oral, entre outras que se adequem a análises dos processos sócio-históricos vividos por uma sociedade. Vieira (2015), ao estudar formas de pesquisa histórica, ressalta que por se tratar de uma pesquisa em ciências sociais, independentemente da metodologia escolhida, deve se manter coerente entre a concepção de mundo do pesquisador e sua pesquisa.

Percebemos assim que o processo inicial de mapeamento acaba influenciando na interconexão das teorias e conceitos de Davenport (1998) e Choo (2003), onde, por meio da pesquisa histórica, do levantamento do acervo e, posteriormente, a documentação, é possível evidenciar a relação dos ambientes interno, externo e informacional com as relações dos processos técnicos da instituição.

Além disto, podemos perceber a influência do modelo de Choo (2003) estando vinculada ao processo de caracterização do patrimônio documental, principalmente no que se refere à questão de representatividade.

A representatividade a qual Choo (2003) estabelece numa organização, condiz com a forma de seleção que as pessoas utilizam para categorizar algo. Desta forma a representatividade é determinada por características subjetivas do indivíduo, da cultura ou da narrativa que uma organização quer denotar, estando vinculada diretamente a sua identidade. Desta forma, ao falarmos de representatividade, as questões de relação com identidade e pertencimento, acabam sendo referenciadas, quando relacionamos com pesquisas e estudos culturais.

Neste aspecto, Meneses (2003) destaca a problemática de identidade cultural atribuída aos museus brasileiros. Destacamos que a obra de Meneses (2003) busca evidenciar a forma como a maior parte dos museus brasileiros foram formados, numa característica identitária e nacional, tornando assim as instituições museológicas “santuários” de uma identidade construída, mas que muitas vezes não existia.

Propondo uma reflexão ainda mais ampla, Meneses (2003) atribui que a identidade acaba por estabelecer características que vão além de dizermos quem somos, mas cria atributos que nos diferenciam do outro. Neste sentido, o próprio estudioso afirma que a característica conservadora dos museus acaba reforçando

esta perspectiva, mostrando que imagens são criadas a fim de integrar e reforçar a questão identitária.

Assim, a constituição do museu está estabelecida na representatividade, muitas vezes identitária de uma população. Essa questão está na discussão de Carvalho (2017) que reflete sobre a perspectiva sociocognitiva da informação ao ressaltar a significação dos objetos e documentos em museus, bem como a suas relações.

Estabelecendo vínculos com esta representatividade podemos citar também Smit (2008) e Buckland (1991) ao demonstrarem que a informação e seu significado estão relacionados a um contexto social, e desta forma possuem a intenção de expressar, descrever e representar algo. Ainda, Loureiro (2008) acaba por entender que o museu passa a ter maior validação social, quando um objeto do museu acaba por se tornar fonte de informação. Dessa forma, acaba sendo uma ordenação simbólica identitária, vinculada aos contextos socioculturais de um local, o que se caracteriza no processo de musealização destacado por Guarnieri (1990) e Cury (2005).

Carvalho (2017) explica que os processos de seleção, aquisição, salvaguarda e exposição dos objetos em um museu contribuem para a construção de identidade. Consequentemente, estes objetos passam a se relacionar com a representatividade de um acontecimento, de um lugar, de um personagem, que tenham vínculo com uma memória, neste sentido, uma memória coletiva.

Ao relacionar museus locais, e configuramos aqui neste conceito os museus municipais, Meneses (2003, p. 214) assume que:

O museu local/regional seria aquele em que os processos de identidade encontrariam o espaço mais aceitável de expansão. Entretanto, não há por que excluí-los dos riscos. Não há, em nossa sociedade, realidade regional/local que seja homogênea e estática. Daí o perigo de tais museus exercerem papéis compensatórios de refúgio para simbolicamente "recuperarem" uma unidade perdida ou (o que é pior) de espelhos em que narcisisticamente se procure a devolução da imagem que já tinha sido atribuída a si próprio - e que agora retoma sedutora, pronta a se transformar num termômetro com o qual se mede (etnocêntricamente) toda a realidade.

A proposta de Meneses (2003) é demonstrar que existe grande potencialidade dos museus locais em atingir seus objetivos e demandas, principalmente no que é atribuído às questões sociais. No entanto, muitos destes pequenos museus, acabam sendo inspirados por modelos atribuídos nacionalmente à construção de uma

identidade. Desta forma, a representatividade que permeia a discussão acerca do patrimônio documental está relacionada diretamente à criação identitária de um grupo que, conforme apontamos anteriormente, possui vínculos que, de forma subjetiva, acabam influenciando na tomada de decisões acerca dos acervos de instituições museológicas.

9 PATRIMÔNIO DOCUMENTAL NO MUSEU DO IMIGRANTE CÔNEGO MIGUEL GIACCA: APLICAÇÃO DO MODELO

Para a aplicabilidade do modelo são necessários dois protocolos, um a fim de caracterizar o patrimônio documental e o outro mostrando as dinâmicas de trabalhos e procedimentos de gestão aplicados ao patrimônio.

O Protocolo A (PTA) tem como fundamento a Ecologia da Informação, onde são considerados o ambiente externo, interno e informacional, verificando assim a possibilidade de um item se caracterizar como patrimônio documental. A aplicabilidade do PTA está na pesquisa sócio-histórica do município (item 9.1) o qual se caracteriza como ambiente externo; a constituição do museu (item 9.2) que se caracteriza como ambiente interno; categorização do patrimônio documental como ambiente informacional (item 9.3).

O Protocolo B (PTB) utilizará a dinâmica proposta por Choo, ao introduzir a gestão do conhecimento, mostrando etapas e ações desempenhadas em cada processo informacional com o patrimônio documental. Neste sentido, a gestão do patrimônio documental (Item 9.4) aplicará a análise da equipe (trazido por Davenport), do plano museológico (item 9.4.1), da política de acervo (item 9.4.2) e dos procedimentos técnicos (item 9.4.3) de documentação, conservação e acesso.

Para aplicação do modelo foi escolhido o Museu do Imigrante Cônego Miguel Giacca, instituição pertencente ao Município de Nova Veneza – SC, local de atuação profissional do autor desta tese. Além disto, a aplicabilidade do modelo também foi estabelecida em função do museu ter em seu acervo, itens que são considerados patrimônio documental, conforme será demonstrado adiante.

9.1 TRAJETÓRIA SÓCIO-HISTÓRICA DE NOVA VENEZA – SC (PROTOCOLO A)

Nas encostas da Serra Geral, ao sul do Estado de Santa Catarina, fica localizado o município de Nova Veneza. Antes mesmo da chegada dos imigrantes europeus, a região onde hoje se encontra o município era povoada pelos Xokleng, etnia indígena que se caracterizava por serem seminômades e coletores. Conforme destaca Mazzucco (2013), a população Xokleng, também é chamada de “botocudos”, em função da característica de utilização de botoque nos lábios.

Corroborando com Mazzucco, Selau (2006) ao estudar a ocupação do território sul catarinense por esta população, mostra que os Xokleng faziam trajetos pendulares, entre o litoral e a serra catarinense. Isto acontecia, pois como afirma Santos (1973), eram coletores e caçadores e dependiam das estações do ano para alimentação e subsistência de suas aldeias.

Com a implantação das colônias ao sul do Estado de Santa Catarina, a partir de 1877, como destaca Selau (2006), tendo como objetivo a instalação de colonos na região, o território Xokleng começou a sofrer mudanças físicas e culturais. Isto se deve ao fato de grande parte dos colonos virem da Itália, adentrando em terras brasileiras por meio de colônias públicas ou privadas.

Nova Veneza surge neste contexto. Conforme destaca Bortolotto (2012), a origem do município se deu em função da colonização de novas terras e processo de interiorização. Isso ocorre quando a empresa Ângelo Fiorita e Cia. cedeu à Companhia Metropolitana o uso das terras. Assim, Nova Veneza se destaca historicamente de outras colônias, pois a organização das terras e das linhas colonizadoras foi de responsabilidade da Companhia Metropolitana, sendo seu administrador Miguel Napoli, que contratou o italiano Natale Coral para fazer as medições de todo o território da colônia, que hoje corresponde ao território político dos municípios de Nova Veneza, Siderópolis e uma pequena parte de Treviso.

Desta forma, auxiliando na construção da cultura e da sociedade do sul catarinense, Otto (2005) expõe que as colônias de italianos eram oficiais, porque tinham exclusivamente imigrantes vindos da Itália, sem que houvesse alguma interferência da administração da colônia por outro grupo étnico.

Isto fica evidente na trajetória histórica de Nova Veneza, pois as famílias que adentraram na colônia foram registradas no 'Livro dos Imigrantes', o qual se encontra atualmente no Museu do Imigrante Cônego Miguel Giacca. Este livro foi um presente doado pelo governador do Estado de Santa Catarina, Vilson Kleinübing, no ano de 1991, ao recém-criado Museu do Imigrante Cônego Miguel Giacca (Bortolotto, 2012).

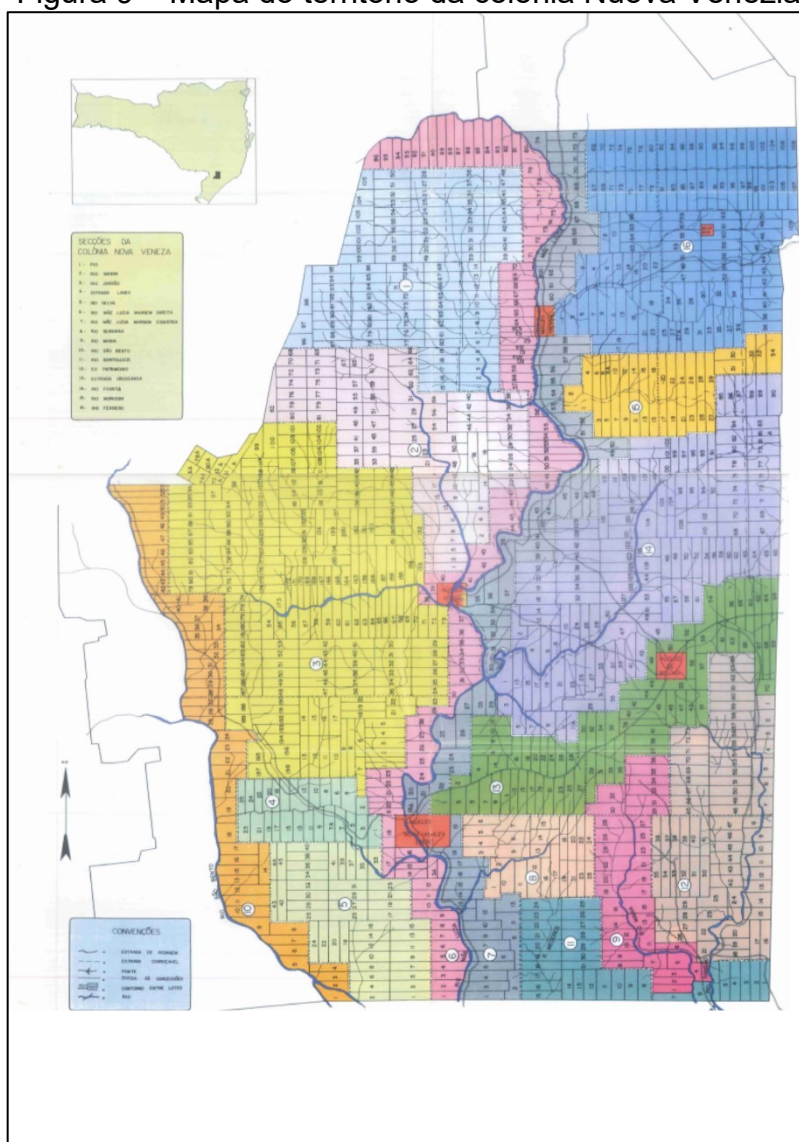
A importância histórica deste livro de registro remonta não só a história do próprio município, mas também a história nacional, afinal, cerca de 3.000 colonos ingressaram no Brasil por meio da colônia de Nova Veneza, entre junho e outubro de 1891 (Ostetto, 2014).

Conforme aponta Bortolotto (2012), a grande imigração de italianos para Nova Veneza aconteceu em outubro de 1891. Os principais motivos que levaram à vinda

desta população para a antiga colônia foram as guerras no continente europeu e, conseqüentemente, a fome.

A colônia de Nuova Venezia, possuía linhas colonizatórias já definidas com números específicos de lotes, sendo dividida em cinco núcleos: Núcleo de Nova Veneza, Núcleo de Belunno, Núcleo do Jordão, Núcleo de Treviso e Núcleo de Belvedere. (Bortolotto, 2012).

Figura 9 – Mapa do território da colônia Nuova Venezia



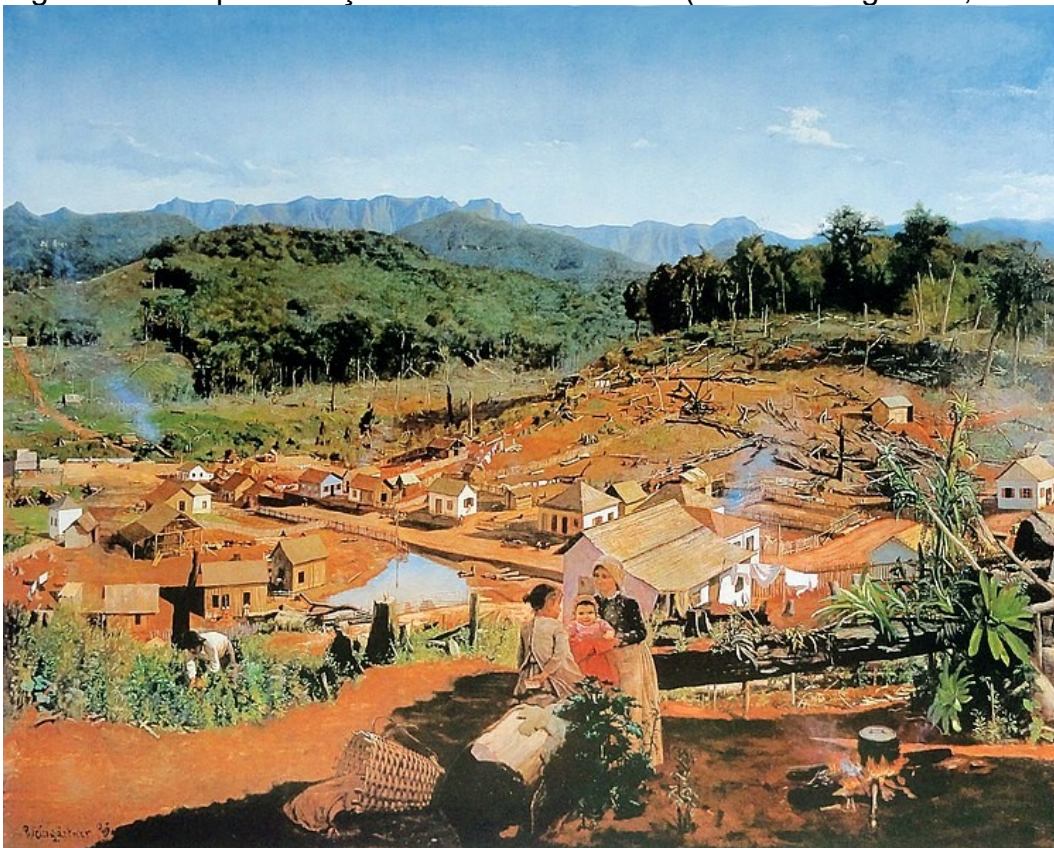
Fonte: Bortolotto (2012)

Sachet (2023), ao escrever sobre as colônias do sul de Santa Catarina, discorreu sobre regras, direitos e deveres, tanto dos imigrantes que iniciariam uma nova vida em território brasileiro, quanto das companhias de colonização. A exemplo

de Nova Veneza, a colônia deveria ter no mínimo uma serraria, uma ferraria, estradas de ligação, ferramentaria para os colonos e um entreposto comercial.

Até o final do século XIX, Nova Veneza estava em fase de implantação, sendo que parte de sua população já havia emigrado para novos locais, conforme destaca Bortolotto (2012) e Ostetto (2014). Os primeiros anos foram retratados pelo artista gaúcho Pedro Weingartner, contratado pelo governo brasileiro para registrar colônias no sul do Brasil. A obra intitulada “Vida nova”, de 1893, registra parte da sede da Colônia Nova Veneza, onde hoje se encontra a região central do município. Hoje esta obra encontra-se exposta no gabinete do Prefeito Municipal.

Figura 10 – Representação da obra: Vida Nova (Pedro Weingartner, 1895)



Fonte: Wikipedia (2023).

No ano de 1895, a então colônia recebe a visita do Governador Hercílio Luz, que viria para conhecer o povoado. Na ocasião aconteceu também a primeira festa em honra a São Marcos, padroeiro da colônia e hoje do município, como aponta Bortolotto (2012).

Passados os primeiros anos da colônia, já no século XX, especificamente na década de 1920, Nova Veneza começa um novo ciclo. A agricultura e pecuária, que

antes eram para subsistência, começam a se desenvolver economicamente, conforme aponta Ostetto (2014). Nesse novo tempo de colônia, surge a 'Indústria e Comércio Bortoluzzi S.A', uma empresa formada por três irmãos: Giovanne (João), Giuseppe (José) e Humberto Bortoluzzi.

Ostetto (2014) mostra que a Indústria e Comércio Bortoluzzi S.A. fabricava produtos suínos como salame, banha, torresmo, toucinho e comercializava a própria carne de porco que tinha como principal destino o Estado do Rio de Janeiro. Além disto, a indústria possuía um beneficiador de arroz, a atafona de moer milho, atuando como empresa importadora e exportadora por meio da sua casa de comércio.

O Comércio Bortoluzzi foi um incentivador ao desenvolvimento econômico local, pois era neste comércio que muitas compras e vendas de itens aconteciam. Vinculado principalmente à comercialização de gêneros alimentícios, percebe-se que Nova Veneza, desde seus primórdios, se caracteriza como um ponto comercial, onde novamente Pedro Weingartner registra a obra "Nova Veneza", retratando um tropeiro comercializando queijo serrano e charque com uma mulher, no ano de 1893.

Figura 11 - Representação da obra: Nova Veneza (Pedro Weingartner, 1895).



Fonte: Wikipedia (2023).

O desenvolvimento social e cultural de Nova Veneza se manteve por toda sua trajetória em referenciar e preservar a cultura que os imigrantes italianos trouxeram. Mengarda (1996) afirma que o sentimento de uma italianidade e tradições estão presentes em comunidades de colonização italiana, que vem ao longo do tempo realizando formas de preservar a cultura de seus antepassados, motivados pela não descaracterização cultural, passada de geração em geração.

Corroborando com esta discussão, Hobsbawn e Ranger (1997) em a Invenção das Tradições, enfatizam sobre as formas de preservar uma memória e uma identidade por meio da criação de tradições, que passam de uma geração para outra. Vê-se, desta forma, que a italianidade presente em Nova Veneza, criada e vivida por seus moradores, está presente no seu falar, nas suas festas e, principalmente, na sua gastronomia.

Neste sentido, Nova Veneza se estabeleceu como uma cidade culturalmente desenvolvida, atrelada ao turismo, tendo como fundamento a gastronomia. Isso é evidente por ter recebido o título de Capital Nacional da Gastronomia Típica Italiana, conforme lei federal nº 13.678/18.

Como forma de preservar a história e memória local, no ano de 1991, quando o município completou 100 anos de imigração italiana, foi criado o Museu do Imigrante Cônego Miguel Giacca (MIC). Sua regulamentação aconteceu por meio da lei municipal nº 2.662, de 18 de dezembro de 2018.

Savoldi (2002) afirma que houve no sul de Santa Catarina, durante a década de 1990, uma busca pela valorização e preservação da cultura de base italiana, que existe até hoje nos municípios. Ainda segundo Savoldi (2002), esta valorização do passado, pelos descendentes, numa criação imagética da vinda dos imigrantes e de sua cultura, estimulou a criação de uma identidade local, vinculada à italianidade.

Preis Junior (2022), ao estudar a influência da italianidade na concepção de uma cidade turística, mostra que isto acontece em Nova Veneza de diferentes formas, seja pela gastronomia, arquitetura, Carnevale di Venezia, entre outros.

Assim, infere-se que o patrimônio documental do MIC é parte da construção desta italianidade, entendida aqui como formadora das características sociais, históricas e culturais de uma sociedade. Confirmando isso, está o próprio Programa Memória do Mundo, já citado anteriormente, onde o seu terceiro objetivo, estabelece o seguinte:

c) criar em todo o mundo a consciência da existência e importância do patrimônio documental, para o que se recorre, embora não exclusivamente, ao aumento do número de registros como Memória do Mundo, e a instrumentos e publicações de promoção e informação. Preservação e acesso não só são complementares, mas também contribuem para a conscientização, já que a demanda de acesso estimula o trabalho de preservação (Unesco, 2002, p. 2).

A importância na conscientização da preservação do patrimônio documental fica evidente, ao analisar a utilização do patrimônio documental, não somente como suporte de registro das sociedades humanas, mas também na sua utilização ainda hoje para outros fins, como por exemplo a busca de cidadania italiana, por meio do registro no livro de Entrada dos Imigrantes.

Os fins da preservação e do acesso à informação do patrimônio documental, serão explorados no próximo capítulo, onde o modelo evidenciará a utilidade das informações contidas nesta categoria de patrimônio.

9.2 UM MUSEU PARA CHAMAR DE SEU: O MUSEU DO IMIGRANTE CÔNEGO MIGUEL GIACCA E O PATRIMÔNIO DOCUMENTAL (PROTOCOLO A)

Os museus municipais podem remontar a própria história dos museus nacionais, que tiveram seu início no século XIX, se propagando fortemente no século XX, como uma instituição auxiliar na construção das identidades nacionais, cujo acervo, na maioria das vezes, fortalecia a presença dos heróis nacionais. Essa constatação se apresenta em Meneses (2003), ao mostrar que os primeiros museus nacionais surgem na Europa para fortalecer e celebrar a história nacional.

Poulot (2013) enfatiza que a Revolução Francesa foi um evento impulsionador para criação de museus nacionais de caráter público. A partir desta revolução muitos museus surgiram na Europa, sendo considerados públicos, a exemplo do Museu do Louvre. Dessa forma, a constituição dos museus municipais acompanha o legado dos museus nacionais, conforme aponta Lewis (2015, p. 14), em seu estudo específico do caso inglês.

Na Inglaterra, os museus municipais eram vistos como meios de providenciar instrução e entretenimento para a população urbanizada crescente e desenvolveu-se no contexto de reformas para superar problemas sociais, resultado da industrialização. Onde estes eram estabelecidos, num porto ou noutro centro de comércio internacional, o acervo muitas vezes, refletia a natureza geral do local. Estes museus locais e regionais também tiveram um papel importante do orgulho cívico.

Na pesquisa de Queiroz (2013) se discute que ainda no século XIX era possível ver museus locais, que se denominavam Museu da Cidade, e que isso foi ampliado no século XX devido ao crescimento urbano e ao desenvolvimento industrial.

De acordo com o mesmo autor, pessoas da elite social das cidades doavam objetos aos museus a fim de perpetuar sua memória e seu legado.

Corroborando, Pimentel (2016) descreve que o acervo desses museus, quase sempre possui uma relação íntima com quem doou, pertencendo a algum personagem muito conhecido no município, ou por fazer relação com a história do local, possuindo uma forte presença de identidade, muitas vezes não vistas em museus de grandes centros.

O MIC foi criado no ano de 1991 e regulamentado pela lei municipal 2.662 de 18 de dezembro de 2018. Tem como missão a preservação, pesquisa e divulgação da memória, história, identidade e cultura de Nova Veneza (Nova Veneza, 2018).

Localizado no centro de Nova Veneza, ao lado da Igreja Matriz de São Marcos, o MIC está num dos primeiros edifícios em alvenaria do município, datado do final do século XIX, sendo que sua construção tinha como objetivo abrigar a Sede Social da Companhia Metropolitana. Com o decorrer do tempo, o prédio foi utilizado como Igreja, Sede da Poder Executivo Municipal, Câmara de Vereadores, Jardim de Infância, Casa Paroquial, Biblioteca Pública Municipal e, por fim, Museu (MIC, 2019).

O MIC foi criado durante os festejos do Centenário de Nova Veneza. Desta forma, para que o então museu constituísse sua coleção, foi organizado uma gincana entre os anos de 1990 e 1991, tendo como principal objetivo a coleta de objetos (MIC, 2019).

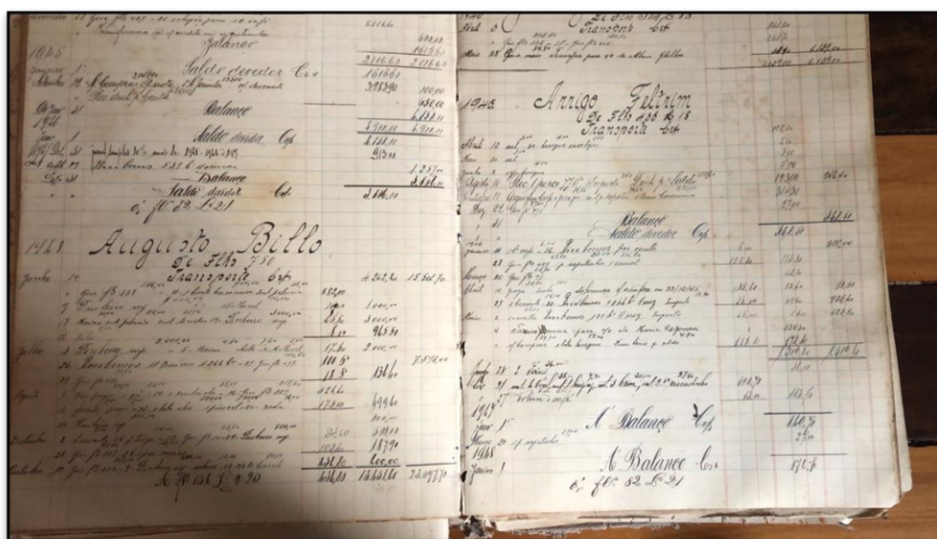
Neste sentido, o acervo do MIC possui tanto objetos bidimensionais, quanto tridimensionais, composto nas categorias de acervos que o IBRAM estabelece, sendo: artes visuais; ciência e tecnologia; história; imagem e som e documental (MIC, 2019). É na categoria documental do MIC que se aplicou o modelo de gestão criado nesta tese.

Conforme apontado acima, em Nova Veneza se encontrava o Comércio Bortoluzzi e Irmãos. Por se tratar de uma casa comercial, a forma de registro da Indústria e Comércio Bortoluzzi era por meio de anotações de seus livros caixas. Nestes livros foram registrados o que era vendido e o que era comprado por cada família da antiga colônia, além das vendas e compras do próprio comércio. A relação entra a sociedade de Nova Veneza do início do século XX com o comércio Bortoluzzi era de interdependência, como destaca Ostetto (2014, p. 53) “os colonos achavam vantajoso comercializar com os Bortoluzzi, pois podiam fazer suas compras e trazer

seus produtos (porco, toucinho, arroz) que ficavam contabilizados no livro-caixa sendo a dívida saldada anualmente”.

Nesse sentido, os livros caixas da indústria se constituem em um patrimônio documental uma vez que registram experiências comerciais vivenciadas não apenas pela empresa, mas, principalmente, pelos colonos. O conteúdo informacional deste acervo retrata modos de vida de uma cultura imigrante em seu estágio inicial e podem servir para discussão acerca da memória social de Nova Veneza. Abaixo, um exemplar da coleção deste acervo.

Figura 12 – Amostra de um dos livros da Indústria e Comércio Bortoluzzi



Fonte: MIC (2020).

Além dos livros de registro, o documento de maior destaque, senão o mais importante para o município, é o Livro de Entrada dos Imigrantes³⁴, documento que registra o êxodo de imigrantes italianos que vieram para Nova Veneza-SC no final século XIX.

Este livro se torna importante porque registra não somente a história de um município, mas também retrata parte da história mundial, o êxodo europeu para a América no decorrer do século XIX. Além de constatar a quantidade de pessoas que adentraram na antiga colônia, o livro de registros contém a unidade familiar, a profissão, localidade, quantidade de terras e local de origem.

³⁴ O Livro de Registro da Entrada de Imigrantes, passou por processo de restauro e digitalização nos anos de 2020 e 2021, por meio de recursos advindos do Prêmio Elisabete Anderle (Governo do Estado de Santa Catarina).

Figura 13 – Imagem do Livro de Registro



Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Veneza (2021).

Com o desenvolvimento de atividades do MIC, bem como a realização de projetos, foi verificado que o museu possui 459 (quatrocentos e cinquenta e nove) itens na categoria documental. Este número foi verificado por meio de um projeto para captação de recursos, submetido pelo autor desta tese³⁵.

9.3 CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL (PROTOCOLO A)

O PTA permite categorizar alguns itens do acervo como patrimônio documental. Este protocolo possui diretrizes que estabelecem características do patrimônio documental, que são evidenciadas por Edmondson (2002), utilizando-se do autor para sua elaboração, conforme mostra o quadro 05.

O item submetido a conferência para ser caracterizado como patrimônio documental, deve levar em consideração os dados estabelecidos no quadro 05.

³⁵ Prêmio Elisabete Anderle Edição 2020. Restauração e digitalização do Acervo Documental do Museu do Imigrante Cômego Miguel Giacca. Período de realização:2021.

Quadro 5 – Diretriz PA1: Categorização de acervo documental

Nome/Título			
Coleção		Item único	
Sim	Não	Sim	Não
Categoria			
1 – Escrito	2 – Imagem	3 – Som	4 – Tridimensional
1.1 – Tipo de escrita/Código			
1.2 – Transcrevível		Não	Sim
2.1 – Tipo de imagem			
3.1 – Tipo de som		Analógico	Digital
3.2 – Reproduzível		Não	Sim
4.1 – Características físicas			
5. Preservável			
Sim – De que forma:		Não	
Considerações			

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nome/título é a atribuição de como o patrimônio documental será reconhecido. Abaixo deve ser caracterizado se o patrimônio é uma coleção ou item individual. Seguindo, a categoria é estabelecida, sendo item escrito (livros, revistas, jornais e similares), imagem (fotografias, pinturas, desenhos e similares), som (fitas, cds, discos e similares) e tridimensional (itens que não são considerados em nenhuma das outras categorias).

Um item entrando na categoria escrito precisa considerar o tipo de escrita/código utilizado, por exemplo: língua portuguesa, língua inglesa, etc. bem como se é possível sua transcrição, a fim de possibilitar futuramente o acesso e a preservação da informação.

Se o item entrar na categoria imagem é necessário conhecer o tipo de imagem, se ela é uma fotografia, pintura, gravura, ou qualquer forma de expressão que não envolva as demais categorias.

A categoria som, considera os documentos que possuem suporte sonoro, sendo necessário sua identificação em analógicos ou digital. Posteriormente deve ser considerado se o suporte é reproduzível, para que haja sua preservação, bem como a da informação contida.

Por fim, a categoria tridimensional considera qualquer item que não se enquadre nas demais, posicionando suas características às qualidades físicas do item, como medidas, peso, entre outros. Após a caracterização, deve ser considerado se o item é ou não para preservação no acervo. Se sim, é preciso indicar os tratamentos.

Caso a resposta para os itens 1.2, 3.2 e 5 do quadro sejam “não”, o item não será caracterizado como patrimônio documental. Isto é considerado porque não será possível preservar o bem, conseqüentemente não será possível acessar a informação.

Após o preenchimento da ficha acima, o item contará com um dossiê, que apontará dados e informações que contribuam com a caracterização. Este dossiê será encaminhado aos órgãos competentes para apreciação, sendo eles: Conselho Municipal de Políticas Culturais e Secretaria Municipal de Cultura.

O Conselho Municipal de Políticas Culturais é um órgão formado pelo poder executivo municipal e sociedade civil, sendo consultivo e deliberativo. A composição do conselho é formada por 16 membros titulares e 16 suplentes, sendo 8 representantes indicados pelo poder executivo municipal e os demais nas seguintes áreas: Patrimônio Cultural; Cultura Popular; Artesanato; Artes; Teatro; Dança; Música e Letras e Literatura.

Com mandato de dois anos, a diretoria é composta por Presidente, vice-presidente, I e II secretários. Como forma de não interferência política o cargo de presidente e vice-presidente são sempre ocupados pelos representantes da sociedade civil.

Nota-se que ao buscar a caracterização do patrimônio documental em âmbito municipal, pode haver uma semelhança com a forma de registros do MoW. No entanto, as diferenças podem ser vistas por dois pontos:

- a) O MoW estabelece editais que ficam a critério das subjetividades e julgamento do Comitê, antes mesmo de preencher critérios técnicos;
- b) O conselho municipal é formado em sua metade por representantes da sociedade civil, enquanto o Comitê do MoW a maior parte são de instituições que possuem ligação direta com a federação e, conseqüentemente, podem ter tendências políticas na análise dos registros.

Não se desconsidera a importância do programa, muito menos a capacidade e reconhecimento do comitê, mas não se pode deixar de evidenciar que, por estar se tratando de memória, de identidade e de cultura, novamente adentra-se no campo do poder, seja ele político, econômico ou social.

Neste sentido, o dossiê elaborado após a caracterização é uma ferramenta que analisa os ambientes da Ecologia da Informação, pois é considerado o ambiente externo, interno e informacional.

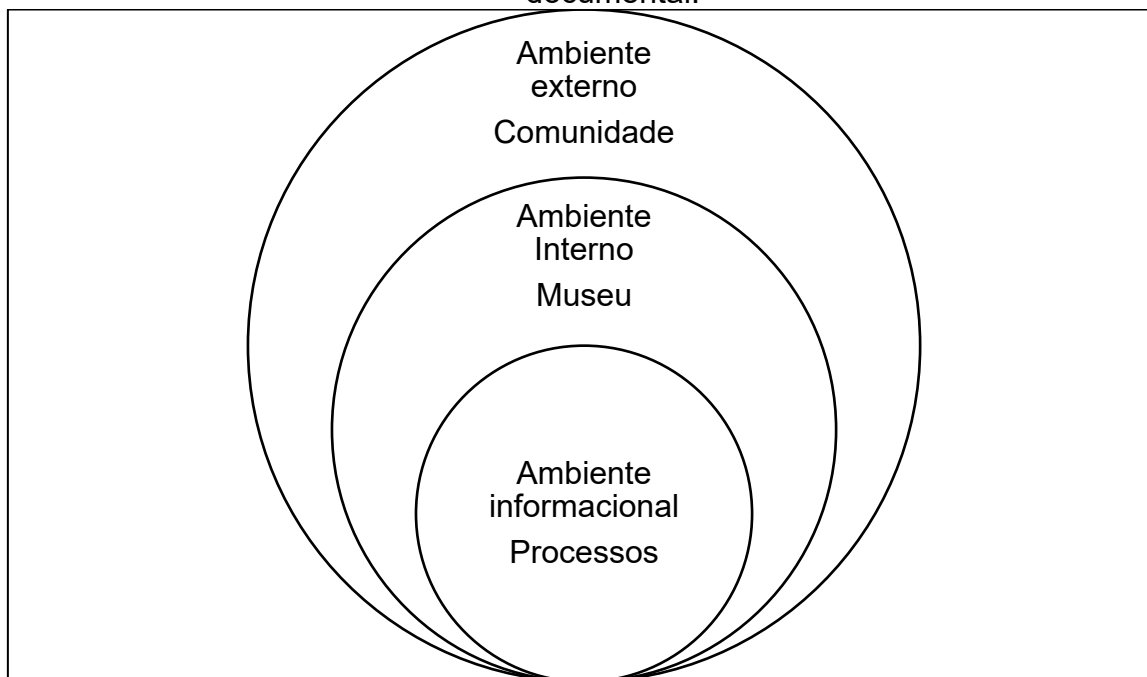
O ambiente externo tem a relação com a comunidade a qual o patrimônio documental pertence e reflete. É por meio deste ambiente que o documento existe. E se ele existe precisa ser difundido, preservado e comunicado, nas suas mais variadas formas para ser acessível e democratizado.

O ambiente interno considera o espaço que custodiará o patrimônio documental, neste caso o MIC. A relação se estabelece não apenas por ser um espaço de guarda, mas, principalmente, pela fruição da história, memória e cultura local, que busca estabelecer vínculos com um espaço que tenha sentido, seja ele emocional ou identitário.

Por fim, o ambiente informacional, se relaciona nos processos técnicos da instituição com o patrimônio documental, entendendo que mesmo sendo considerado importante e caracterizado como tal, é necessário que existam trabalhos com tecnicidade e vinculados entre si, para que os objetivos da preservação do patrimônio sejam realizados.

De forma resumida, a influência da Ecologia da Informação pode ser entendida pela figura 14.

Figura 14 – Influência da Ecologia da Informação na caracterização do patrimônio documental.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Davenport (2023).

Assim, a seguir serão destacados os procedimentos técnicos de gestão, bem como de preservação com o patrimônio documental, realizado no Museu do Imigrante Cônego Miguel Giacca.

9.4 GESTÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: APLICABILIDADE PARA SALVAGUARDA DA INFORMAÇÃO (PROTOCOLO B)

A gestão é necessária para que tenhamos um processo de preservação e acesso à informação do patrimônio documental. Por isso, nesta parte será exposto o modelo de gestão para o patrimônio documental.

Neste processo serão incluídos os tópicos a seguir, sendo:

1. Plano Museológico;
2. Política de acervo;
3. Procedimentos de preservação e acesso à informação.

Conforme destacado anteriormente, uma das características fundamentais na caracterização do patrimônio documental é a equipe. No contexto ao qual se aplica esta proposta, a equipe é composta tanto por profissionais que atuam diretamente no museu, quanto por aqueles que participam de comissões, como a seguir será o caso da comissão de acervo e conselho municipal de políticas culturais.

9.4.1 Plano Museológico (PM)

De início, todo o procedimento de gestão de um museu, seja ele em escala micro ou macro, deve ser norteado pelo desenvolvimento e implantação do plano museológico como aponta a própria legislação federal (BRASIL, 2009).

O PM, norteará o sistema de gestão do museu, sendo este integrado também à gestão do patrimônio documental, pois entende-se que o patrimônio documental é uma categoria de acervo dentro das instituições museológicas.

Neste sentido, a lei federal 11.904 de 14 de janeiro de 2009 (Brasil, 2009) que cria o Estatuto de Museus e também discorre sobre o PM, estabelece que este terá 12 programas, sendo: 1) Programa Institucional; 2) Programa de Gestão de Pessoas; 3) Programa de Acervos; 4) Programa de Exposições; 5) Programa Educativo e Cultural; 6) Programa de Pesquisa; 7) Programa Arquitetônico-urbanístico; 8) Programa de Segurança; 9) Programa de Financiamento e Fomento; 10) Programa de Comunicação; 11) Programa de Acessibilidade a todas as pessoas; 12) Programa Socioambiental.

Para Davies (2001), um plano museológico possui fases distintas para se estruturar, onde 5 perguntas devem ser respondidas: 1) para que existimos?; 2) em que acreditamos?; 3) o que queremos alcançar?; 4) O que fazemos?; 5) para quem fazemos?

A pergunta número 1 pode ser entendida como a finalidade do museu; a pergunta número 2, os valores. Por conseguinte, a pergunta 3 são as metas. Já a pergunta 4 seria a função, e, por fim a pergunta 5 seria para quais públicos e parceiros.

Corroborando com Davies, Durana (2012) destaca que o PM é a ferramenta que melhor demonstrará a forma de gerir a instituição, buscando a melhor maneira de pesquisar, preservar, comunicar e educar dentro dos museus, por meio de sua missão, objetivos, visão, programas e projetos.

Para que o PM consiga se estruturar, algumas metodologias podem ser adotadas, sendo a análise SWOT para realização de diagnósticos e a 5W2H para elaboração de projetos, juntamente com a matriz Eisenhower.

Davies (2001) explica que a análise SWOT é uma das ferramentas que auxilia no diagnóstico da situação em que os museus se encontram.

A SWOT é uma ferramenta analítica poderosa que pode fazer com que toda a equipe se envolva no processo de planejamento. Além disso, é necessário que se dedique tempo para avaliar especificamente, com mais detalhes, os resultados dessa etapa. Em geral, isso inclui examinar de modo minucioso o desempenho do museu no passado e o que ele será capaz de fazer no futuro (diagnóstico interno). Mas é também necessário enxergar o museu dentro de um contexto mais amplo, para avaliar como forças externas poderão afetá-lo no futuro. (Davies, 2001, p.35).

Desta forma, a análise pode ser atribuída para cada programa, a fim de estabelecer os projetos que serão desenvolvidos pela instituição. Abaixo se encontra um modelo de tabela para realização de análise SWOT.

Quadro 6 – Modelo de matriz SWOT

ANÁLISE SWOT	
PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
AMEAÇAS	OPORTUNIDADES

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Davies (2001).

Ainda segundo Davies (2001), deve-se cuidar para que a aplicação da análise SWOT não resulte apenas numa lista, mas que a ferramenta de diagnóstico possibilite elencar prioridades e estratégias a serem desenvolvidas.

Neste sentido, complementando a análise SWOT, a utilização da Matriz de Eisenhower se torna fundamental no processo de gestão, isto porque ela permite definir o que é urgente e importante para a instituição. Segundo Silva (2020), a matriz de Eisenhower é composta por caracterizar urgência e importância, estabelecendo

uma matriz de 4 quadrantes, sendo: I quadrante (urgente e importante; II quadrante (importante e não urgente); III quadrante (urgente e não importante); IV (não urgente e não importante). Abaixo segue modelo desenvolvido para utilização da matriz de Eisenhower.

Quadro 7 – Modelo de Matriz de Eisenhower

MATRIZ DE EISENHOWER		
	Urgente	Não urgente
Importante	I Quadrante Faça agora	II Quadrante Agende
Não importante	III Quadrante Delegue	IV Quadrante Elimine

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Silva (2020).

Para o desenvolvimento de projetos, que estão vinculados aos programas, a metodologia 5W2H, se torna eficaz, pois estabelece diretrizes que norteiam e embasam a sua elaboração e execução. Alves (2021) e Lucinda (2016) apontam que a metodologia auxilia no planejamento dos projetos. Além disso, Araújo (2017), compreende que a mesma ferramenta ajuda na tomada de decisões, caracterizando-a como planejada e precisa.

Quadro 8 – Modelo de matriz 5w2h

5W	O QUE? (What)	Objeto: o que será feito
	QUANDO? (When)	Tempo: tempo necessário para fazer
	QUEM? (Who)	Responsável: quem fará
	AONDE? (Where)	Local: onde será feito
	POR QUE? (Why)	Justificativa: motivo de ser realizado
2H	COMO? (How)	Método: como será feito
	QUANTO? (How much)	Custo: quanto custará

Fonte: Elaborado pelo autor.

Utilizando estas três ferramentas da gestão (análise SWOT, 5W2H e matriz de Eisenhower), entende-se que a estrutura do PM se define da maneira abaixo:

Quadro 9 – Hierarquia de Plano Museológico.

MUSEU											
PLANO MUSEOLÓGICO											
MISSÃO											
VISÃO					OBJETIVOS						
PROGRAMAS											
INSTITUCIONAL	GESTÃO DE PESSOAS	ACERVOS	EXPOSIÇÕES	EDUCATIVO E CULTURAL	PESQUISA	ARQUITETÔNICO-URBANÍSTICO	SEGURANÇA	FINANCIAMENTO E FOMENTO	COMUNICAÇÃO	ACESSIBILIDADE	SOCIOAMBIENTAL
PROJETOS											

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Museu encontra-se acima dos demais, pois é a instituição máxima desta estrutura. Por conseguinte, está o PM no geral, que possui uma missão institucional. Esta missão é o fundamento das demais ações, nela se define o que o museu é. Abaixo, a visão é o que o museu quer ser; os objetivos são elementos norteadores para que a visão se concretize. Os programas são áreas específicas que cada museu deve desenvolver, por meio de projetos que podem estar vinculados a mais de um programa específico.

Como exemplo, pode-se mencionar um projeto de documentação museológica. Este projeto estará diretamente vinculado ao programa de acervos e pesquisa, sendo que as informações dos objetos poderão ser utilizadas em outros programas como o de exposições, ação educativa, entre outros.

9.4.2 Política de Acervo (PA)

A política de acervo é uma ferramenta norteadora a fim de regulamentar a aquisição e o descarte de acervos num museu, a qual oferece informações para que decisões sejam tomadas. Juntamente com esta tomada de decisões, a PA auxilia nos processos de gestão de todo o acervo. Esta política está vinculada ao que estabelece a lei 11.904 de 14 de janeiro, de 2009 onde: “Os museus deverão formular, aprovar ou, quando cabível, propor, para aprovação da entidade de que dependa, uma política de aquisições e descartes de bens culturais, atualizada periodicamente.” (Brasil, 2009).

Os principais objetivos da PA é servir de base para: a) aquisição de novos itens; b) manter o acervo em coesão; c) ajudar no fluxo de informação; d) descartar acervo; e) normatizar e definir regras relativas aos trabalhos e manejos do acervo; f) auxiliar nas tomadas de decisões.

Além da PA, para que esta seja cumprida em sua totalidade, é de extrema importância que haja uma equipe, que sejam os gestores desta política, compreendendo a cada membro a utilização e a implantação da mesma. Não existe uma regra para a formação da equipe, porém é necessário que no mínimo participem: a) o gestor do museu; b) profissional com conhecimento técnico; c) pessoa com conhecimento sobre o tema.

Dentro da PA será necessário também estabelecer as características do mesmo, atribuindo o seguinte: a) categorias de acervo; b) formas de aquisição; c) locais de guarda e exposição; d) dimensão do acervo; e) normatização de registro.

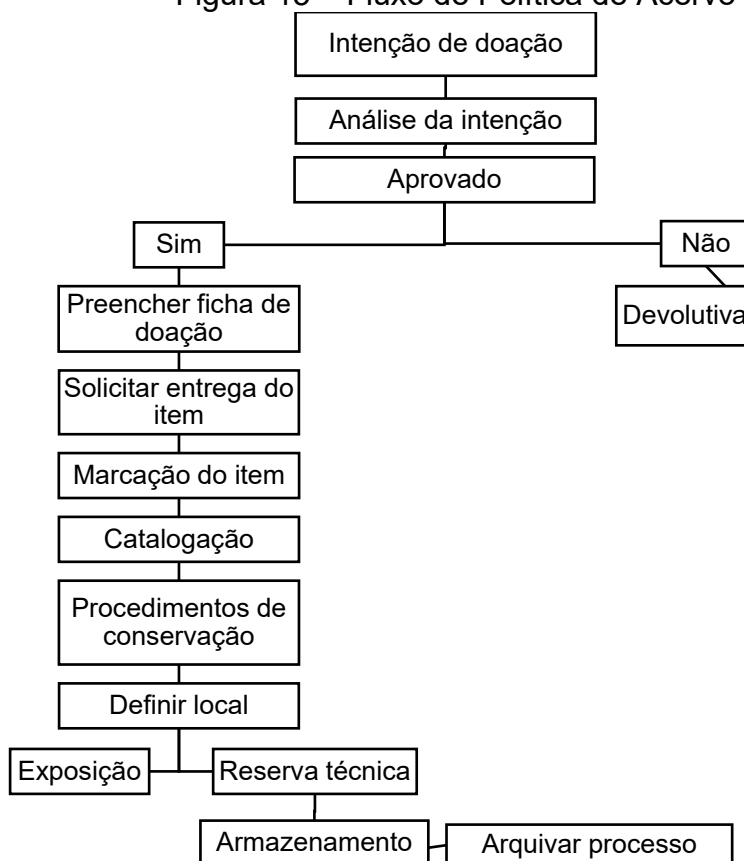
As categorias de acervo podem ser definidas dentro da realidade de cada instituição, mas sugere-se que siga as categorias do IBRAM, sendo: 1) antropologia e etnografia; 2) arqueologia; 3) artes visuais; 4) ciências naturais e história natural; 5) ciência e tecnologia; 6) história; 7) imagem e som; 8) virtual; 9) biblioteconômico; 10) documental; 11) arquivístico (Brasil, 2011). As formas mais comuns de aquisição são: doação; legado; compra; coleta; permuta; empréstimo; depósito e transferência (Padilha, 2014).

Locais de guarda e exposição são os espaços do museu em que o acervo se encontra exposto ou em reserva técnica, sendo que cada item deverá ter seu próprio local.

A dimensão do acervo é a totalidade de itens que o compõem. Esta característica pode ser considerada uma das mais mutáveis, visto que o acervo pode ter descarte, ou ser ampliado, conforme a demanda da instituição.

A normatização de registro são os elementos que compõem todo o processo de documentação do acervo, este sendo vinculado desde a forma de marcação dos itens, até a escolha de um sistema informatizado. A normatização deve acontecer para que o museu consiga acessar e recuperar a informação de forma eficaz. Como parte fundamental da normatização está a documentação museológica (documentação em museus) e a inclusão de informações em sistema informatizado. O fluxo da PA pode ser definido na imagem abaixo.

Figura 15 – Fluxo de Política de Acervo



Fonte: Elaborado pelo autor.

No fluxograma acima, a intenção de doação deve ser feita pelo doador, antes de entregar o objeto ao museu. Esta intenção será encaminhada ao Conselho Municipal de Políticas Culturais, juntamente com um dossiê do item. Em alguns museus existe a comissão de acervo, que define e normatiza por meio de um

regimento (política de acervo), quais itens comporão o acervo. No caso do MIC, esta comissão é o próprio Conselho de Cultura, que possui o aval para analisar e justificar a entrada de objetos para compor o acervo da instituição.

Da mesma forma que a análise de caracterização de patrimônio documental, a política de acervo do museu fica vinculada tanto ao poder público, quanto à sociedade civil. A composição para análise das intenções de doação deve contar com no mínimo cinco membros do conselho, sendo dois do poder executivo e três da sociedade civil. A definição deste modelo permite que haja a maior participação da comunidade no que se refere à construção do discurso identitário e cultural do município, permitindo que o museu estabeleça novas conexões e olhares sobre sua própria existência. Ou seja, antes o espaço que permitia contar a história oficial de uma cidade, busca hoje refletir sobre a trajetória de todo o espaço que compõe o município, suas mudanças e características geográficas, sociais e culturais.

Para a tomada de decisão, o Conselho precisa justificar a pertinência e relevância histórica e cultural com o município, estando vinculado também à missão e objetivos do museu. Neste sentido, não basta, por exemplo, o doador justificar que o objeto é antigo e precisa ser preservado. É necessário que atenda a critérios, conforme o quadro.

Quadro 10 – Critério de avaliação para aceite de doação

Critério	Opção	
	Sim	Não
1 - Relação com a história do município	Sim	Não
2 - Relação com algum munícipe	Sim	Não
3 - Relação com alguma família	Sim	Não
4 - Está de acordo com a missão do museu	Sim	Não
5 - Está de acordo com algum objetivo do museu	Sim	Não
6 - Possui boa condição de conservação	Sim	Não
7 - Possui espaço de guarda	Sim	Não

Fonte: elaborado pelo autor.

O primeiro passo para a avaliação é considerar os critérios 1, 2 e 3. Caso o item não esteja de acordo com nenhum deles, a intenção não é aceita. Com relação aos critérios 4 e 5, o item deve preencher “sim” em pelo menos um dos critérios. O mesmo ocorre com os critérios 6 e 7 que, por serem técnicos, estão vinculados à área de conservação de bens culturais. Neste caso, a análise poderá contar com a avaliação de um profissional da área, para a tomada de decisão.

Após a análise de intenção, caso a resposta seja negativa, o objeto não será incorporado ao acervo, sendo comunicado ao doador. Caso seja aceito, o doador será contatado para assinatura do termo de doação e entrega do item. Assim que o item seja incorporado ao acervo do museu, dá-se início aos procedimentos de preservação e acesso à informação.

9.4.3 Procedimentos de preservação e acesso à informação.

Na caracterização de procedimentos de preservação da informação para posterior acesso, ocorrerão processos técnicos ligados diretamente as características informacionais e outros com relação ao suporte, ou seja, a parte física do documento.

Neste sentido, o processo para gestão da informação no caráter informacional está dentro do processo de documentação museológica, ou documentação em museus. Não cabe aqui ressaltar ou entrar na discussão sobre se é um conceito ou outro, mas de compreender que a etapa de documentação, para os acervos considerados patrimônio documental também é necessária, levando em conta todas as suas características.

Por isso, como ponto de partida neste aspecto é preciso que o museu possua um sistema de documentação estabelecido e implantado, condizente à sua realidade, tendo como pressupostos as categorias de acervo e diretrizes de catalogação. As categorias de acervo serão observadas conforme a natureza da instituição, podendo haver mais de uma. No caso do MIC, foram estabelecidas três categorias, sendo: a) acervo tridimensional; b) acervo documental; c) acervo fotográfico.

Quadro 11 - Acervo tridimensional: diretrizes

(continua)

Ordem	Diretriz	Definição
01	Código alfanumérico/Numeração	MIC.000
02	Sigla do Museu	MIC: neste caso Museu do Imigrante Cônego Miguel Giacca.
03	Número corrido de identificação	000
04	Resumo	Descrever brevemente o item
05	Diretriz	Selecionar a diretriz acervo tridimensional
06	Coleção	Selecionar se o item possui alguma coleção vinculada
07	Número de registro	Colocar o código alfanumérico/numeração
08	Nome do objeto	Escrever o termo utilizado para nomear o item, caso não tenha deve ser deixado em branco
09	Fabricante/autor	Registrar quem produziu o item
10	Período	Data de produção do objeto, podendo ser apenas o ano, caso não tenha dia e mês
11	Material	Registrar os principais tipos de materiais que compõem fisicamente o item, como por exemplo madeira, metal, couro, tecido, entre outros
12	Técnica	Descrever se o objeto foi criado a partir de uma técnica específica, por exemplo em obras de arte como aquarela, óleo sob tela, entre outros
13	Descrição	Descrever de forma mais detalhada o item.
14	Procedência	Registro do doador ou do último proprietário do item
15	Origem	Registrar local de origem (cidade, estado, país)
16	Funções/uso	Registrar a função primária do objeto
17	Histórico	Registrar o histórico do objeto, incluindo dentro da instituição, como por exemplo se participou de alguma exposição, se houve restauro, entre outros.
18	Marcas/inscrições	Identificar se o item possui alguma marca ou algo do mesmo gênero que possa contribuir com outras informações.

Quadro 11 - Acervo tridimensional: diretrizes

(conclusão)

Ordem	Diretriz	Definição
19	Itens relacionados	Indicar o código alfanumérico/numeração de outros itens relacionados
20	Altura	Registrar a dimensão da altura do item
21	Largura	Registrar a dimensão da largura do item
22	Comprimento	Registrar a dimensão do comprimento do item
23	Diâmetro	Registrar a dimensão do diâmetro do item
24	Peso	Registrar o peso do objeto
25	Bibliografia	Registrar se houve consulta de alguma bibliografia para a pesquisa
26	Número de documento de entrada	Preencher com o número da ficha de aquisição, nota fiscal caso seja compra, entre outros
27	Ano de aquisição	Registro do ano de aquisição pelo museu
28	Modo de aquisição	Preencher o modo de aquisição, por exemplo, doação, compra, legado, permuta, entre outros
29	Local de guarda	Registrar o local onde o objeto se encontra identificando o móvel, prateleira, gaveta, entre outros
30	Observações	Local para registro de outras informações
31	Responsável	Registro do responsável pelo preenchimento das informações.

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 12 - Acervo documental: diretrizes

(continua)

Ordem	Diretriz	Definição
01	Código alfanumérico/Numeração	MIC.D.000 MIC – Sigla do Museu, neste caso Museu do Imigrante Cônego Miguel Giacca. D – Código de identificação do acervo documental 000 – Número corrido de identificação
02	Resumo	Descrever brevemente o item
03	Diretriz	Selecionar a diretriz acervo documental

Quadro 12 - Acervo documental: diretrizes

(continuação)

Ordem	Diretriz	Definição
04	Coleção	Selecionar se o item possui alguma coleção vinculada
05	Número de registro	Colocar o código alfanumérico/numeração
06	Número de páginas	Registrar o número total de páginas do documento, se houver.
07	Número de folhas	Registrar o número total de folhas do documento, se houver
08	Nome do documento	Escrever o termo utilizado para nomear o item, caso não tenha deve ser deixado em branco
09	Fabricante/autor	Registrar quem produziu o item
10	Período	Data de produção do objeto, podendo ser apenas o ano, caso não tenha dia e mês
11	Material	Registrar os principais tipos de materiais que compõem fisicamente o item, como por exemplo madeira, metal, couro, tecido, papel, entre outros
12	Técnica	Descrever se o objeto foi criado a partir de uma técnica específica, por exemplo documento manual, digitado, datilografado, entre outros
13	Descrição	Descrever de forma mais detalhada o item
14	Procedência	Registro do doador ou do último proprietário do item
15	Origem	Registrar local de origem (cidade, estado, país)
16	Funções/uso	Registrar a função primária do documento
17	Histórico	Registrar o histórico do objeto, incluindo dentro da instituição, como por exemplo se participou de alguma exposição, se houve restauro, entre outros
18	Marcas/inscrições	Identificar se o item possui alguma marca ou algo do mesmo gênero que possa contribuir com outras informações
19	Idioma	Registrar os idiomas em que o documento foi registrado
20	Itens relacionados	Indicar o código alfanumérico/numeração de outros itens relacionados

Quadro 12 - Acervo documental: diretrizes

(conclusão)

Ordem	Diretriz	Definição
21	Altura	Registrar a dimensão da altura do item
22	Largura	Registrar a dimensão da largura do item
23	Comprimento	Registrar a dimensão do comprimento do item
24	Diâmetro	Registrar a dimensão do diâmetro do item
25	Peso	Registrar o peso do objeto
26	Bibliografia	Registrar se houve consulta de alguma bibliografia para a pesquisa
27	Número de documento de entrada	Preencher com o número da ficha de aquisição, nota fiscal caso seja compra, entre outros
28	Ano de aquisição	Registro do ano de aquisição pelo museu
29	Modo de aquisição	Preencher o modo de aquisição, por exemplo, doação, compra, legado, permuta, entre outros
30	Local de guarda	Registrar o local onde o objeto se encontra identificando o móvel, prateleira, gaveta, entre outros
31	Observações	Local para registro de outras informações
32	Responsável	Registro do responsável pelo preenchimento das informações

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 13 - Acervo fotográfico: diretrizes

(continua)

Ordem	Diretriz	Definição
01	Código alfanumérico/Numeração	MIC.F.000 MIC – Sigla do Museu, neste caso Museu do Imigrante Cônego Miguel Giacca. F – Código de identificação do acervo fotográfico 000 – Número corrido de identificação
02	Resumo	Descrever brevemente o item
03	Diretriz	Selecionar a diretriz acervo fotográfico
04	Coleção	Selecionar se o item possui alguma coleção vinculada

Quadro 13 - Acervo fotográfico: diretrizes

(continuação)

Ordem	Diretriz	Definição
05	Número de registro	Colocar o código alfanumérico/numeração
06	Título	Escrever o termo utilizado para nomear o item, caso não tenha deve ser deixado em branco
07	Autor/fotógrafo	Registrar quem produziu o item
08	Período	Data de produção do objeto, podendo ser apenas o ano, caso não tenha dia e mês
09	Material	Registrar os principais tipos de materiais que compõem fisicamente o item, como por exemplo madeira, metal, couro, tecido, entre outros
10	Técnica	Descrever se o objeto foi criado a partir de uma técnica específica, por exemplo fotografia digital, slide, negativo, entre outros
11	Cromia	Registrar o tipo de cromia se preto e branco, colorido, sépia
12	Descrição	Descrever de forma mais detalhada a fotografia relativa à sua imagem
13	Descrição do verso	Descrever de forma mais detalhada a fotografia relativa ao seu verso
14	Procedência	Registro do doador ou do último proprietário do item
15	Origem	Registrar local de origem (cidade, estado, país)
16	Funções/uso	Registrar a função primária da fotografia
17	Histórico	Registrar o histórico do objeto, incluindo dentro da instituição, como por exemplo se participou de alguma exposição, se houve restauro, entre outros
18	Marcas/inscrições	Identificar se o item possui alguma marca ou algo do mesmo gênero que possa contribuir com outras informações
19	Itens relacionados	Indicar o código alfanumérico/numeração de outros itens relacionados
20	Largura	Registrar a dimensão da largura do item
21	Comprimento	Registrar a dimensão do comprimento do item
22	Diâmetro	Registrar a dimensão do diâmetro do item

Quadro 13 - Acervo fotográfico: diretrizes

(conclusão)

Ordem	Diretriz	Definição
23	Peso	Registrar o peso do objeto
24	Tipo de suporte	Registrar o tipo de suporte utilizado, se papel, vidro, formato digital, entre outros
25	Bibliografia	Registrar se houve consulta de alguma bibliografia para a pesquisa
26	Número de documento de entrada	Preencher com o número da ficha de aquisição, nota fiscal caso seja compra, entre outros
27	Ano de aquisição	Registro do ano de aquisição pelo museu
28	Modo de aquisição	Preencher o modo de aquisição, por exemplo, doação, compra, legado, permuta, entre outros
29	Local de guarda	Registrar o local onde o objeto se encontra identificando o móvel, prateleira, gaveta, entre outros
30	Observações	Local para registro de outras informações
31	Responsável	Registro do responsável pelo preenchimento das informações

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para o estado de conservação do patrimônio documental, será adotado o protocolo do quadro 13, onde constará os processos de restauro do documento e sua digitalização. De acordo com Hannesch e Granato (2015) existem várias motivações para que tratamentos de conservação e restauração sejam realizados em acervos, não dependendo apenas da conservação por si só, mas também do valor cultural atribuído aquele documento.

Para esta tese, o valor está relacionado tanto a fator histórico dos documentos, quanto da necessidade de um diagnóstico preciso sobre a situação física do patrimônio documental. Além dos procedimentos técnicos da conservação e restauração, a digitalização se faz necessária para que os documentos possam ser acessados e utilizados de forma eficaz e efetiva. Isto acontece porque a soma das várias ações e procedimentos estabelecem os documentos como patrimônio documental.

Antes de explanar sobre os processos técnicos, vale discorrer, de forma breve, sobre o conceito de conservação e preservação, a fim de fundamentar as etapas que virão a seguir.

A trajetória do campo de trabalho e pesquisa da conservação está diretamente ligada à trajetória da restauração. Por consequência, ambas vinculadas às abordagens da preservação do patrimônio cultural.

Froner e Rosado (2008) ao estudar a trajetória histórica da conservação e do restauro, afirmam que a prática do restauro está vinculada à história humana, no hábito de consertar itens para sua utilização. Assim, conforme essas ações foram feitas e elaboradas no decorrer do tempo, entendeu-se que poderiam ser utilizadas também para os bens culturais.

Assim, o século XIX influenciou na conservação e no restauro, conforme aponta Froner e Rosado (2008), principalmente no âmbito dos museus. Isto porque, além de ser um local de exposição, as instituições museológicas passaram a realizar processos técnicos para a preservação dos acervos.

Enfatizando o estudo de Froner, Guichen (1995) denota que no século XIX Adolphe Napoleón Didron já manifestava a preferência em conservar o máximo possível, para restaurar o mínimo possível, permitindo que o bem cultural mantivesse suas características originais.

Com o advento do século XX, iniciam-se encontros internacionais que buscam definir diretrizes para a conservação, restauração e preservação de bens culturais. Parte destes encontros já foram evidenciados no capítulo 2, quando foi discorrido sobre as cartas patrimoniais.

A partir da década de 1970, nota-se uma preocupação no âmbito da conservação, sendo os museus, importantes impulsionadores para o desenvolvimento da área, como denota Froner e Rosado (2008).

Exemplo disso foi o caso inglês da National Gallery, que possibilitou inclusive a criação de boletins informativos e científicos a fim de auxiliar o desenvolvimento de outras instituições, com base em estudos realizados pela própria instituição, no âmbito da conservação e da restauração (Froner; Rosado, 2008).

O desenvolvimento da área da conservação de fato é imprescindível para que ocorra a preservação dos bens culturais. Indo além do caráter físico, pode-se inferir que conservar a matéria, ou melhor, conservar o suporte é basilar para a preservação da informação.

A preservação possui um conceito vinculado a garantia de integridade física e também a perenidade de algo. Chagas (2002b) explica que o ato de preservar está relacionado à antecipação de perigos ou riscos de um bem ser destruído. Ainda afirma

que o conceito e palavra “preservação” possui como antônimo “destruição”, sugerindo também a relação de “memória” e “esquecimento”, onde se preserva o que precisa ser lembrado, e se destrói o que precisa ou quer que seja esquecido.

Assim, percebe-se que, embora a conservação e preservação possam parecer sinônimas, entende-se aqui que a conservação é uma área do conhecimento que possui ações e procedimentos técnicos, a fim de preservar e prolongar a vida útil de um bem cultural. Já a preservação é um conjunto de ações e decisões políticas, decididas por um grupo, coletividade ou até mesmo por um indivíduo, que determina e condiciona qual bem cultural será preservado, conforme destaca Granato, Santos e Rocha (2007).

Portanto, entende-se a conservação como um conjunto de técnicas a fim de garantir a integridade física e informacional do bem cultural, promovendo a sua preservação integral, sendo uma delas a conservação preventiva.

A conservação preventiva, juntamente com a documentação em museus, se tornam processos que preservam os bens culturais salvaguardados em instituições museológicas. Ambos os procedimentos são conexos, pois, enquanto a conservação preventiva atua na preservação das características físicas, a documentação se torna vital na preservação da informação.

Para isto, considera-se que os bens culturais possuem características informacionais, sendo elas intrínsecas e extrínsecas, como denota Van Mensch (1989) e Ferrez (1994). As informações intrínsecas dizem respeito à materialidade, e as extrínsecas são as que necessitam de interpretação.

Assim, no museu, independentemente da categorização do bem que compõem o acervo, as características intrínsecas e extrínsecas possuem relação com a representação cultural da comunidade em que a instituição está inserida, entendendo que o contexto social e cultural está presente de forma enfática.

Primeiramente deve ocorrer a conservação preventiva, que tem por objetivo estabilizar o estado físico da matéria que compõem o item. Uma das etapas da conservação preventiva é a higienização que pode ser tanto higienização mecânica (sem utilização de produtos químicos), quanto higienização química (com utilização de produtos químicos).

Baruki (2007) entende que a higienização é a etapa que consiste na utilização de métodos e técnicas para conservar um bem cultural. Assim, o segundo protocolo ficará definido conforme Quadro 14.

Quadro 14 – Protocolo: Registro de Procedimentos de Conservação, Restauração e digitalização.

Título/Nome	Inserir o nome ou título do documento.
Composição do material	Inserir as características dos materiais de composição, por exemplo: papel, couro, madeira, etc.
Quantidade de folhas (se houver)	Inserir a quantidade total de folhas se o item possuir.
Tipo de procedimento realizado	Inserir se foi realizada higienização mecânica, química, ou outro procedimento.
Material utilizado	Inserir quais materiais foram utilizados para o procedimento.
Data da digitalização	Inserir a data da digitalização.
Data de upload para a página da <i>Internet</i>	Inserir a data de upload para a página virtual.
Página virtual	Inserir o <i>link</i> da página.
Tipo de acondicionamento	Inserir o tipo de acondicionamento, por exemplo: envelope, caixa, etc.
Data do acondicionamento	Inserir a data do acondicionamento.
Local de guarda	Inserir o local em que se encontra o item.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Mesmo com todos esses processos, é preciso identificar as formas de acesso à informação dos públicos, para que a gestão seja eficaz. Neste contexto, o acesso se dá pela extroversão museológica.

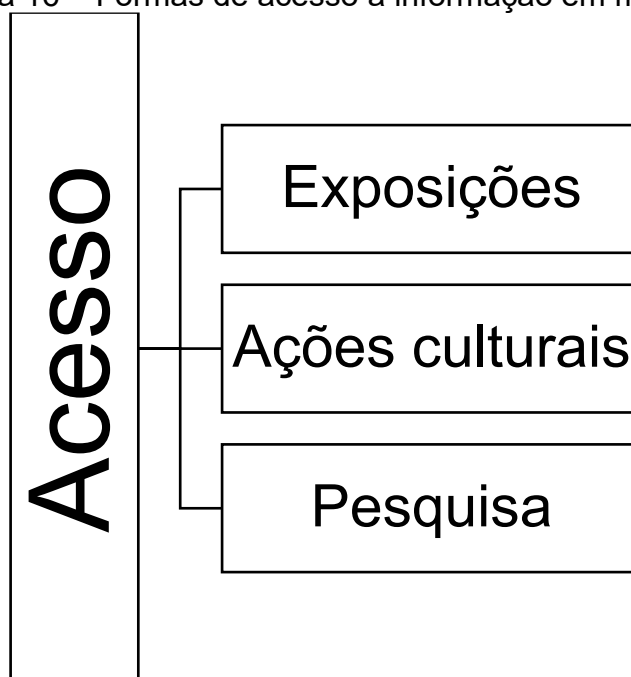
A extroversão se constitui por distintas formas pelas quais os diversos públicos terão garantia ao acesso à informação no museu. No museu, o acesso é garantido por diversas ações, como, por exemplo, exposições, ações culturais e educativas, pesquisa de público, pesquisas acadêmicas e científicas, processo de documentação, inventário, entre outros.

Guarnieri (1990) salienta que, mesmo havendo os processos de gestão da informação, como a documentação em museus, é necessário que as informações coletadas nos procedimentos técnicos sejam passíveis de acesso. Esse tipo de acesso ocorre pela extroversão museológica.

Sendo assim, é necessário compreender o que Cunha (2010) estabelece como principal forma de extroversão, a exposição em museus. Esta ação museológica busca construir uma narrativa, com o objetivo de informar ao público, gerando assim conhecimento. Além do que propõe Cunha, Nascimento (1994) estabelece que o objeto de museu, muito antes de ser um documento, é um promotor de vínculos entre as relações humanas com o seu meio, sua comunidade, determinando, muitas vezes, a forma como a informação estará disposta ao público.

Portanto, o desafio dos museus quanto ao acesso é específico. Não se baseia apenas na utilização de ferramentas como sistemas de busca, sistemas informatizados, mas, precisa ir além, criando narrativas e contextos para que ocorra o acesso à informação. A Figura 16 demonstra formas de acesso à informação em museus.

Figura 16 – Formas de acesso à informação em museus



Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, no tocante às formas de acesso, podemos considerar também que, nos museus, a acessibilidade informacional ultrapassa o texto como forma de representação da informação. Lima (2003) é enfática ao sinalizar que, enquanto um texto produzido a partir de um item de museu está relacionado ao grafismo ou a escrita (forma e conteúdo), o contexto se refere a relação que este objeto possui no tempo e no espaço.

A relação entre texto e contexto pode ser vista nas exposições, conforme aponta Carvalho (2017), ao explicitar que a exposição é um espaço de linguagem, significados e interpretações, que são elaborados na prática expositiva.

Podemos colocar as ações culturais em museus no mesmo contexto das exposições, porque, conforme destaca Nascimento (2005, p. 231),

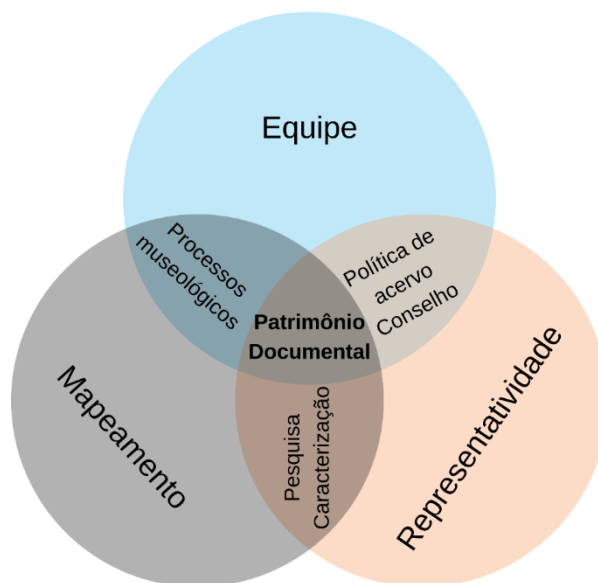
[...] a construção de uma prática educativa em um museu envolve o universo cultural. Falar em cultura é sempre um desafio teórico, pois ela se compõe de ideias, concepções, significados sempre reelaborados, ao longo do tempo e do espaço. Os significados e concepções atribuídos pelos membros do grupo e por eles partilhados se expressam concretamente, seja através das práticas sociais, do discurso, da fala, das manifestações artísticas ou, ainda, da criação de objetos.

Desta forma, entendemos que o processo de acesso está diretamente ligado ao conceito de comunicação museológica, trazido por Cury (2004), ao explicar que a comunicação nos museus acontece efetivamente quando o visitante (ou públicos), incorpora o discurso narrado pela instituição, fazendo que assim ocorra a transmissão ou a criação de novos conhecimentos.

Franco (2019) ao estudar sobre a dimensão simbólica dos museus, corrobora com a afirmação de Cury (2004), ao colocar os museus como espaços de reflexão, despertando em cada indivíduo a capacidade crítica, mostrando as diversas possibilidades de criação, fruição e compartilhamento do conhecimento.

Assim, podemos exemplificar a constituição do patrimônio documental, com base no trinômio equipe, representatividade e mapeamento, conforme a Figura 17.

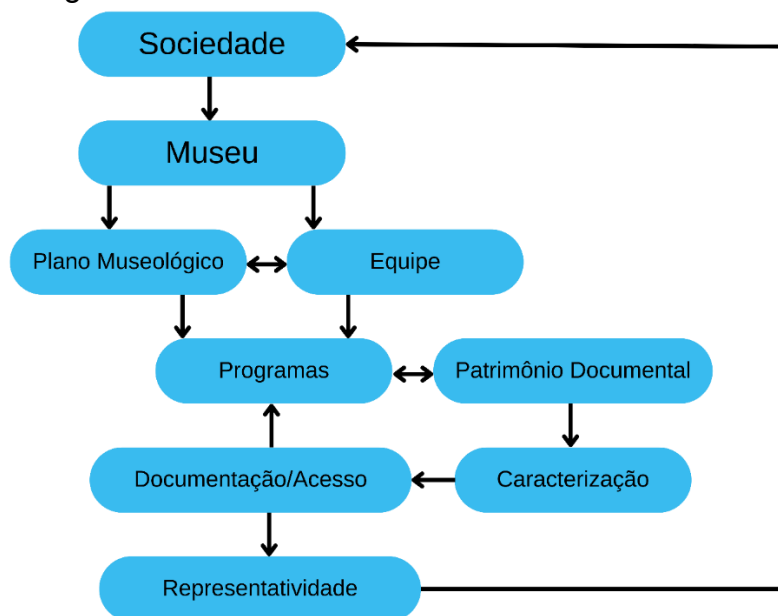
Figura 17 – Trinômio de constituição do patrimônio documental



Fonte: Elaborado pelo autor.

Da mesma forma, a GI no que tange ao patrimônio documental, pode ser entendida num fluxo entre sociedade, museu, procedimentos técnicos e representatividade, conforme ilustra a Figura 18.

Figura 18 – Fluxo de GI em Patrimônio documental.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Por fim, ressaltamos uma reflexão de Cândido (2014), ao participar de uma mesa redonda no Museu de Arte Moderna de São Paulo, onde destaca que os museus precisam de uma aproximação maior entre as próprias instituições e entre a teoria e

as metodologias da Museologia. Afinal, de acordo com a mesma autora, há evidências de que, mesmo existindo um vazio de museus no nosso país, devemos perceber também os vazios da Museologia, onde as boas práticas e o conhecimentos devem se consolidar e ser transmitidos.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quantas indagações e dúvidas surgiram na construção deste trabalho. Parece ser um tanto paradoxo iniciar este capítulo final desta forma, mas creio que não seria errado, tão pouco inabitual se não o fosse desta maneira.

Este trabalho surgiu não apenas das questões acadêmicas acerca da produção e de conhecimento e produção científica, na área da CI, mas, principalmente, pelos anos de trabalho profissional do autor, que viu em sua trajetória as distâncias gigantescas entre museus. Distâncias estas nos seus mais variados campos, como por exemplo, recursos humanos, recursos financeiros, missão e objetivos dos museus, suas histórias e trajetórias. Foi por meio disto, que a percepção sobre a gestão da informação cresceu e impulsionou o trabalho, motivado, principalmente, por entender as dicotomias dos procedimentos técnicos da museologia nas distintas instituições museológicas.

Neste sentido, o primeiro ponto a se considerar de todo o esforço feito até aqui, é o entendimento de que existem realidades museológicas diversas, e que a aplicabilidade dos procedimentos, muitas vezes, não está dentro dos museus de forma equânime entres as instituições museológicas nacionais. Assim, caracteriza-se uma multiplicidade de entendimentos e práticas acerca do conceito de museu. Porém, analisando de forma mais profunda, por sermos um país com uma diversidade cultural de grande importância e destaque, isso é refletido nas vivências museológicas, mostrando a pluralidade no campo da museologia nacional.

Portanto, destaca-se aqui que, independentemente da forma como é realizada a gestão da informação em museus, o importante é que ela seja implantada. Isso porque entendemos que os processos da GI contribuem para organização padronizada, fazendo com que as instituições cumpram seu papel transformador na cultura e sociedade.

As reflexões, discussões e modelos de gestão com protocolos específicos trazidos nesta tese, de forma alguma pretendem lançar mão da tradição museológica. Pelo contrário, os aspectos tradicionais foram basilares para que este trabalho tecesse a correlação de processos de gestão em museus. Isso porque, apesar da densidade de conteúdo já produzido pela Museologia a fim de atender demandas específicas, há escassez de propostas que evidenciem a correlação entre teoria e prática.

Isto é colocado de forma sucinta na Lei 11.904 (Estatuto de Museus), mostrando os programas que o plano museológico precisa atender, sendo necessário a elaboração de projetos. Neste ponto é que há pouco entendimento de que os projetos desenvolvidos podem estar correlacionados, pois não há, por exemplo, como pensar pesquisa, sem documentação, sem gestão, e que isto está diretamente vinculado na captação de recursos financeiros, e assim por diante.

A tese busca então ter um entendimento do museu como uma organização que, por meio de suas ações e processos, trabalha com a informação. Assim, tão importante quanto a conservação física dos bens culturais é a preservação e gestão dos conteúdos informacionais que os itens salvaguardados pelos museus possuem.

Sobre o Programa Memória do Mundo é necessário perceber aspectos no que diz respeito à abrangência do programa, para a preservação do patrimônio documental, bem como a forma de seleção para registro. É evidente a importância do MoW para a preservação do patrimônio documental, porém, é necessário entender o que será considerado nas avaliações de seus comitês para que acervos e itens nacionais sejam considerados patrimônio documental para a região, país e mundo. Isto porque, no cenário nacional, os editais se referem ao patrimônio arquivístico ou bibliográfico que receberão o registro.

Ora, a questão está aí, principalmente no entendimento das instituições museológicas sobre os seus acervos. Como mostrado no início deste trabalho, o IBRAM definiu categorias de acervos museológicos, dentre eles: acervos arquivísticos, bibliográficos e documentais. Porém, ao conceituar as categorias citadas, percebeu-se um entrave conceitual entre ambos, e confirma o que foi exposto anteriormente: que o conceito de patrimônio documental ainda não foi definido para efetividade das políticas públicas que visam sua preservação.

Outros pontos a considerar são sobre as teorias e os conceitos de documentos. Foi evidenciado em mais de uma área do conhecimento, que um documento pode existir em mais de um formato, o que justifica os objetos de museus possuírem caráter documental. Ao analisar o edital do MoW, os itens que podem ser registrados devem possuir o seu suporte em papel, sendo textos, fotografias, entre outros, ou em formato digital, como sons, músicas, etc. Mesmo o MoW tendo uma finalidade tão importante, percebe-se que os editais acabam por excluir os demais acervos que possam ter característica documental, por não estarem dentro de determinado formato.

Neste sentido, uma das principais contribuições do nosso estudo foi o de ressaltar o que pode ser considerado patrimônio documental em museus. Para que isso seja melhor evidenciado, exemplificarei com um dos itens que compõem o acervo do MIC, o Livro de Entrada dos Imigrantes na Colônia de Nova Veneza.

O Livro de Entrada dos Imigrantes pode ser visto por meio de quatro perspectivas, sendo a arquivística, a bibliográfica, a museológica e a de patrimônio documental. O viés arquivístico é encabeçado pelo fato de o livro ser constituído como fim de registro e de controle, o que estaria de acordo quando o tratamos como um documento produzido no exercício das funções de uma organização.

Já na perspectiva bibliográfica, trata-se de uma monografia, ou seja, é um livro que, embora não publicado, enquadra-se nas categorias biblioteconômicas enquanto objeto único, manuscrito, em formato de livro, que inclusive é fonte de pesquisa para diversas áreas do conhecimento. Além do aspecto monográfico, o livro de entrada dos imigrantes atende a critérios de raridade estabelecidos em programas nacionais como o Plano de Recuperação de Obras Raras (PLANOR), da Biblioteca Nacional. Neste aspecto, o livro pode ser considerado raro seja por sua idade ou autenticidade, o que, como visto anteriormente, o caracterizaria como um documento bibliográfico.

No entanto, este livro acabou sendo doado ao MIC, e, conseqüentemente, aconteceu o seu processo de musealização enquanto bem cultural. Neste aspecto, não foram aplicadas as técnicas da Arquivologia ou da Biblioteconomia, mas os da Museologia. É no limite da caracterização de um livro de registro como um objeto arquivístico, bibliográfico ou museológico que se encontra o ponto chave que desencadeou esta tese. Isso porque, este 'livro' é um patrimônio documental, independentemente de sua classificação ou categorização tipológica.

Nesse sentido, sua compreensão como patrimônio documental amplia as formas técnicas para seu tratamento, sendo a gestão da informação um processo eficiente. Pois, a compreensão do item em sua patrimonialidade dá à GI um lugar favorável como técnica para sua preservação, tanto no aspecto do suporte quanto da informação, fazendo com que o bem seja acessível.

A consideração mais pertinente, neste sentido, é entender que o patrimônio documental deve ser caracterizado a partir de intersecções e interdisciplinaridade, permitindo que o conceito (que possui uma definição ressonante) seja melhor integrado e expandindo. Se a preocupação do MoW, por exemplo, é preservar os patrimônios documentais, estes devem ser vistos de forma ampla e que condigam

com a maioria das culturas humanas e seus modos de interpretar os objetos culturais. Está mais do que na hora da institucionalização da cultura sair de dentro das paredes de arquivos, bibliotecas e museus para que haja, realmente, culturas formadoras e democráticas, em seu sentido amplo e integral.

Além disto, precisa ser considerado também que o patrimônio documental não se confunda com patrimônio arquivístico e bibliográfico, afinal, como visto anteriormente e referenciado por mais de um autor, um documento é criado com uma intenção e é registrado em suportes específicos. Mas quando isso não ocorre, deve ser considerado outras formas, que possibilitem e tenham a mesma intenção. Ou seja, um documento pode nascer com o fim documental, mas outros itens e objetos, podem ser tornar documentos ao longo do tempo e assim ser tipificado.

A fim de responder à pergunta central deste trabalho, pode-se se observar que os museus e a Museologia possuem aspectos e características que podem ser trabalhados em conjunto com outras áreas, como a gestão e a Ciência da Informação, buscando assim a aplicabilidade acadêmica e científica.

A realização da GI em acervos documentais mostra como a gestão pode ser melhorada e ampliada no seu entendimento, bem como contribui de forma significativa no entendimento da CI como uma área interdisciplinar. Ou seja, a pergunta 'como realizar a GI em acervos documentais de museus para categorização, conservação e acesso ao patrimônio documental?' pode ser respondida e compreendida pela forma inter, multi e transdisciplinar que acontece no âmbito dos museus.

Por isso destacamos que o objetivo geral, visto que foi elaborado e aplicado um modelo, somatiza-se também com os objetivos específicos.

Neste sentido, o objetivo específico - a) Investigar o alcance da produção científica sobre o patrimônio documental - possibilitou analisar que embora haja uma convergência de estudos entre CI e Museologia, pouco se passa no âmbito da gestão, e conseqüentemente da gestão documental.

Com objetivo - b) Levantar, a partir do Cadastro Nacional de Museus, as tipologias de acervos museológicos custodiados em museus do Brasil - foi percebido que existe uma disparidade de realidades nos museus brasileiros, principalmente no que tange às condições de trabalhos técnicos. Como a fonte mais segura é o CNM para dados do cenário museológico, é necessário que haja uma nova publicação do *Museus em Números*, visto que a única edição foi lançada há mais de 10 anos.

O terceiro objetivo específico - c) Identificar acervos documentais tombados como patrimônio documental nos termos do Programa Memória do Mundo da UNESCO e que estão sob custódia em museus do Brasil – mostrou um panorama nacional, mostrando que as instituições museológicas no país também possuem coleções consideradas patrimônio documental e que merecem atenção, principalmente no que converge a sua amplitude.

O objetivo específico - d) Discutir conceitos, abordagens e modelos de gestão da informação para definição de um modelo de gestão de patrimônio documental em museus - promoveu um entendimento geral sobre a aplicabilidade da gestão da informação, no contexto dos museus. Entender as teorias de Davenport e Choo foi basilar para compreender a dinâmica das instituições museológicas como unidades de informação. Neste aspecto, ressalta-se a importância em ter mais pesquisas no âmbito da gestão vinculando esta área com a CI e a Museologia.

Ao atingir o objetivo - e) Preparar protocolos de categorização, estado de conservação, restauração e digitalização de patrimônio documental em museus - foi possível estabelecer parâmetros de caracterização do patrimônio documental, bem como definir os aspectos de cada protocolo, a fim de auxiliar no entendimento do que pode ser considerado um patrimônio documental ou não.

Por fim, o objetivo - f) Propor uma metodologia para GI em acervos documentais de museus, conforme protocolos adotados - possibilitou entender e compreender os conceitos trabalhados por Davenport (Ecologia da Informação) e Choo (Organização do Conhecimento), bem como fazer a interligação de ambos, por meio dos protocolos criados e adotados, mostrando a sua aplicabilidade.

Assim, na conjectura do patrimônio documental, foi percebido que existem várias possibilidades de trabalhos futuros. Isto porque é necessário que haja mais discussões, inclusive de outras áreas do conhecimento, no que tange ao próprio conceito e tratamento técnico.

Por mais que existam trabalhos significativos dentro da CI, a obra de Otlet deve ser entendida como uma obra revolucionária, que apresenta quebras de paradigmas da relação dos documentos no século XX, mostrando que os documentos vão além dos que possuem suporte em papel.

É neste sentido que se pode considerar novamente a amplitude do conceito de documento, entendendo as suas características em diversas sociedades humanas, saindo do contexto eurocêntrico e ocidental, atribuindo significado para que as

próprias sociedades e culturas entendam e compreendam o significado deste patrimônio. Assim percebe-se que há uma maior valorização cultural às sociedades 'mais documentais do que outras', percebendo que isto está extremamente vinculado à criação da memória e da identidade de uma população.

Novamente, como exemplo, citamos o Livro de Entrada dos Imigrantes em Nova Veneza. Como já citado anteriormente, o livro em questão é um documento de registro, que foi musealizado e que, por isso possui um valor histórico e cultural inestimável para a população de Nova Veneza. Independente da trajetória das famílias e das pessoas que moram no município, o Livro possui um simbolismo forte ao tratar da questão de identidade e cultura neoveneziana. Isto se deve ao fato de ele ter se tornado um símbolo da italianidade tão cultuada na pequena cidade do sul catarinense.

Este símbolo está atrelado novamente ao contexto de autenticidade, fidedignidade e veracidade de um processo sócio-histórico ocorrido em Nova Veneza e que reverbera até hoje. Para além de um documento histórico, o livro em questão é utilizado como fonte de outros documentos oficiais a serem criados, como por exemplo, as declarações de comprovação de chegada de imigrantes para fins de cidadania italiana.

O fato é que, além de manter o caráter de documento oficial, de registro, ou na intenção de ter sido criado como documento, o livro é um exemplo de como o patrimônio documental está intrinsecamente vinculado à formação social e cultural desta população, marcando profundamente a identidade local. Assim como o Livro de entrada é algo importante, não só para o poder público municipal, mas para a sociedade a qual ele pertence, precisamos nos atentar a outras populações e sociedades que possam ter outras formas de registro que precisamos considerar também como patrimônio documental.

É necessário considerar também a importância das obras de Davenport e Choo no entendimento da gestão da informação, enfatizando a amplitude que ambas possuem para estruturar ações em unidades de informação.

Davenport e a Ecologia da Informação, demonstrou uma análise de micro e macrocosmo de uma organização. Tendo sua trajetória próxima à gestão de empresas e de organizações privadas, o foco ao analisar o ambiente externo, o ambiente interno e o ambiente informacional contribuíram para a compreensão do museu da mesma forma, onde o ambiente externo pode ser definido como a comunidade em que o

museu se encontra, o ambiente interno é a estrutura do museu, seja ela física ou operacional, e o ambiente informacional são os processos e ações que as instituições museológicas possuem.

Esta análise do museu sob a ótica da gestão é fundamental para entender as instituições, não apenas como locais de memória, mas como organizações que possuem credibilidade ao gerir as coleções e os acervos. A intenção ao utilizar Davenport foi entender e caracterizar o museu como uma instituição que possui ambientes, que precisam ser entendidos para além das conceituações e reflexões academicistas, mostrando o museu como uma instituição, que além de ser cultural, é prática e precisa de organicidade.

Embora sejam relevantes os aspectos e características do museu como um agente social, cultural e de preservação da história, memória e identidade local, é necessário ressaltar que os estudos e trabalhos técnicos possuem grande relevância para que isto aconteça. Analisar a gestão do museu de forma geral, para pensar a gestão da informação, é extremamente necessário para que a área saia da sua zona de conforto e perceba como lacunas podem ser preenchidas, utilizando-se de outras áreas do conhecimento.

A análise que Davenport faz sobre os sistemas políticos na ecologia da informação é o que temos hoje nos museus, onde alguns possuem o modelo feudal, outros o anárquico, o federal ou o monárquico. A partir daí, entendemos que estes sistemas irão reverberar na cultura institucional e, por consequência, na forma como acontece a gestão. Entender isso e aplicar na área da Museologia é um passo importante para que também possa ser aplicado na CI e outras áreas a fim. A ecologia da Informação, um texto do início da década de 1990, porém tão fundamental para o entendimento da forma de gestão das unidades de informação.

Enquanto Davenport se estrutura em entender os processos informacionais, por meio da Ecologia da Informação, Choo merece destaque em desenvolver uma discussão a respeito dos processos informacionais dentro de uma organização.

Da mesma forma que Davenport, Choo utilizou do seu conhecimento em empresas e organizações privadas, para fundamentar sua obra, a qual é extremamente importante para o entendimento processual da informação em museus. Mais uma vez, é notável que as obras de gestão se fazem cada vez mais necessárias na Museologia e na CI, principalmente no que objetiva o desenvolvimento e o entendimento dos processos informacionais dentro de suas estruturas.

É neste sentido que ao utilizar o texto de Choo, foi possível analisar processos dentro dos museus, como o plano museológico, a política de acervo, a preservação e o acesso às coleções. Embora tenham pesquisas da área que demonstrem como realizar esses processos, é necessário fazer com que eles estejam vinculados, mostrando uma organização e um processo de retroalimentação, de forma que isto melhore a gestão dos museus e de demais unidades de informação.

Assim, entender o museu como uma unidade de informação está além dos estudos da Museologia e da CI, mas se configura também no desenvolvimento das áreas por meio de novas abordagens e teorias. Entender os museus na sua totalidade, tanto como unidades de informação, como também locais de cultura, de preservação da memória e história local, faz deste universo algo fascinante, pois diferentemente de outras instituições, os museus desde seu surgimento, estão embasados na reflexão do homem pelo seu passado e para que possa pensar o seu futuro.

Compreender o mundo dos museus é uma tarefa árdua, principalmente em instituições que possuem memórias e trajetórias tão condensadas e relacionadas com suas comunidades. O árduo aqui não é algo pejorativo, mas sim desafiador. Desafiador porque é preciso entender o contexto social de criação da instituição, sua época de criação, sua forma de gestão, para que possa entender os museus como locais políticos, de cultura, da memória e da história.

Portanto, para além dos muros das instituições museológicas, entende-se aqui, que o fato museal, aquele conceito abordado no início desta tese está presente não somente na instituição, mas também no dia a dia da comunidade ao qual o museu está inserido, criando assim identidade e memória social. Se assim não o fosse, não se justificaria o zelo e o apreço que a comunidade de Nova Veneza tem, por exemplo, pelo Livro dos Imigrantes.

Por fim, precisa-se enaltecer o papel fundamental dos museus na criação e preservação de identidades e histórias locais, mas principalmente deve-se entender que cada museu precisa definir sua forma de gestão. Não é necessário que haja uma unicidade entre instituições, mas precisa haver um entendimento do museu por ele próprio, para que assim se tenha gestão, preservação e acesso ao patrimônio, seja ele documental ou não.

REFERÊNCIAS

- AGANETTE, Elisângela Cristina. Mapeamento de processos sob a perspectiva da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 25, p. 187-201, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22288>. Acesso em: 29 jan. 2024.
- ALVARES, Lillian; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de. Marcos históricos da ciência da informação: breve cronologia dos pioneiros, das obras clássicas e dos eventos fundamentais. **Transinformação**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 195-205, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/rQZcj9bqkmQW5xrpLK8Z8NL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 jan. 2024.
- ALVES, Bruno Nóbrega de Paiva. **A utilização da ferramenta 5W2H**: uma proposta de melhoria no setor produtivo de uma empresa industrial de artefatos em acrílico. 2021. 63 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/38026>. Acesso em: 23 jun. 2023.
- AMORA, Rosa María Fernándezde. El patrimonio documental iberoamericano y el Programa Memoria del Mundo de Unesco, una mirada histórica. **Acervo**, [s.l.], v. 26, n. 2, p. 117-122, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/107932>. Acesso em: 02 fev. 2021.
- ARAÚJO, André Luiz Santos de. **Gestão Da Qualidade**: implantação das ferramentas 5s e 5w2h como plano de ação no setor de oficina em uma empresa de automóveis na cidade de João Pessoa-PB. 2017. 55 f. TCC (Graduação em Engenharia de Produção Mecânica) - Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13421?locale=pt_BR. Acesso em: 23 jun. 2023.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**: o diálogo possível. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. Foucault, um arqueogenealogista do saber, do poder e da ética. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 35, p. 37-55, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/25396/22322>. Acesso em: 23 jun. 2023.
- ARBOIT, Aline Elis; MARTINS, Rúbia. A gestão do patrimônio documental arquivístico em instituições públicas: considerações sobre uma eficaz fiscalização. **Revista Aurora**, [s.l.], v. 7, p. 163-176, 31 dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/3420>. Acesso em: 08 dez. 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **9578**: Arquivos. Rio de Janeiro: ABNT, 1986.

BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 13, p. 1-25, 15 dez. 2008. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1843>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Gestão da informação e gestão do conhecimento: evolução e conexões. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 25, p. 168-186, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22287/17904>. Acesso em: 08 dez. 2020.

BARUKI, Sandra. Conservação e preservação de fotografias. *In*: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; ROCHA, Cláudia Regina Alves da (org.). **Conservação de Acervos /Museu de Astronomia e Ciências Afins**. Rio de Janeiro: MAST, 2007. p. 105-120. Disponível em: https://www.gov.br/mast/pt-br/imagens/publicacoes/2007/mast_colloquia_9.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003. Disponível em:

<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=armembnm&pagfis=6>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. *In*: FREITAS, Lídia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia (org.). **Documento: gênese e contextos do uso**. Niterói: EDUFF, 2010. p. 161-174. Disponível em: <https://ppgci.uff.br/wp-content/uploads/sites/86/2019/11/PPGCI-ISEI-livro1.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

BORTOLOTTI, Zulmar H.. **História De Nova Veneza**. Florianópolis: Insular, 2012.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museus em Números**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. MOW BRASIL. **Edital MoW Brasil 2018**. 2018. Disponível em:

<http://mow.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Edital-e-Regulamento-MoWBrasil-2018---28.03.2018.pd>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 84, de 1 de outubro de 2013**. Altera a Portaria nº 259 de 2 de setembro de 2004, do Ministério da Cultura. [Brasília], 2013. Disponível em:

http://mow.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Portaria_MinC_84_de_01.10.2013_-

_altera_a_composi%C3%A7%C3%A3o_do_Comit%C3%AA_MoWBrasil.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?** Brasília: Briquet de Lemos, 2016.

Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5389052/mod_resource/content/1/O_que_%C3%A9_a_documenta%C3%A7%C3%A3o_Parapublicar.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRITTO, Andréa de. **A construção de um sistema de documentação para o acervo do MAFRO/UFBA**. 2018. 124 f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em:

<https://pesquisa.tainacan.org/wp-content/uploads/tainacan-items/4329/12166/AndreadeBrittoVC-1.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2024.

BUCKLAND, Michael K. What Is a "Document"? **Journal Of The American Society For Information Science**, [s.l.], v. 48, n. 9, p. 804-809, 1997. Disponível em:

<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/whatdoc.html>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BUCKLAND, Michael K.. Information as thing. **Journal Of The American Society For Information Science**, [s.l.], v. 42, n. 5, p. 351-360, jun. 1991. Disponível em:

<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BUSH, Vannervar. As We May Think. **The Atlantic Monthly**, [s.l.], p. 112-124, 1945.

Disponível em: https://worrydream.com/refs/Bush_1945

CAMARGO-MORO, Fernanda de. **Museus: aquisição/ documentação**. Rio de Janeiro: Livraria Eça, 1986.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de museus, diagnóstico museológico e planejamento: um desafio contemporâneo**. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. O Papel do Planejamento nos Pequenos Museus. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 10, n. 4, p. 1-10, 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9436/6164>. Acesso em: 21 jan. 2021.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 12, n. 1, p. 148-207, abr. 2007. Disponível em:

<http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/CAPURRO.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CARLI, Deneide Teresinha de. O Documento Histórico Como Fonte De Preservação Da Memória. **Ágora**, Florianópolis, v. 23, n. 47, p. 183-197, 2013. Disponível em:

https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/454/pdf_23. Acesso em: 23 jun. 2023.

CARVALHO, Daiane Silva. **O caráter da produção, organização e uso da informação em museus: o caso do museu da abolição em recife** - pe. 2017. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de

Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em:
<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25343>. Acesso em: 29 jan. 2024.

CARVALHO, Livia Ferreira de; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de. Gestão da informação: estudo comparativo entre quatro modelos. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, [s.l.], v. 28, n. 1, p. 71-84, 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/4159/3000>. Acesso em: 31 jan. 2021.

CHAGAS, Mário **Museália**. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal**: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MINC/IBRAM, 2009. Disponível em: <https://mariochagas.com/wp-content/uploads/2021/03/58imaginacao.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2023.

CHAGAS, Mário. **Cultura, patrimônio e memória**. 2002a. Disponível em: <https://mariochagas.com/wp-content/uploads/2020/05/36culturapatrimonio.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2023.

CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, [s.l.], v. 19, n. 19, p. 43-81, 2002b. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/36>. Acesso em: 08 dez. 2020.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2001.

CHOO, Chun Wei. **Gestão de informação para a organização inteligente**: a arte de explorar o meio ambiente. Lisboa: Caminho, 2003.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; SPUDEIT, Daniela F. A. de O.. O legado de Suzanne Briet: vida e obra além da documentação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [s.l.], v. 14, n. 3, p. 24-40, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1184>. Acesso em: 11 jan. 2024.

COSTA, Alexandre. A crítica do documento de Michel Foucault: apontamentos sobre modalização empírica em análise do discurso. **Via Litterae**, Anápolis, v. 1, n. 1, p. 5-22, 2009. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/vialitterae/article/view/4493>. Acesso em: 23 jun. 2023.

COSTA, Antonio Max Ferreira da; NASCIMENTO, José Mateus do. Documento/monumento: reflexões tecidas a partir das ideias de Michel Foucault e Jacques Le Goff para a educação profissional (EP). **Revasf**, Petrolina, v. 11, n. 25, p. 475-495, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/1364>. Acesso em: 23 jun. 2023.

COSTA, Everaldo. Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais do século XX. **Finisterra**, [s.l.], v. 47, n. 93, p. 5-28, 2012. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1255>. Acesso em: 22 jan. 2021.

CRIVELLI, Renato; BIZELLO, Maria Leandro. O lugar do patrimônio documental: Brasília e Fundo Novacap. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 24, n. 2, p. 35-53, jun. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/hQxGkp4mBST5GNhwX5DbQpd/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

CUNHA, Marcelo Bernardo da. A Exposição Museológica Como Estratégia Comunicacional: o tratamento museológico da herança patrimonial. **Revista Magistro**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 109-120, 2010. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/view/1062/624>. Acesso em: 23 jun. 2023.

CURY, Marília Xavier. **Exposição**: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005.

CURY, Marília Xavier. Os usos que o público faz do museu: a (re)significação da cultura material e do museu. **Musas**: Revista Brasileira de Museus e Museologia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 88-106, 2004. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001417870>. Acesso em: 29 jan. 2024.

DAVENPORT, Thomas H.. **Ecologia da Informação**: porque só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

DAVENPORT, Thomas H.. **Reengenharia de processos**: como inovar na empresa através da tecnologia da informação. São Paulo: Campus, 1994.

DAVENPORT, Thomas; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DAVIES, Stuart. **Plano Diretor**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fundação Vitae, 2001. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mi_bibliografico&pagfis=16621. Acesso em: 23 jun. 2023.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Armand Colin, 2013. Disponível em: http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

DIAS, Eduardo José Wense. Biblioteconomia e ciência da informação: natureza e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, p. 67-80, 2000. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/33080>. Acesso em: 23 jun. 2023.

DURANA, Andrea Pardo. **Plan museológico, herramienta de planificación y gestión para el patrimonio cultural mueble**: museo de artes gráficas, imprenta

nacional de colombia. 2012. 172 f. Dissertação (Mestrado em Patrimonio Cultural y Territorio) - Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, Junio, 2012. Disponível em: <https://repository.javeriana.edu.co/handle/10554/3588>. Acesso em: 23 jun. 2023.

EDMONDSON, Ray. **Memória do mundo**: diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental mundial. Paris: Unesco, 2002. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br>. Acesso em: 09 dez. 2020.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O Aparecimento do Livro**. São Paulo: Edusp, 2015.

FERRANDO, Thays Lacerda; FREITAS, Lídia Silva de. Documento e dispositivo: entre Bernd Frohmann e Michel Foucault. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília: Enancib, 2017. p. 1-15. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/105326>. Acesso em: 25 out. 2023.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. *In*: CADERNOS de Ensaio: Estudos de Museologia. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN, 1994. p. 65-74.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4070132/mod_resource/content/1/FOUCAULT.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

FRANCO, Maria Mantovani. Museus: agentes de inovação e de transformação. **Cadernos de Sociomuseologia**, [s.l.], v. 57, n. 13, p. 13-27, 2019. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/6620>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FROHMANN, Bernd. The Role of Facts in Paul Otlet's Modernist Project of Documentation. *In*: RAYWARD, W. Boyd (ed.). **European Modernism and the Information Society**. London: Routledge, 2008. p. 75-88. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781315580951-5/role-facts-paul-otlet-modernist-project-documentation-bernd-frohmann>. Acesso em: 23 jun. 2023.

FRONER, Yacy-Ara; ROSADO, Alessandra. **Princípios históricos e filosóficos da Conservação Preventiva**. Belo Horizonte: Escola de Belas Artes–UFMG, 2008. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/616402064/2-Principios-Historicos-e-Filosoficos-Da-Conservacao-Preventiva>. Acesso em: 23 jun. 2023.

G1. **O que se sabe sobre o incêndio no Museu Nacional, no Rio**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/04/o-que-se-sabe-sobre-o-incendio-no-museu-nacional-no-rio.ghtml>. Acesso em: 23 jan. 2024.

GAGNON-ARGUIN, Louise. Os arquivos, os arquivistas e a arquivística: considerações históricas. *In*: ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os**

fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. p. 29-60.

GIRAUDY, Danièle; BOUILHET, Henri. **O Museu e a vida.** Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1990. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/86115953/BOUILHET-GIRAUDY-O-Museu-e-a-Vida-Completo><https://pt.scribd.com/document/86115953/BOUILHET-GIRAUDY-O-Museu-e-a-Vida-Completo>. Acesso em: 23 jun. 2023.

GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; ROCHA, Cláudia Regina Alves da (org.). **Conservação de Acervos / Museu de Astronomia e Ciências Afins.** Rio de Janeiro: MAST, 2007. Disponível em: https://www.gov.br/mast/pt-br/imagens/publicacoes/2007/mast_colloquia_9.pdfhttps://www.gov.br/mast/pt-br/imagens/publicacoes/2007/mast_colloquia_9.pdf. Acesso em: 12 fev. 2024.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. *In*: GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. **Cadernos Museológicos.** Rio de Janeiro: IBPC, 1990. p. 13-30.

GUICHEN, Gaël de. La Conservation Préventive: un changement profond de mentalité. **Study Series**, Bruxelas, v. 1, n. 1, p. 4-5, 1995. Disponível em: http://icom.museum/study_series_pdf/1_icom-cc.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

GUIMARÃES, Ruth. **Dicionário da Mitologia Grega.** São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2013.

HANNESCH, Ozana; GRANATO, Marcus. A conservação-restauração de documentos arquivísticos: reflexões sobre a tarefa de avaliação e priorização. *In*: GRANATO, Marcus (org.). **Museologia e patrimônio.** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015. p. 204-242. Disponível em: http://site.mast.br/hotsite_mast_30_anos/pdf/capitulo_07.pdf. Acesso em: 07 dez. 2020.

HEDLUND, Dhion Carlos. **O patrimônio fotográfico de Santa Maria em ambiente digital.** 2014. 221 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11020/HEDLUND%2c%20DHION%20CARLOS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 dez. 2020.

HEREDIA HERRERA, Antonia Heredia. **Archivística general****archivística general.** Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991. Disponível em: <https://alexavidal.files.wordpress.com/2015/07/archivisticageneralteoriaypractica-antonia-heredia-herrera.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2023.

HJØRLAND, Birger. Documents, memory institutions and information science. **Journal Of Documentation**, [s.l.], v. 56, n. 1, p. 27-41, 1 fev. 2000. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/EUM000000007107/full/html>. Acesso em: 23 jun. 2023.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Instituto Brasileiro de Museus. **Museus em Números**. Brasília, 2011. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/museus_em_numeros_volume1.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

JACOB, Christian (org.). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 45-73. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4331249/mod_resource/content/1/Ler%20para%20escrever%20-%20Christian%20Jacob.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

JAPPE, Flávia Simone Botega. **Difusão das obras artísticas esculturais da UFSM através do patrimônio documental**. 2018. 116 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18591/DIS_PPGPC_2018_JAPPE_FLAVIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 31 jan. 2021.

JARAMILLO, Orlanda; MARÍN-AGUDELO, Sebastián-Alejandro. Patrimonio bibliográfico en la biblioteca pública: memorias locales e identidades nacionales. **El Profesional de La Informacion**, [s.l.], v. 23, n. 4, p. 425-432, 1 maio 2014. Disponível em: <http://www.elprofesionaldelainformacion.com/contenidos/2014/julio/11.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2020.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a História do Museu. *In*: BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Cultura. **Caderno de diretrizes museológicas 1**. Brasília: Ministério da Cultura, 2006. p. 19-32. Disponível em: http://www.sistemademuseus.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/04/Caderno_Diretrizes_I-Completo.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

KAHATT, Sharif S.. Cambio y continuidad: notas sobre la carta de machu picchu, el último manifiesto de arquitectura. **Revista A: Arquitectura PUCP**, Lima, v. 10, p. 82-85, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/arquitectura/issue/view/1645>. Acesso em: 22 jan. 2021.

KARPINSKI, Cezar. “Memória Arquivada”: reflexões sobre documentos e arquivos a partir de Paul Ricoeur. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2015. p. 1-1. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2838>. Acesso em: 08 dez. 2020.

LARA, Ângela Mara de Barros; MOLINA, Adão Aparecido. PESQUISA QUALITATIVA: apontamentos, conceitos e tipologias. *In*: TOLEDO, Cêzar de

Alencar Arnaut de; GONZAGA, Maria Teresa Claro (org.). **Metodologia e Técnicas de Pesquisa nas Áreas de Ciências Humanas**. Maringá: Eeduem, 2011. p. 121-172.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2023.

LEWIS, Geoffrey. O Papel dos Museus e o Código de Ética Profissional. *In*: BOYLAN, Patrick J. (ed.). **Como gerir um museu**: manual prático. Brodowski: Associação Cultural de Apoio Ao Museu Casa de Portinari, 2015. p. 1-13. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2012/09/Manual-Como-gerir-um-museu-ICOM-Unesco.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Ciência da informação, museologia e fertilização interdisciplinar**: informação em arte, um novo campo do saber. 2003. 358 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 358. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/683>. Acesso em: 23 jun. 2023.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Esboço acerca da documentação museológica. *In*: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (org.). **Documentação em Museus/Museu de Astronomia e Ciências Afins**. Rio de Janeiro: Mast, 2008. p. 24-30. Disponível em: https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/933/1/mast_colloquia_10.pdfhttps://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/933/1/mast_colloquia_10.pdf. Acesso em: 29 jan. 2024.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro. **Memória e Informação**, [s.l.], v. 4, n. 2, p. 98-112, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/153084>. Acesso em: 02 fev. 2021.

LUCINDA, Marco Antônio. **Análise e melhoria de processos**: uma abordagem prática para micro e pequenas empresas. Porto Alegre: Simplíssimo, 2016.

MADSEN, Dorte. Disciplinary Perspectives on Information Management. **Procedia - Social And Behavioral Sciences**, [s.l.], v. 73, p. 534-537, fev. 2013. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042813003807?via%3Dihub>. Acesso em: 08 dez. 2020.

MAIA, Marcelo; TSUNODA, Denise Fukumi. Bibliometria do acervo ENANCIB (1994 a 2018). **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, [s.l.], v. 17, p. 1-21, 10 dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8656872>. Acesso em: 19 jan. 2024.

MARCHAND, Don. **Competing with Information**: a manager's guide to creating business value with information content. Chichester: John Wiley & Sons, 2000.

MARCHIORI, P. Z. Gestão da informação: fundamentos, componentes e desafios contemporâneos. *In*: SOUTO, Leonardo Fernandes (org.). **Gestão da informação e do conhecimento**: práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

MARSHALL, Francisco. Carta de Veneza, 1964: notas de leitura. **Mouseion**, [s.l.], n. 24, p. 111-127, 31 ago. 2016. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/1981-7207.16.32>. Acesso em: 22 jan. 2021.

MARTINS, Wilson. **A Palavra Escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo: Ática, 2001.

MATTERA, T.C.. Gestão do conhecimento na prática. *In*: SOUTO, Leonardo Fernandes (org.). **Gestão da informação e do conhecimento**: práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

MENESES, Ulíano T. Bezerra de. Museu, cultura material e cidade: o museu de cidade e consciência da cidade. *In*: SANTOS, Afonso Carlos Marques do; KESSEL, Carlos; GUIMARAENS, Cêça (org.). **Museus & cidades**: livro do seminário internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. p. 255-282.

MENGARDA, Elias José. **Aquisição do dialeto vênето no contexto familiar catarinense**. 1996. 283 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/112332>. Acesso em: 23 jun. 2023.

MERILLAS, Olaia Fontal. **La educación patrimonial**: teoría y práctica en el aula, el museo e internet. Espanha: Trea, 2004.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo: Atlas, 2015.

MILANESI, Luis. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983. Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/o-que-c3a9-biblioteca-luis-milanesi.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2023.

MIQUEIAS, Wagner. Trabalho e precarização nos museus brasileiros: uma análise introdutória. **Cadernos de Sociomuseologia**, [s.l.], v. 52, n. 8, p. 101-125, 2016. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5503>. Acesso em: 22 jan. 2024.

MOLINA, Leticia Gorri; SANTOS, Juliana Cardoso dos. Gestão da Informação e a 4a Revolução Industrial. **Atoz**: novas práticas em informação e conhecimento, [s.l.], v. 8, n. 2, p. 39-48, 2 jul. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/65784>. Acesso em: 09 dez. 2020.

MOTTA, Lia. Arquivos e o patrimônio da arquitetura: um diálogo necessário. *In*: SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO, 7., 2011, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: IEDS, 2011. Museu do Imigrante Cônego Miguel Giacca. **Plano Museológico**. Nova Veneza: Município de Nova Veneza, 2019.

MUSEUSB. [20--]. Disponível em: <https://cadastro.museus.gov.br/>. Acesso em: 31 jan. 2020.

NASCIMENTO, Rosana. Quero um Museu de grandes novidades. **Cadernos de Museologia**, [s.l.], v. 3, n. 3, p. 5-6, 1994. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/20>. Acesso em: 23 jun. 2023.

NASCIMENTO, Sylvania Sousa de. O desafio de construção de uma nova prática educativa para os museus. *In*: FIGUEIREDO, Betânia; VIDAL, Diana G. (org.). **Museus**: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2005. p. 221-239. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/26871852/o-desafio-de-construacao-de-uma-nova-pratica-educativa-cecimig>. Acesso em: 29 jan. 2024.

NOVA VENEZA (Município). **Lei Ordinária nº 2.662, de 18 de dezembro de 2018**. Regulamenta o Museu Do Imigrante Cônego Miguel Giacca, e dá outras providências. Nova Veneza, 2018. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/n/nova-veneza/lei-ordinaria/2018/267/2662/lei-ordinaria-n-2662-2018-regulamenta-o-museu-do-imigrante-conego-miguel-giacca-e-da-outras-providencias?q=museu>. Acesso em: 02 dez. 2020.

OLENDER, Marcos. “O abismo da história é grande o suficiente para todos”. Os primórdios da Carta de Atenas de 1931 e a afirmação da noção de patrimônio da humanidade. **Locus**: Revista de História, [s.l.], v. 26, n. 2, p. 291-313, 10 set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/31204>. Acesso em: 22 jan. 2023.

OLIVEIRA, Marlene; BERTUCCI, Maria da Graça Eulálio de Souza. A pequena e média empresa e a gestão da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 65-87, 2003. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/91/1558>. Acesso em: 7 dez. 2020.

OSTETTO, Lucy Cristina. **Nova Veneza na primeira metade do século XX**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2014.

OTLET, Paul. **TRATADO DE DOCUMENTAÇÃO**: o livro sobre o livro teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2018.

OTTO, Clarícia. **Catolicidades e italianidades**: jogos de poder no médio vale do itajaí-açu e no sul de santa catarina. 2005. 270 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102043>. Acesso em: 23 jun. 2023.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. Florianópolis: FCC, 2014.

PASSARIN, Mariela; KARPINSKI, Cezar. Arquivos da ditadura e acesso à informação: acervo memória e direitos humanos da universidade federal de santa catarina. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s./], v. 24, n. 4, p. 145-155, dez. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362019000400145&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 jan. 2021.

PAVEZI, Neiva. **Arquivo fotográfico: uma faceta do patrimônio cultural da UFSM**. santa maria,. 2010. 227 f. Dissertação (Mestrado em História e Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010. Disponível em: http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2956. Acesso em: 20 set. 2023.

PEREIRA FILHO, Hilario Figueiredo. Documento e patrimônio entre usos e reflexões. **Tempo Social**, [s./], v. 34, n. 3, p. 295-313, 28 dez. 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/201919>. Acesso em: 19 jan. 2024.

PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. Gestão conflitiva de memórias documentais pela UNESCO. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s./], v. 36, n. 105, p. 1-17, 2021. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092021000100512&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 jan. 2021.

PEREIRA, Ana Maria; KROEFF, Marcia Silveira; CORREA, Elisa Cristina Delfini (org.). **As contribuições de Paul Otlet para a Biblioteconomia**. Florianópolis: Editora ACB, 2018. Disponível em: <https://www.acbsc.org.br/wp-content/uploads/2018/08/EBOOK-Paul-Otlet-ACB-versão-final-revisada-22-08-2018.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2024.

PIMENTEL, Eduardo Francisco. **Museu municipal: memória, história e identidade - o Museu Municipal De Carangola - MG**. 2016. 257 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/11205>. Acesso em: 19 jan. 2021.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. *In*: ENCICLOPÉDIA Einaudi: Memória - História. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984. p. 51-86. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2897806/mod_resource/content/1/Pomian%20%281984b%29.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

POULOT, Dominique. **Museu e museologia**. São Paulo: Autêntica, 2013.

PREIS JUNIOR, Egar. **Turismo étnico e suas implicações: políticas públicas e territorialidades em Nova Veneza - SC (1991 - 2021)**. 2022. 148 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2022. Disponível em:

<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/9439/1/Egar%20Preis%20Junior.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEIROZ, Luciana Scanapieco. **Um museu da cidade**: imaginário, debate museológico e o caso de juiz de fora. 2013. 146 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.unirio.br/ppg-pmus/luciana_scanapieco_queiroz.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

RASCÃO, José Poças. **Da Gestão Estratégica à Gestão Estratégica da Informação**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2006.

RAYWARD, W. Boyd. **The universe of information**: the work of paul otlet for documentation and international organisation. Moscou: Universidade de Chicago, 1975. Disponível em: https://www.mondotheque.be/wiki/images/9/91/Rayward_The_Universe_of_Informati on.pdf. Acesso em: 11 jan. 2024.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Gabriela Fernanda Ribeiro; BAPTISTA, Dulce Maria. O retorno ao documento: reaproximações entre a ciência da informação e a documentação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 26, n. 2, p. 3-14, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/34987>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RODRIGUES, Marcia Carvalho. Patrimônio documental nacional: conceitos e definições. **Rdbci**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, [s.l.], v. 14, n. 1, p. 110-125, 1 fev. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8641846>. Acesso em: 10 dez. 2020.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (org.). **Políticas culturais no governo Dilma**. Salvador: Edufba, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/18069/1/politicas-culturais-governo-dilma-repositorio-otimizado.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SACHET, Celestino. **Terra e gentes italianas do Sul de Santa Catarina**. Florianópolis: Sachet Editores, 2023.

SALOMON, Marlon. “Isso não é um livro de história”: Michel Foucault e a publicação de documentos de arquivos. **Topoi (Rio de Janeiro)**, [s.l.], v. 20, n. 40, p. 229-252, abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/dGFyGMX8SPdCPG7KKXVnDRh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2023.

SANTANA, Yanara Dorado; GALÁN, Ingrid Hernández. Patrimônio documental, memória e identidade: uma mirada desde las ciencias de la información. **Ciencias de La Información**, Cuba, v. 46, n. 2, p. 29-34, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/58921>. Acesso em: 02 fev. 2021.

SANTOS, Silvo Coelho dos. **Índios e brancos no Sul do Brasil**: a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Edeme, 1973. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/xgl0001.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2023.

SAVOLI, Adiles. La reconstrucción de la "italianidad" en el sur del estado de Santa Catarina, Brasil. **Estudios y Perspectivas En Turismo**, Buenos Aires, v. 11, p. 63-80, 2002. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6956172>. Acesso em: 23 jun. 2023.

SAYÃO, Luis Fernando. Bibliotecas digitais e suas utopias. **Pontodeacesso**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 2-36, 2008. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/viewArticle/2661>. Acesso em: 23 jan. 2023.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos; SMIT, Johanna W.. De marcos teóricos fundamentais à abordagens contemporâneas da arquivística: algumas considerações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2014. p. 184-198. Disponível em: https://enancib2014.eci.ufmg.br/wp-content/uploads/2023/12/ANAIS-FINAL_GT1.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

SELAU, Mauricio da Silva. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no Sul Catarinense (1875-1925)**. 2006. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88727>. Acesso em: 23 jun. 2023.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino A Distância da UFSC, 2001. Disponível em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppgcb/files/2011/03/Metodologia-da-Pesquisa-3a-edicao.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2020.

SILVA, Hortência Talia Mendes. **A importância de metodologias priorização no processo de gestão de portfólios de projetos**: um estudo de caso. 2020. 24 f. TCC (Graduação em Administração) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/4550>. Acesso em: 23 jun. 2023.

SILVA, Terezinha Elisabeth da; TOMAÉL, Maria Inês. A gestão da informação nas organizações. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 1-2, 2007. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1806/1540>. Acesso em: 08 dez. 2020.

SIQUEIRA, Jessica Câmara. Notion of the term. **Brazilian Journal Of Information Science**: research trends, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 73-96, 16 jan. 2012. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/1264>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SMIT, Johanna Wilhelmina. A Documentação e suas diversas abordagens. *In*: GRANATO, Marcus *et al.* **Documentação em Museus/Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST**. Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 11-22. Disponível em: <http://www.referenciasarquivisticas.fci.unb.br:8080/jspui/handle/123456789/2257>. Acesso em: 29 jan. 2024.

SMIT, Johanna Wilhelmina. A informação na Ciência da Informação. **Incid**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, [s.l.], v. 3, n. 2, p. 84-101, 20 dez. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48655>. Acesso em: 23 jun. 2023.

SMIT, Johanna Wilhelmina. Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces das ciências da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 66-79, 15 dez. 2003. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/06/pdf_afaebe71e3_0010785.pdf. Acesso em: 23 jan. 2023.

SOUZA, Edivanio Duarte de; DIAS, Eduardo José Wense; NASSIF, Mônica Erichsen. A Gestão da Informação e do Conhecimento na Ciência da Informação: perspectivas teóricas e práticas organizacionais. **Informação & Sociedade**, [s.l.], v. 21, n. 1, p. 55-70, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/4039>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SPINOLA, Leandro Henrique de Oliveira. **Gestão da Informação**: conceitos, aplicabilidade, desafios e perspectivas da área - a ótica do bibliotecário. 2013. 69 f. TCC (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/7102/1/2013_LeandroHenriquedeOliveiraSpinola.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

SUANO, Marlene. **O que é museus**. São Paulo: Brasiliense, 1986. Disponível em: <https://historiadoresfcdf.files.wordpress.com/2013/10/suano-marlene-o-que-e-c3a9-museu.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.

TEIXEIRA, Lia Canola; GHIZONI, Vanilde Rohling. **Conservação preventiva de acervos**. Florianópolis: FCC, 2012.

THOMASSEN, T. The development of archival science and its European dimension. *In*: ULFSPARRE, Anna Christina. **The Archivist and the Archival Science**. Lund: Landsarkivet. 1999. p. 67-74. Disponível em: <http://z-a-d.net/the-development-of-archival-science-and-its-european-dimension/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

TOM Davenport. [2024]. Disponível em: <https://www.tomdavenport.com/about/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

TORRES, María Teresa Múnera; RESTREPO, Irma Isaza; MARÍN, Libia Lotero. El patrimonio documental del área administrativa de la universidad de antioquia en sus 200 años de existencia. **Rev. Interam. Bibliot. Medellín**, Colombia, v. 29, n. 1, p. 13-30, 2006. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-09762006000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 jan. 2021.

UNESCO. **Acervos nominados 2023**. [20--a]. Disponível em: <http://mow.arquivonacional.gov.br/index.php/acervos-brasileiros/registro-internacional.html>. Acesso em: 19 fev. 2024.

UNESCO. **Bens de patrimônio brasileiros nominados no registro nacional do brasil do programa memória do mundo**: MOW da UNESCO. [20--b]. Disponível em: http://mow.arquivonacional.gov.br/images/pdf/MOW_tabela_acervos_2007_2018_com_links.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

UNESCO. **Memória Do Mundo**: diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental. [s./]: Unesco, 2002. Disponível em: <https://mowlac.files.wordpress.com/2012/07/diretrizes-para-a-salvaguarda-do-patrimc3b4nio-documental.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2023.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim *et al.* Gestão da informação utilizando o método infomapping. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s./], v. 13, n. 1, p. 184-198, abr. 2008. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/165/406>. Acesso em: 02 dez. 2020.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim; SOUZA, Juliete Susann Ferreira de. Fluxos de informação que subsidiam o processo de inteligência competitiva. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [s./], v. 18, n. 38, p. 87-106, 18 nov. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n38p87>. Acesso em: 29 jan. 2024.

VAN MENSCH, Peter. The object as data carrier. *In*: VAN MENSCH, Peter. **Object, Museum, Museology, an "eternal Triangle"**. Leiden: Reinwardt Academie, 1989. p. 1-1. Disponível em: <http://vana.muuseum.ee/uploads/files/mensch12.html>. Acesso em: 23 jun. 2020.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. A história cultural e as fontes de pesquisa. **Revista Histedbr On-Line**, [s./], v. 15, n. 61, p. 367-378, 21 jul. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640533>. Acesso em: 29 jan. 2024.

VILHENA, Cláudia Maria Alves; BARBOSA, Cátia Rodrigues. Plano Museológico à luz da gestão da informação e do conhecimento. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, [s.l.], v. 12, n. 1, p. 155-165, 30 jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abcib/article/view/33916>. Acesso em: 20 jan. 2021.

VILHENA, Cláudia Maria Alves; DIAS, Célia da Consolação. O uso dos padrões básicos e/ou indicadores de desempenho da competência em informação propostos por Belluzzo (2007) na prática diária de trabalho dos profissionais da informação em museus. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 27, n. 2, p. 193-220, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/40003>. Acesso em: 25 jan. 2024.

YAMASHITA, Marina Mayumi; PALETTA, Fátima Aparecida Colombo. Preservação do patrimônio documental e bibliográfico com ênfase na higienização de livros e documentos textuais. **Arquivística.Net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 172-184, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/50196>. Acesso em: 02 fev. 2021.

YIN, Robert K.. **Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

ZANIRATO, Sílvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, [s.l.], v. 26, n. 51, p. 251-262, jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NwJwRjnrD9RKZ5pNNvYJTZf/?lang=pt#:~:text=O%20patrim%C3%B4nio%20considerado%20no%20duplo,preservar%20o%20equil%C3%A9brio%20entre%20eles.&text=Es>. Acesso em: 09 dez. 2020.

ANEXO A – FORMULÁRIO DE CANDIDATURA MOW BRASIL 2018**ANEXO II****REGISTRO MEMÓRIA DO MUNDO DO BRASIL****FORMULÁRIO DE CANDIDATURA 2018**

Título bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico que se propõe
(Recomenda-se brevidade no título para facilitar a inclusão do nome na logomarca oficial)

1.0 Resumo (máximo 200 palavras)

Descrição breve do bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico que se nomina e as razões para propô-lo. Trata-se da "vitrine" da proposta, e é melhor escrevê-la ao final. Deve incluir todos os pontos essenciais que se deseja destacar, de tal maneira que qualquer pessoa que o leia poderá entender a proposta, ainda que a leitura não tenha sido integral.

2.0 Proponente**2.1 Nome do proponente (indivíduo ou instituição)**

2.2 Relação com o bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico nominado

2.3 Pessoa(s) a contatar (para informação sobre esta candidatura)

2.4 Informações para contato

Nome:

Endereço:

Telefone(s):

Correio(s) eletrônico(s):

2.5 Autorização

Certifico que tenho a autoridade para candidatar o bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico descrito neste formulário dirigido ao Registro Nacional do Brasil de Memória do Mundo.

Assinatura

Nome completo (em letras de forma, por favor)

Informe a instituição, quando seja apropriado

Data

3.0 Identidade e descrição do bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico

Nesta parte do formulário, deve-se descrever o bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico com suficientes informações para deixar claro exatamente o que se está postulando. Qualquer conjunto deve ser finito, com datas iniciais e finais.

3.1 Nome e detalhes descritivos do bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico que está sendo candidatado

O título exato e o nome da instituição que deve aparecer no certificado que se entrega.

3.2 Informações sobre a catalogação ou registro

De acordo com a proposta, poderia ser útil, para definir um conjunto, anexar seu catálogo. Se ele é demasiado volumoso e pouco prático, seria adequado uma descrição extensa, acompanhada de exemplos de catalogação, acesso ou números de registro e outras maneiras de estabelecer o tamanho e caráter de um bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico.

3.3 Documentação audiovisual adequada (por exemplo, fotografias / desenhos ou imagens em movimento do patrimônio documental)

É apropriado anexar imagens, das quais deve-se especificar pelo menos duas, ou arquivos de áudio ou imagens em movimento, para as quais se autoriza o uso pelo Programa Memória do Mundo para fins de divulgação.

3.4 História / procedência

Descreva o que se conhece da história do bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico. Embora a informação possa não ser completa, deve-se oferecer a melhor descrição possível.

3.5 Bibliografia

Uma bibliografia demonstra o que outros tenham dito e escrito de forma independente acerca do bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico que se está propondo. Recomenda-se citar trabalhos científicos, claramente independentes tanto de sua instituição como da UNESCO.

3.6 Anexar três (03) cartas de recomendação com nomes, qualificações e endereços de pessoas ou organismos independentes da instituição custodiadora, com o conhecimento e expertise sobre a importância e procedência do bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico.

Nome	Qualificações	Endereços (postal e/ou correio eletrônico)
1.		
2.		
3.		

Os especialistas que escreverem as cartas de recomendação poderão ser contatados pelo Comitê MoWBrasil. O Comitê também poderá contatar outros especialistas, de modo a que se obtenha um bom espectro de opiniões para realizar a avaliação.

4.0 Informação jurídica

4.1 Proprietário do bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico (nome e informações para contato)

Nome:	Endereço:
Telefone(s):	Correio(s) eletrônico(s):

4.2 Entidade custodiadora do bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico, caso não seja o proprietário

Nome	Direção
Telefone	Correio eletrônico

4.3 Status jurídico

Proporcione informações sobre a responsabilidade legal e administrativa do custodiador na preservação do bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico.

4.4 Acessibilidade

Descreva como se tem acesso aos bens de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico. Todas as restrições ao acesso devem ser explicadas abaixo.

Estimular o acesso é um objetivo básico do MoW. Consequentemente, estimula-se a digitalização que possibilita o acesso e deve-se comentar caso esteja sendo realizada ou prevista. Também devem ser apontados os fatores legais ou culturais que restrinjam o acesso.

4.5 Os direitos de autor

Descreva o status dos direitos de autor do documento ou coleção.

Quando se conhece a situação dos direitos, ela deve ser descrita. Não obstante, o status dos direitos do bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico não tem ingerência em sua significação e não é levado em consideração quando se determina se cumpre com os critérios para a inscrição.

5.0 A avaliação segundo os critérios de seleção

5.1 Autenticidade

É o bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico o que parece ser? Estabeleceu-se de maneira confiável sua identidade e procedência?

5.2 Significação nacional

É o bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico único e insubstituível? Constituiria seu desaparecimento um empobrecimento danoso ao patrimônio da humanidade? Teve grande impacto em seu tempo e/ou dentro de uma área cultural particular no país? Teve grande influência (positiva ou negativa) no curso da história da região?

5.3 Critérios comparativos:

Atende o patrimônio algumas das seguintes provas? (Deve atender pelo menos uma delas).

5.3.1 Tempo

Evoca o bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico seu tempo (que pode ter sido de crise ou de significativa mudança social ou cultural)? Representa um novo descobrimento? Ou trata-se do "primeiro de seu tipo"?

5.3.2 Lugar

Contém o bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico informação crucial sobre uma localidade importante para a história e cultura do mundo? Por exemplo: foi o próprio lugar uma influência sobre os fatos ou fenômenos representados no bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico? Descreve ambiente físico, cidades ou instituições que desapareceram?

5.3.3 Pessoas

O contexto cultural da criação do bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico reflete aspectos significativos do comportamento humano, ou do desenvolvimento social, industrial, artístico ou político? Ou captura a essência de grandes movimentos, transições, avanços ou retrocessos? Ilustra a vida de indivíduos proeminentes nos campos a eles relacionados?

5.3.4 Matéria e tema

Representa a matéria e tema do bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico um desenvolvimento particular de natureza histórica ou intelectual e nas ciências naturais, sociais e humanas? Ou o faz no domínio político, ideológico, desportivo ou artístico?

5.3.5 Forma e estilo

Possui o bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico valor excepcional de natureza estética, estilística ou linguística? Ou é um exemplar típico de um modo de apresentação, costume ou meio? É um exemplo de um suporte ou formato desaparecido ou em vias de desaparecimento?

5.3.6 Significação social / espiritual / comunitária

A aplicação deste critério deve refletir a significação viva: Possui o bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico impacto afetivo sobre pessoas que estão vivas? É venerado como coisa sagrada ou por suas qualidades místicas, ou reverenciado devido a sua associação com pessoas e eventos de significação? (Uma vez que aqueles que reverenciaram ao patrimônio documental por sua significação social / espiritual / comunitária, já não o fazem, ou já não vivem, perde esta significação específica e, eventualmente, poderá adquirir significação histórica.)

6.0 Informação contextual

6.1 Raridade

6.2 Integridade

7.0 Consulta com partes interessadas

7.1 Coloque aqui informações quanto à consulta acerca desta nomeação com outras partes interessadas quanto à sua significação e preservação.

Além da própria instituição proponente, consultou-se a outras organizações ou grupos ao preparar-se esta candidatura, e em caso positivo, como foi a resposta: apoiaram, foram contrárias ou fizeram comentários úteis?

8.0 Avaliação de risco

Se por alguma razão seu bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico está em risco, informe. Precise a natureza e alcance das ameaças ao patrimônio documental. Anexe uma declaração à parte se o espaço não for suficiente. A UNESCO necessita conhecer sua verdadeira situação.

9.0 Plano de gerenciamento de preservação e acesso

9.1 Existe um plano de gerenciamento para este bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico?

SIM NÃO

Se a resposta é afirmativa, anexe esse plano. Do contrário, anexe os detalhes acerca do das condições de armazenamento

e guarda dos bens de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico.

10.0 Qualquer outra informação

Forneça informações que apoiem a inclusão deste bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico ao Registro Nacional de Memória do Mundo. Se a candidatura for bem sucedida, como utilizará esse fato para promover o Programa MoW? Acrescente uma declaração em outra folha, se necessário.

<p>História administrativa ou biografia do produtor</p> <p>(No máximo, uma lauda)</p>	
--	--

3. Área de conteúdo e estrutura	
<p>Conteúdo do bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico</p> <p>(Especificar os assuntos ou temas tratados considerados mais relevantes e que subsidiem o julgamento)</p> <p>(No máximo, uma lauda)</p>	

<p>Sistema de organização e arranjo ou catalogação do acervo</p>	
<p>4. Área de condições de acesso e uso</p>	
<p>Condições de acesso Especificar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • se sem restrições – acesso livre; • se com restrições – informar a natureza das mesmas. 	
<p>Condições de reprodução (Especificar, se possível, os tipos de reprodução autorizados)</p>	
<p>Idioma (Especificar o(s) idioma(s) do(s) documento(s))</p>	
<p>Instrumentos de pesquisa (Especificar e indicar os tipos de meios de busca disponíveis – inventários, catálogos, índices, bases de dados e outros)</p>	
<p>Horário de atendimento ao público</p>	
<p>5. Área de fontes relacionadas</p>	
<p>Existência de cópias e localização (Especificar a existência de cópia(s) do bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico e sua localização)</p>	

<p>Unidades de descrição relacionadas</p> <p>(Especificar a existência de outras unidades documentais relacionadas, isto é, fundos ou coleções que se relacionem com o(s) bem(ns) de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico proposto(s))</p>	
<p>6. Área de notas</p>	
<p>Observações sobre o estado de conservação do bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico</p>	
<p>Observações sobre publicação</p> <p>(Listar referências das publicações, artigos e estudos produzidos a partir do bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico)</p>	